



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FABIO DA SILVA FORTES

**OS MARCADORES DISCURSIVOS NO LATIM:
CONSIDERAÇÕES PRAGMÁTICAS E TEXTUAIS SOBRE AS PREPOSIÇÕES,
INTERJEIÇÕES E CONJUNÇÕES LATINAS EM DONATO E PRISCIANO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Linguística, área de Letras Clássicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira

**CAMPINAS
2008**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

F776m

Fortes, Fábio da Silva.

Os marcadores discursivos no latim : considerações pragmáticas e textuais sobre as preposições, interjeições e conjunções em Donato e Prisciano / Fábio da Silva Fortes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Marcos Aurelio Pereira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1- Marcadores discursivos. 2. Língua latina - Gramática. 3. Língua latina - Preposições. 4. Língua latina - Interjeição. 5. Língua latina - Conjunções. I. Pereira, Marcos Aurelio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: The Latin discourse markers: pragmatic and textual considerations on the prepositions, interjections and conjunctions in Donatus and Priscian.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse markers; Latin language - Grammar; Latin language - Prepositions; Latin language - Interjections; Latin language - Conjunctions.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira (orientador), Profa. Dra. Angélica Chiappetta e Profa. Dra. Vandersí Sant'Ana Castro. Suplentes: Prof. Dr. Matheus Trevizam e Profa. Dra. Isabella Tardin Cardoso.

Data da defesa: 13/03/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Marcos Aurélio Pereira	
Vandersí Sant'Ana Castro	
Angélica Chiappetta	
Isabella Tardin Cardoso	
Matheus Trevizam	

IEL/UNICAMP
2008

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para que a realização desse trabalho fosse possível.

A todos os meus mestres e mestras, que tantas vezes me encorajaram a perseguir esse sonho, não obstante as grandes dificuldades do percurso.

Às minhas queridas professoras de línguas do Colégio Militar de Juiz de Fora, Elisângela, Regina, Cacá e Simone, que me fizeram, pela primeira vez, despertar para esse fantástico universo da linguagem humana e me encantar com cada nova perspectiva nele encontrada.

À profa. Dra. Nilza Barrozo Dias, minha “mãe acadêmica” e orientadora de Iniciação Científica na UFJF, bem como à profa. Dra. Neiva Ferreira Pinto, professora de latim, que, em momentos diversos, foram mais que referenciais acadêmicos na minha trajetória, foram verdadeiros exemplos de atuação profissional, de rigor científico e de seres humanos.

Ao meu orientador, prof. Dr. Marcos Aurelio Pereira, pela amizade, atenção, solicitude e confiança no meu trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível a realização desta dissertação e ao Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Aos professores Dr. Dejalma Dezotti, da UNESP-Araraquara e Dra. Vandersí Sant’Ana Castro, do IEL-UNICAMP, por aceitarem participar do exame de qualificação e pelas sugestões generosas e enriquecedoras.

Aos tantos amigos e amigas, hoje espalhados pelo mundo, que, desde sempre, estiveram ao meu lado, me incentivando e estimulando em nosso convívio, em momentos de grande alegria. Ao Márcio Maffili e Rafael Berg, amigos antigos, irmãos. Em especial ao Hugo Nolasco, *nihil sine quo*.

Aos amigos e amigas da UNICAMP, em especial aos meus colegas da área de Letras Clássicas do IEL, Renato e Luciano, pelas conversas sempre estimulantes e pelos momentos de cumplicidade; e também aos amigos Achilles [sic], Priscila, Aline, Juliana, Rita e tantos outros da nossa turma de mestrado ingressante em 2006. Meus primeiros e caros amigos em Campinas.

Aos meus pais, Lenice e Ailton, pelos dias de saudade, pelo grande investimento afetivo, pela amizade, confiança, pelo amor que se expande com o tempo e a distância.

À Fabiane, minha grande irmã e amiga, e estímulo a ser melhor a cada dia; e ao Álvaro, meu querido irmãozinho.

À minha família espiritual, em especial ao Maurício Mancini, pelas orientações amorosas e pelas oportunidades de trabalho e autoconhecimento na Doutrina Espírita.

Aos bons espíritos, cuja presença amorosa se confirma a cada dia, e a Deus, pai amoroso, de misericórdia infinita.

*Nihil sub sole nouum nec ualet quisquam dicere ecce hoc recens
est iam enim praecessit in saeculis quae fuerunt ante nos. Non
priorum memoria (...).*

(Não há nada de novo sob o sol, nem é possível que alguém diga
'eis aqui algo moderno', pois isso já nos precedeu nos séculos que
houve antes de nós. Não há memória dos antigos (...)).

RESUMO

Os *marcadores discursivos* (MDs) podem ser definidos, de forma geral, como um grupo bastante amplo de mecanismos verbais (vocábulos, pequenas cláusulas, expressões cristalizadas etc.) que atuam no nível pragmático, inscrevendo a enunciação no discurso, e textual, organizando coesivamente partes do texto (cf. Schiffrin, 1996; Risso *et al.*, 1996). Realizam-se, freqüentemente, por usos não prototípicos de conjunções, preposições e interjeições. Suas propriedades têm sido encontradas em ocorrências discursivas análogas no latim. Caroline Kroon (1995, 1998) destacou um grupo de vocábulos latinos que pareciam conjugar as funções textuais-discursivas supramencionadas: *nam*, *enim*, *igitur*, *ergo*, *autem*, *vero* e *at*, desenvolvendo extensa pesquisa de seu funcionamento no texto. O objetivo central de nossa pesquisa é verificar nos textos de Donato (séc. IV d.C.) – nas seções *De coniunctione*, *De praepositione* e *De interiectione*, contidos na sua *Ars maior* – e Prisciano (séc. VI d.C.) – nos livros XIV, parte do XV e XVI, de suas *Institutiones grammaticae* –, a maneira como são neles tratadas as propriedades hoje consideradas “textuais” e “pragmáticas”, que permitem uma aproximação entre as antigas preposições, conjunções e interjeições latinas e o atual conceito de MDs.

Palavras-chave: marcadores discursivos; gramática latina; preposições latinas; interjeições latinas; conjunções latinas.

ABSTRACT

Discourse markers (DMs) can be defined as a very wide range of verbal mechanisms (words, small clauses, crystallised expressions etc.) that play a role both on a pragmatic level, inscribing enunciation in discourse, and on a textual level, organising parts of the text cohesively (cf. Schiffrin, 1996; Risso *et al.*, 1996). They are expressed by non-prototypical usages of conjunctions, prepositions and interjections. Their properties have been found in analogous discourse occurrences in Latin. Caroline Kroon (1995, 1998) has developed an extensive research on a number of words that she considered having these same discourse and textual properties: *nam*, *enim*, *igitur*, *ergo*, *autem*, *vero* and *at*. The core objective of our research is to verify within Donatus's *Ars maior* (c. IV a.D) – in the sections *De coniunctione*, *De praepositione* and *De interiectione* – and Priscian's *Institutiones grammaticae* (c. VI a.D) – in the books XIV, part of XV and XVI – the way the properties considered nowadays as belonging to the “textual” and “pragmatic” domains, had been addressed by the Latin grammarians and allow us to make an approximation between the ancient concepts of Latin prepositions, conjunctions and interjections and the current concept of DMs.

Key-words: discourse markers; Latin grammar; Latin prepositions; Latin interjections; Latin conjunctions.

SUMÁRIO

0	INTRODUÇÃO, p. 10
1	A LINGÜÍSTICA DIANTE DA ANTIGÜIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, p. 19
1.1	A história da Lingüística revisitada, p. 21
1.2	Uma história escrita por lingüistas, p. 27
1.3	Primeiro os gregos, depois os latinos, p. 33
1.4	O estatuto histórico das reflexões metalingüísticas, p. 35
2	HERDEIROS DA TRADIÇÃO ANTIGA: DONATO E PRISCIANO, p. 38
2.1	A disciplina gramatical na Antigüidade Latina: um brevíssimo comentário, p. 39
2.2	Donato, o ensino de latim e o modelo da <i>ars grammatica</i> , p. 44
2.3	Uma gramática de latim para falantes de grego e sua recepção no Ocidente, p. 49
2.4	O “programa lingüístico” das <i>Institutiones grammaticae</i> , p. 56
3	OS MARCADORES DISCURSIVOS I: ASPECTOS TEÓRICOS MODERNOS, p. 63
3.1	O estudo da língua no seu uso, p. 64
3.2	Traços definidores dos <i>marcadores discursivos</i> , p. 66
3.3	A título de ilustração: uma pequena análise dos MDs em <i>Stichus</i> , p. 73
3.4	Recapitulando: alguns pontos para análise, p. 81
4	OS MARCADORES DISCURSIVOS II: A FORMULAÇÃO ANTIGA, p. 85
4.1	<i>De praepositione</i> , p. 87
4.2	<i>De interiectione</i> , p. 104
4.3	<i>De coniunctione</i> , p. 110
4.4	Dois contrastes importantes, p. 118
5	CONCLUSÃO, p. 121
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 125

0 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por meta uma aproximação teórica entre a tradição gramatical latina e os estudos textuais e discursivos da Lingüística contemporânea. Em sentido estrito, a nossa pesquisa tem como escopo de análise a investigação dos aspectos discursivos e textuais presentes nos textos da tradição gramatical latina que compõem o nosso *corpus*, a fim de observarmos a relação entre as categorias nele descritas – as *praepositiones* (“preposições”¹), *interiectiones* (“interjeições”) e *coniunctiones* (“conjunções”) latinas – e o atual conceito de *marcadores discursivos* (MDs). Em outras palavras, interessa-nos observar em que medida consistiam também uma preocupação da gramática antiga as propriedades teóricas que hoje definem a categoria dos MDs, cuja teorização e análise tem sido feita atualmente no âmbito da Lingüística Funcional.

A escolha apriorística da *Ars maior* de Donato (II, 14-17) justificou-se, a princípio, pela ampla referência a esse gramático como “o mais conhecido de todos os gramáticos romanos durante o início da Idade Média” (Law, 1993: 14), e pelo fato de seus trabalhos representarem uma compilação das preocupações “lingüísticas”² mais importantes até o século IV d.C. De acordo com a estudiosa citada, ainda que seus textos apresentem poucas “inovações” em relação aos tratados gramaticais em circulação na época, eram eles, ao lado da *Institutio de nomine, pronomine et verbo* (de Prisciano) e *Etymologiae* ou *Originum libri* (de Isidoro de Sevilha), que estavam na base da tradição de estudos da linguagem, inaugurada na Antigüidade e em grande parte remanescente nas investigações metalingüísticas posteriores.

¹ Como não queremos remeter ao conceito moderno de *preposições*, colocamos entre aspas, nesse primeiro momento, a tradução do termo latino. Nas outras citações desses termos, ainda que não estejam entre aspas, queremos fazer a mesma ressalva. O mesmo vale para as “interjeições” (*interiectiones*) e “conjunções” (*coniunctiones*).

² Não tomamos o adjetivo em referência a “o que é próprio da Lingüística”, mas, de forma geral, “o que é próprio da linguagem e/ou da(s) língua(s)”. Na maior parte do texto, preferimos, para desfazer essa ambigüidade, empregar o termo “metalingüístico”, também tomado nessa acepção geral.

No entanto, a discussão metalingüística em Donato é fortemente pedagógica e voltada para falantes nativos, do que resultou uma apresentação sumária das estruturas da língua latina, sem maiores explicações, mesmo em sua *Ars maior*. Esse fato determinou que incluíssemos em nosso projeto o Livro XIV, parte do Livro XV e o Livro XVI das *Institutiones grammaticae* de Prisciano, que desenvolvem, com farta exemplificação, as questões pertinentes à *praepositio*, *coniunctio* e *interiectio* latinas, em cujo interior buscamos, igualmente, pôr em relevo as considerações de ordem textual-discursiva ali presentes acerca das partículas latinas.

De ambos os gramáticos, optamos por trabalhar com a edição de Heinrich Keil (GLK), organizada entre 1855 e 1859, e publicada novamente em 1961, na versão que consultamos. O texto de Donato figura no volume IV dos *grammatici Latini* de Keil, e os livros XIV, XV e XVI de Prisciano estão no volume III. Conquanto encontremos em Holtz (1981) uma edição mais moderna e igualmente autorizada dos textos de Donato, nossa opção pela de Keil cremos que se justifica pela tentativa de preservar uma uniformidade no tratamento filológico conferido à edição de todos os textos que compõem o nosso *corpus*.

O interesse pelos *marcadores discursivos* surgiu quando, em projeto de Iniciação Científica, tivemos a oportunidade de investigar, pelo prisma da *teoria da gramaticalização*, alguns marcadores discursivos comuns na articulação de cláusulas em língua portuguesa³. Utilizando *corpora* que recobriam os séculos XIII a XVII e XX, percebemos, naquela ocasião, a carência de textos que considerassem essa questão, apresentando dados das línguas antigas. Além disso, não encontramos material bibliográfico sobre como essas estruturas foram estudadas no passado. Disto surgiu o nosso interesse em estudar os *grammatici Latini* na perspectiva que apresentamos aqui.

³ Iniciação Científica (PROBIC/FAPEMIG 2005/2006): “Articulação de cláusulas: o estatuto sintático, semântico e pragmático da aposição”, orientado pela Profa. Dra. Nilza B. Dias, desenvolvido no Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O ingresso em um programa de pós-graduação em Lingüística, com área de concentração em Letras Clássicas, possibilitou-nos, então, as condições necessárias para que levássemos adiante esse projeto de dissertação. Ao lado disso, um trabalho da natureza como ora propomos adequou-se aos objetivos gerais e específicos do grupo de pesquisa do CNPq ao qual estamos vinculados na Unicamp – “o discurso metalingüístico antigo” –, que contempla o estudo, análise, tradução e divulgação dos textos vinculados às disciplinas antigas ligadas à palavra – a retórica, a poética e a gramática, sobretudo –, objetivando compreender, num sentido mais amplo, a forma como a linguagem e as línguas comparecem nelas como objeto de estudo. Destacamos, ainda, que nosso projeto de dissertação, quando submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), foi contemplado com bolsa de Mestrado⁴, o que nos possibilitou as condições materiais para levar adiante a nossa pesquisa.

* * *

Como sabemos, a emergência da Lingüística enquanto saber científico claramente definido é um fenômeno muito recente, embora se saiba que o interesse pela linguagem humana tenha movido estudiosos e pensadores há mais de dois milênios, quando os antigos filósofos gregos já reservavam parte de seus tratados para discorrerem sobre retórica, argumentação, gramática e origem das línguas. Na esteira dessas primeiras formulações acerca da linguagem, redigiu-se também na Antigüidade Latina um conjunto de textos que continham questões sobre as línguas ou sobre usos particulares delas, registrando-se conceitos que estariam na base do pensamento metalingüístico medieval e que seriam, em certa medida, herdados pelos estudiosos do Renascimento e eventualmente retransmitidos à posteridade.

⁴

Processo: 06/53374-1.

Por outro lado, é mais ou menos consensual o fato de que o século XIX é aquele em que se fez assistir a uma grande revolução de caráter teórico e metodológico, no que tange às investigações no campo da linguagem. Com o assomo do método comparativo, e, em seguida, com o aparecimento dos neogramáticos e, sobretudo, com a obra de Saussure – a partir da formulação conhecida e divulgada por seus discípulos –, iniciava-se, já nos limiares do século XX, a “era da Lingüística” no campo dos estudos metalingüísticos.

Contudo, em menos de um século após o estabelecimento das bases desse saber “científico”, com objetos definidos e claros, traçados inicialmente (como o parentesco genético das línguas, sua explicação histórica e, após Saussure, o estudo das línguas nelas e por elas mesmas⁵), o campo de estudos da linguagem dividir-se-ia em um conjunto de tendências e correntes de estudos lingüísticos que, na atualidade, com maior precisão, talvez nos permitissem referir não mais à *Lingüística*, mas a *lingüísticas*, justificando a asserção feita por Aurox (1993: 12) de que seria preciso, particularmente, “se render à evidência: a *lingüística* é uma forma de saber e prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado”, o que significa dizer tratar-se de uma forma de saber “eminentemente transitória, que está provavelmente sob vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isto que recorremos cada vez mais à expressão plural “ciências da linguagem”)” (*idem, ibidem*).

Em suma, é na intersecção entre essas duas tradições – a dos estudos lingüísticos modernos e a da herança gramatical greco-latina – que se situa, *lato sensu*, a proposta aqui apresentada. Tomamos, como ponto de partida, a perspectiva teórica da Lingüística Funcional, em que “tudo se explica em referência a como a língua é usada, isto é, em como se obtém a comunicação com essa língua” (Neves, 2002: 163). Temos em vista, portanto, o *uso* que se fez um dia do latim, enquanto língua *viva* (cf. Lima, 1995: 19), historicamente situada, e cujos textos representam, ainda hoje, instâncias comunicativas dessa língua, e cujos fenômenos – hoje

⁵

Cf. Saussure, 1973: 28.

categorizados como morfológicos, sintáticos, textuais e pragmáticos – foram um dia registrados pelos gramáticos latinos em suas obras, ainda que eles tivessem em seu horizonte as demandas intelectuais próprias de seu tempo, e por isso se utilizassem, em muitos casos, não somente de uma terminologia, mas de uma conceituação bastante diversa da nossa para entenderem a linguagem.

Tendo isso em mira, ao desenvolver o nosso projeto, deparamo-nos com três grandes vertentes acerca do tema que propomos. A primeira tem caráter *filológico*⁶. Entendendo *Filologia* em seu sentido amplo, como “a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo com base em sua língua ou em sua literatura” (Basseto, 2005: 37), a nossa pesquisa levou-nos a proceder a um estudo das condições históricas e culturais em que foram produzidos os textos que utilizamos em nosso *corpus*, bem como a considerarmos as funções desse texto na cultura em que foi produzido e sua posterior recepção.

A segunda vertente tem caráter *lingüístico*. Considerando a inserção do conceito dos MDs no panorama teórico do *funcionalismo lingüístico*, foi necessário delimitar as fronteiras dessa corrente teórica, precisar as definições encontradas na literatura específica e propor questionamentos que servirão como balizas para a análise do nosso *corpus*, em cujo interior buscaremos detectar os pontos de contato com as teorias modernas acerca desse tema. Em outras palavras, tentaremos traçar um paralelo entre a formulação moderna dos MDs e o tratamento antigo dos conectores textuais, contemplados na gramática latina através do esquema das “partes da oração”⁷ (*partes orationis*), especialmente nas então conhecidas como

⁶ Doravante, ao nos referirmos à *filologia* ou utilizarmos seu adjetivo derivado, *filológico*, temos em mente a contextualização social, cultural e histórica do texto antigo sobre o qual dissertamos.

⁷ Muitas vezes se traduz “*partes orationis*” por “partes do discurso”, respeitando a analogia com o termo equivalente grego: μέροι λόγου. Embora seja uma tradução bastante legítima a nosso ver, preferimos, no entanto, aquela de “partes da oração”, não somente porque é a opção também de alguns autores da nossa bibliografia (Covington [1984]; Baratin [1994]), mas também porque parece contemplar melhor a concepção dessas categorias na obra de Prisciano, na qual parece estar claro tratar-se de termos que compõem a sentença latina, cujas relações são examinadas mais detidamente nos livros XVII e XVIII (*De constructione*).

interiectio (“interjeição”), *coniunctio* (“conjunção”) e *praepositio* (“preposição”). Motivamos conhecer, especificamente, a descrição antiga acerca dessas categorias e as propriedades que sobre elas já eram descritas por esses gramáticos e que, na atualidade, são estudadas, acerca das línguas modernas, como propriedades “textuais” e “pragmáticas” e que definem, por assim dizer, a categoria dos marcadores discursivos.

A terceira vertente tem, finalmente, caráter *epistemológico*. Na verdade, trata-se de uma consequência importante que deriva do nosso trabalho: a de colocar a Lingüística e sua tradição em perspectiva, reconhecendo, muitas vezes, o “olhar moderno” que permeia boa parte das análises que têm como objeto a metalinguagem antiga no âmbito dessa disciplina. Queremos mostrar que a leitura dos textos antigos a partir de premissas teóricas do presente, tomadas como absolutas, condiciona as apreciações nem sempre acuradas das formulações metalingüísticas da Antiguidade, porquanto resultam, em geral, eivadas de juízos de valor. Como resultado dessa reflexão, pretendemos oferecer com nossa leitura de Donato e Prisciano uma reavaliação de *opiniões* muitas vezes expressas acerca desses textos.

Esses três eixos de análise permeiam os quatro capítulos da dissertação, embora estejam mais ou menos evidenciados em cada um deles. Ressaltamos, entretanto, que, dada a extensão de uma dissertação de Mestrado, não tivemos a pretensão de fazer um apanhado exaustivo de nenhum desses aspectos. Como já especificamos acima, nosso objetivo específico era apenas o de empreender uma leitura atenta do *corpus* selecionado, trazendo a lume uma descrição minuciosa das categorias que ambos os gramáticos nomearam de *praepositio*, *coniunctio* e *interiectio*, colocando em relevo não propriamente o seu estatuto morfossintático, mas

⁸ Tradução nossa de: “Brief historical sketches of a subject, such as are often included in introductory textbooks, inevitably look at the past through the eyes of the present, concentrating on those aspects of earlier work that seem either peculiarly relevant or, on the other side, shockingly irrelevant to present-day approaches. This is quite proper, indeed it is almost inevitable, in such a short notice; but it carries with it the danger of evaluating all past work on a subject from the point of view in favour at the present, and of envisaging the history of a science as an advance (...).”

suas implicações de ordem discursiva e textual, que as identificam, como propomos, com os *marcadores discursivos*, conforme assinalamos acima.

Pretendemos, responder, portanto, a dois questionamentos motivadores iniciais:

(1) Que tipo de considerações de ordem discursiva e textual fazem Prisciano, nos livros XIV, XV e XVI de suas *Institutiones grammaticae*, e Donato, em sua *Ars maior*, sobre os vocábulos elencados pela tradição nas classes morfológicas das preposições, interjeições e conjunções?

(2) Em termos mais amplos, que tipo de importância a gramática antiga confere aos estudos hoje denominados “textuais” e “discursivos”, entre os quais se situam a identificação, descrição e análise dos *MDs*?

Para isso, no capítulo 1, pretendemos revisar alguns textos fundamentais da bibliografia básica da Lingüística, assim como alguns manuais sobre a história da disciplina, que levam em consideração a tradição metalingüística clássica. A maior parte deles pressupõe a anterioridade do pensamento lingüístico às formulações saussurianas. Ao apresentarem as considerações metalingüísticas da Antigüidade, em geral, esses textos tomam como premissas alguns princípios atuais da Lingüística, e produzem, portanto, uma avaliação bastante negativa dos gramáticos da tradição ocidental, sobretudo latina. Nosso intuito é demonstrar que esses textos veiculam uma certa visão de “ciência” como “progresso” e revelam bem pouco conhecimento dos textos antigos.

No capítulo 2, reunimos a maior parte das informações de caráter histórico e cultural de que dispomos sobre os textos que estudamos. Pretendemos situar a *Ars maior*, de Donato, e as *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, no conjunto maior de textos metalingüísticos produzidos no limiar da Antigüidade Latina, recuperando as demandas históricas e culturais a partir das quais foram produzidos, assim como sua repercussão na Idade Média latina e o programa de estudo metalingüístico que apresentaram.

A contribuição das teorias lingüísticas modernas sobre os *marcadores discursivos* está apresentada no capítulo 3. Embora seja um tema relativamente recente entre os lingüistas da atualidade e, portanto, ainda pouco sujeito a consenso, nosso intuito foi o de traçar um quadro geral das propriedades definidoras dessa classe. Pretendemos levar em conta tanto os recortes mais teóricos do assunto, quanto aqueles que mostram a sua ocorrência em línguas modernas – especialmente no inglês e no português – e, ainda, especialmente, aqueles estudos que se ocuparam das ocorrências dessas estruturas no latim. A idéia é apresentar o tema tal como é abordado nos dias de hoje, como lição propedêutica para seu estudo, quando revelaremos as considerações presentes nos textos gramaticais antigos do nosso *corpus*.

Assim, no capítulo 4, apresentamos, finalmente, uma descrição dos textos de Donato e Prisciano, assim como nossa análise das considerações metalingüísticas desenvolvidas nesses textos e sua relação com o conceito teórico que examinamos. Trata-se, portanto, do capítulo fundamental da nossa dissertação, em que expomos mais detidamente a nossa contribuição para os estudos clássicos, em geral, e para o estudo dos *marcadores discursivos*, em particular. Situá-lo na parte final da nossa dissertação respondeu à demanda de contemplarmos previamente as noções propedêuticas que julgamos importantes para a discussão das obras que apresentamos nesse capítulo.

Finalmente, vale ressaltar, ainda uma vez, que o nosso trabalho, ancorado na perspectiva de produzir um estudo que entrelace alguns subsídios teóricos de vertentes conhecidas da Lingüística contemporânea à análise de uma língua na Antigüidade, poderá oferecer, em primeiro lugar, contribuições não somente no âmbito dessa língua particular – o latim –, mas também na esfera de outras línguas que, analogamente, apresentem mecanismos discursivos semelhantes, realizados por intermédio de *marcadores discursivos*.

Em segundo lugar, se levarmos em conta que “o latim – como língua – é o veículo necessário para entrarmos em contato direto com o mundo romano antigo e para conhecê-lo, abordando-o de seu interior” (Lana, 1983: 25), ao estudarmos a estrutura específica que delimitamos em nossa investigação, a partir do que temos, em primeira mão, analisado por Donato e Prisciano, temos, também, como consequência, uma possibilidade de fornecer outros elementos para o entendimento da cultura que subjaz a esse sistema, cuja importância para o pensamento ocidental é inegável. Equivale a dizer que o estudo de um texto metalingüístico antigo suscita reflexões que transcendem as fronteiras da imanência da língua, revelando questões de fundo importantes no que concerne ao contexto cultural e histórico em que esse texto foi escrito, à sua recepção pela posteridade, às diferentes leituras e finalidades a elas postas ao longo do tempo; enfim, a uma série de categorias extralingüísticas que, em um trabalho como o nosso, revelam-se essenciais para uma leitura cuidadosa desses textos.

É desnecessário explicitar o quanto essas questões de fundo são informativas acerca da cultura de fala latina, em cujo interior observamos, da contemporaneidade, não apenas as formas antepassadas da nossa língua, mas as da nossa sociedade e, possivelmente, também da nossa cultura. Pois, como bem assinala Fiorin (1991: 515), “conhecer nossas origens significa conhecer também as culturas grega e latina. Elas são, pois, uma herança a conservar e uma tradição de conhecimento a transmitir”.

1 A LINGÜÍSTICA DIANTE DA ANTIGÜIDADE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pereant qui ante nos nostra dixerunt.

(Morram aqueles que falaram das nossas coisas antes de nós)

Donato (*apud* São Jerônimo. *In Eccl. I*)

Citando a afirmação de Paul Veyne (1971: 255), de que Tucídides teria muito aprendido sobre sua própria civilização com os historiadores modernos, Finley (1994: 3) destaca, em seu ensaio, ter existido uma certa visão historiográfica que admitia, com o passar dos séculos, não somente um aperfeiçoamento das técnicas de abordagem da história, mas também, e, sobretudo, um contínuo e progressivo enriquecimento do conhecimento produzido pelos historiadores acerca dos fatos passados.

A favor dessa visão, poder-se-iam citar as novas publicações resultantes de fontes recém-descobertas pela arqueologia, os avanços em decorrência do aprimoramento da técnica historiográfica e, evidentemente, o fato de que o historiador moderno seria depositário de uma “experiência histórica” certamente muito maior que a de seus predecessores, sobretudo se se considerassem aqueles que, como Tucídides, escreveram sobre “história antiga” ainda na Antigüidade.

De fato, embora as novas fontes ou técnicas mais sofisticadas, tomadas isoladamente, não sejam elementos suficientes para modificar essencialmente a escrita da história, a experiência subsequente do historiador “torna[ria] possível e estimula[ria] uma reavaliação das instituições mais antigas dentro de seu próprio tempo e de seu próprio contexto” (Finley, 1994: 7). Em outras palavras, a visão retrospectiva do historiador moderno poderia não ser propriamente *informativa* para aqueles que, como Tucídides, vivenciaram os fatos históricos dentro de seu próprio tempo ou, com menor distanciamento histórico, sobre eles escreveram. No entanto, por resultar de desenvolvimentos históricos posteriores ao período temporal focalizado, o relato historiográfico moderno sobre a Antigüidade inauguraria avaliações

que, senão anacrônicas, seriam impossíveis aos historiadores antigos, e implementaria, portanto, uma narrativa sobre o passado que seria, por natureza, uma espécie de construção, cuja nota dominante seriam os juízos de valor que se lhe imporiam em virtude de sua inserção mesma na história:

A mais simples ossatura de qualquer narrativa histórica, os eventos selecionados e dispostos em seqüência temporal, implicam um juízo (ou juízos) de valor (...) O estudo e a escritura da história são, em suma, uma forma de ideologia.

(Finley, 1994: 8)

Decorreria disso, em suma, uma constatação epistemológica essencial para a historiografia: assim como as ideologias se transformam com o tempo, a escritura da história sofre uma constante transformação. Assim, Finley (1994) parece demonstrar que essas transformações na escritura histórica não implicariam, necessariamente, um “progresso”: a história e seu estudo são frutos de certas ideologias dominantes em seu tempo. Também assim, o seria qualquer noção de avanço ou retrocesso histórico.

A discussão de Finley sobre a noção de “progresso” tem como objeto o discurso historiográfico, e, em específico, aquele que se produz sobre as instituições antigas. No entanto, parece-nos particularmente exemplar quando nos deparamos com o discurso da Lingüística diante de sua história, ou, mais especificamente, com a apreciação que os lingüistas modernos fazem da tradição metalingüística antiga.

Assim como na citação supramencionada de Veyne, parece ser mais ou menos consensual à maioria dos teóricos modernos da linguagem a representação imaginária de que, após sucessivos “progressos”, o relato “científico” dos fenômenos ligados à linguagem – atualmente sob a rubrica de “estudos lingüísticos” – seria a forma mais bem acabada do saber produzido pelos homens acerca desse objeto que, por mais longa que seja a tradição de seu estudo, somente teria obtido um tratamento verdadeiramente abrangente e sistemático após o advento da Lingüística moderna,

cujo início ter-se-ia dado com a publicação das obras de Saussure e o novo paradigma investigativo que seu pensamento implicou ao longo do século XX.

Nosso intuito neste capítulo é, portanto, apresentar e examinar a forma como essa visão *progressista* dos estudos da linguagem está mais ou menos difusa na literatura que confere algum tratamento à história da Lingüística e aborda a tradição gramatical latina sob esse mesmo prisma.

Em primeiro lugar, convém esclarecer que nossa abordagem não tem a pretensão de ser um levantamento exaustivo de todas as instâncias nas quais, no interior dessa disciplina, a metalinguagem antiga recebeu alguma consideração, nem tampouco de apresentar originalidade exegética acerca da Lingüística e sua história. Em segundo lugar, como preparação para o que se segue, é importante ter em mente as palavras de Mounin (1970: 36), que, nesse caso, apresentam a premissa fundamental deste estudo: “A lingüística não explode no século XIX como uma tempestade num céu sereno. Foi preparada por todas as reflexões anteriores sobre linguagem (...).” O que importa neste momento, portanto, é como que, aos olhos modernos, se afiguram essas reflexões anteriores e as razões com que se justifica (ou não) o seu estudo ainda nos dias de hoje.

1.1 A história da Lingüística revisitada

Weedwood (2002) introduz sua obra apresentando o paradoxo com qual se deparam os historiadores da disciplina. Embora o termo date apenas de meados do século XIX – quando foi necessário, nos círculos intelectuais da época, uma distinção entre a abordagem mais tradicional de estudos da linguagem, representada, principalmente, pela “filologia”, e uma abordagem mais inovadora dos estudos da língua, a “lingüística” –, essa disciplina, em sentido amplo, já trazia em si mesma um repertório de mais de dois milênios de tradição, cuja influência, ainda que em alguns aspectos rechaçada pelas novas teorias, dificilmente poderia ser ignorada. Com efeito,

se considerada apenas a tradição ocidental de investigações em torno da linguagem, um vastíssimo cabedal de contribuições – ainda que não necessariamente lineares e uniformes, ou instituídas a partir dos mesmos recursos metodológicos – precisaria ser estudado, desde as especulações dos filósofos gregos acerca de sua língua, passando pelos gramáticos e filólogos gregos e latinos, os autores da Idade Média, do Renascimento e, inclusive, por aqueles herdeiros diretos dessa tradição, os gramáticos prescritivistas do século XVIII e XIX.

A existência de um passado tão longínquo e, aparentemente, tão produtivo, seria, portanto, um convite em si mesmo para que os teóricos da linguagem, ao escreverem sobre a história de sua disciplina, não omitissem de seus relatos esse capítulo “tão nobre” de sua história, quando o pensamento lingüístico teria emergido, assim como as principais matrizes do pensamento moderno ocidental, do âmbito de especulações filosóficas “tão profícuas” quanto as de Platão e Aristóteles, sem citar, evidentemente, o trabalho dos gramáticos gregos e latinos, como Dionísio Trácio, Apolônio Díscolo, Varrão, Quintiliano, Donato, entre outros, que teriam dado sua grande contribuição ao serem os transmissores desse pensamento e os “verdadeiros fundadores” da disciplina gramatical no Ocidente.

No entanto, se colocado em perspectiva, grande parte dos apanhados históricos a que tivemos acesso, muitas vezes situados em apêndices ou introduções das principais obras de referência da literatura básica da Lingüística (Jespersen, Saussure, Meillet, Bloomfield, entre outros), ou em manuais de história da disciplina (Robins, Mounin, Camara Jr. etc.), parecem prescindir de um estudo pormenorizado dos textos de que essa tradição se faz representativa – entre eles, em especial, os textos metalingüísticos da tradição gramatical latina, para os quais se volta a nossa atenção primordialmente – ou, quando o fazem, trazem consigo a marca de uma avaliação, que, como consideramos, é “injusta” porque nela estão, de ordinário, implícitas categorias do pensamento lingüístico contemporâneo, situando os textos do pretérito na desvantajosa situação de não serem minimamente considerados à luz dos

princípios epistemológicos de seu próprio tempo: ao contrário, procede-se a uma espécie de julgamento, tendo em mira os princípios considerados relevantes nos dias de hoje. Como assinala importante “historiador” da Lingüística,

Relatos breves de uma disciplina, como aqueles que são freqüentemente incluídos em livros-texto, inevitavelmente olham para o passado com os olhos do presente, concentrando-se naqueles aspectos dos trabalhos anteriores que parecem particularmente relevantes ou, por outro lado, absurdamente irrelevantes às abordagens dos dias de hoje. Essa atitude é bem legítima, de fato, quase inevitável, em uma breve nota como essa; mas ela carrega consigo o perigo de avaliar todo o trabalho pretérito de uma disciplina do ponto de vista que favorece o presente, e de visualizar a história da ciência como um avanço (...).

(Robins, 1967: 3)⁸

Em suma, se por um lado a Lingüística nasce já com uma longa história a ser considerada, por outro, a abordagem mais corriqueira dessa história é, muitas vezes, simplista, pois apresenta conceitos que, nas palavras de Robins, acabam por “favorecer o presente” e se conformam àquele princípio historiográfico mencionado há pouco nas palavras de Finley (1994), segundo o qual a história da Lingüística exemplificaria um caminho de muitos erros e poucos acertos, que, positivamente, teriam conduzido à abordagem que se intitulou “lingüística”, em meados do século XIX, em oposição a “gramática” ou mesmo a “filologia”. De forma análoga, se esses estudos favorecem, por um lado, as formulações contemporâneas em torno das línguas, por outro lado, menoscabam as investidas teóricas dos antigos e – como veremos – em especial as dos gramáticos latinos.

O *Curso de lingüística geral* (1973), cuja primeira edição, organizada por C. Bally, A. Sechehaye e A. Riedlinger, saiu a lume em 1916, com as idéias que Ferdinand de Saussure teria discutido em seus cursos proferidos na Universidade de Genebra, entre 1907 e 1911⁹, é tomado como um verdadeiro divisor de águas na história da Lingüística e muitos há que o consideram como o real iniciador da

⁹ Cf. I. N. Salum (1973: XVI), no “Prefácio à edição brasileira”, constante na obra citada de Saussure em sua tradução brasileira.

disciplina. Embora hoje sejam bastante conhecidas as idéias precursoras do trabalho de Saussure (como as dos chamados “neogramáticos”, por exemplo, em relação com as quais Saussure não teria rompido de forma absoluta), não se pode desconsiderar, entretanto, o papel inovador que a obra desempenhou ao longo do século XX: “Não é uma ‘bíblia’ da Lingüística moderna, que dê a última palavra sobre os fatos, mas é o ponto de partida de uma problemática que continua na ordem do dia” (Salum, *apud* Saussure, 1973: XXI). Por se tratar de um “clássico” – ao qual, ainda que divergentes, as principais correntes lingüísticas do século passado haveriam de se referir – é especialmente exemplar o tratamento que Saussure, segundo seus organizadores, teria conferido aos antepassados da disciplina, nas brevíssimas seis páginas do capítulo primeiro.

Sem maiores preocupações de resgatar as particularidades das informações metalingüísticas documentadas e, havia séculos, conhecidas dos filólogos clássicos, o mestre genebrino parece ter simplificado a questão em uma estrutura tríplice de progressão entre as formas menos próprias de investigação do fenômeno lingüístico (a “gramática” e a “filologia”) para chegar, finalmente, ao modelo epistemológico que se propõe em sua obra: a Lingüística sincrônica e estrutural, ainda que, de certa forma, herdeira dos princípios metodológicos dos comparatistas e neogramáticos do século anterior.

No âmbito da “gramática”, inserir-se-iam as formulações desenvolvidas pelos gregos e sucessores latinos, baseadas na lógica, mas desprovidas de qualquer visão “científica” e desinteressadas da própria língua. Em outras palavras, tratar-se-ia de estudos normativos que visariam unicamente à formulação de regras para distinguir construções corretas e incorretas, afastados, portanto, da observação empírica.

Por outro lado, a “filologia” representaria uma segunda tendência de estudos da linguagem, surgida ainda na Antigüidade, em Alexandria, cujos interesses transcenderiam o escopo meramente lingüístico, abarcando a história literária e cultural dos povos. Seu método, segundo Saussure, seria a crítica textual, abordando

questões intrínsecas das línguas de forma ocasional e não-sistemática, somente para proceder a uma análise comparativa de dois ou mais textos ou elucidar neles algum ponto mais obscuro. Tratar-se-ia de estudos que teriam preparado terreno para a Lingüística Histórica (como, por exemplo, os trabalhos de Ritchl sobre Plauto), mas seriam insuficientes, na medida em que teriam dado primazia ao registro escrito dos textos da Antigüidade.

Finalmente, a Lingüística Comparativa, surgida com os estudos de Bopp, em 1816, entre outros, comparando sistematicamente o sânscrito, o grego, o latim e as línguas germânicas, teria consolidado a comparação lingüística como método para um novo campo de pesquisas na linguagem, a “Lingüística Geral”, iniciada na formulação saussuriana.

Como constatamos, a tripartição esquemática presente no *Curso* só responderia mesmo a demandas mínimas de conhecimento da tradição de estudos lingüísticos ocidentais e, mesmo assim, a limitação de seu escopo resultaria em grosseiras generalizações (como a que reduz o modelo gramatical a séries de enunciados normativos, como se formassem, desde Dionísio Trácio, no século II a.C., até a gramática de Port-Royal, no século XVIII, um conjunto uniforme!).

Paralela e independente da tradição instaurada com o *Curso*, os estudos lingüísticos de linha norte-americana produziram obras de não menos relevo, como, por exemplo, *Language*, de Bloomfield (1933), na qual também se encontram, em linhas gerais, considerações acerca da produção metalingüística na Antigüidade. Embora nessa obra os pilares da tradição clássica de estudos metalingüísticos estejam esboçados (tais como a dicotomia entre *naturalismo* e *convencionalismo* e *analogia* e *anomalia*, mas, também, as características do modelo gramatical latino e sua recepção na Idade Média), os fatos apresentados não têm a autoridade dos textos em que teriam comparecido originalmente, dos quais não existem citações nem mesmo qualquer menção. Além disso, como é natural de se esperar de um esboço histórico, as idéias são apresentadas como se não tivessem, de um século ao outro,

de um autor para o outro, recebido grandes diferenciações: estão ali apresentadas como “o modelo antigo”, mas não como um entre os vários modelos, que é a primeira constatação do estudioso da metalinguagem antiga.

Em obra hoje clássica, *Language: its nature, development and origin*, Jespersen (1922) também se pronuncia acerca da Antigüidade, tendo em mira, diferentemente de Saussure e Bloomfield, não a Lingüística Estruturalista nos moldes como apresentada por esses últimos em suas obras, mas a tradição filológica comparativa que a precedeu. O estudioso afirma que, entre os antigos, a linguagem (como outras questões sobre o universo), primeiro recebeu explicações de caráter “teológico”. Entre os gregos e seus “imitadores” latinos, a linguagem era também considerada em termos de etimologias das palavras (baseadas, grosso modo, em certa similaridade entre o som e o significado delas, produzindo certo sentido na mente dos falantes).

Por outro lado, entre os filósofos gregos, um problema de profundidade maior chamava a atenção: seria a relação entre as palavras e o mundo motivada ou imotivada, *i.e.* as palavras encerram noções necessárias e naturais ou se trata de formas consagradas pela convenção? Essa seria, segundo o autor, uma questão em aberto, mesmo após mais de um século de Filologia Comparativa. No entanto, ainda que interessantes, as especulações abstratas dos gregos não mereceriam o nome de “ciência”, para o que seria necessário observação minuciosa e classificação sistemática dos fatos, características ausentes dessas primeiras investigações. Além disso, com os alexandrinos e romanos “nenhuma descoberta real sobre a natureza da linguagem teve progresso” (Jespersen, 1922: 21).

Como se vê, ainda que as informações históricas sobre os clássicos tenham respaldo naquilo que à época de Jespersen era conhecido, fica bastante evidente o fato de que se trata de uma visão linear da história, movida a progressos, e que a formulação antiga não é tão boa simplesmente porque não comunga dos mesmos princípios que norteariam os trabalhos do presente. Além disso, não existe nenhum

argumento baseado na leitura dos textos antigos que, à nossa vista, permita a apreciação tão pessimista do trabalho dos alexandrinos e romanos.

Essas mesmas idéias parecem estar presentes, em maior ou menor grau, nos manuais que se debruçam com mais atenção à história da Lingüística, entre os quais nos referiremos em seguida aos de Robins (1951, 1967, 1993), ao de Mounin (1970), ao de Mattoso Camara Jr. (1979) e, finalmente, ao de Weedwood (2002).

1.2 Uma história escrita por lingüistas

Os manuais de Robins (*Ancient and mediaeval grammatical theory in Europe* (1951), *A short history of Linguistics* (1967) e *The Byzantine grammarians* (1993)) são aqueles em que mais detidamente se apresentam as fontes gregas e latinas sobre as quais se tecem considerações. O autor tem o cuidado de ser sucinto o suficiente para que sua obra seja um manual de referência, sem, contudo, simplificar as questões de pertinência para os antigos, nem, tampouco, proceder a julgamentos movidos pelo olhar moderno sobre a linguagem, nem mesmo fazer recortes somente daquilo que seria de interesse para o lingüista moderno: “Devemos lutar para evitar a seleção deliberada de somente aquelas partes de um trabalho antigo que podem ser especialmente retomadas em relação aos interesses do presente” (Robins, 1967: 3)¹⁰.

As possíveis “avaliações” do passado a partir de premissas do presente são ocasionais e parecem não comprometer essencialmente a obra de Robins. Sobretudo nos livros de 1951 e 1967, escapa ao autor uma expectativa daquilo que “deveria” constar nos antigos, mas que, por ali não se fazer presente, diminui-lhes a relevância de seus textos, como, por exemplo, acerca de uma análise “sintática” na obra de Dionísio Trácio (séc. II a.C.): “A sua principal **omissão** é unicamente não ter dado nenhuma consideração da sintaxe grega, embora o sistema de classes de palavras e

¹⁰ Tradução nossa de: “One should strive to avoid the deliberate selection of only those parts of earlier work that can be brought into a special relationship with present-day interests”.

a análise morfológica aí estabelecidos formassem mais tarde a base de princípios sintáticos” (*idem, ibidem*: 30 – grifo nosso)¹¹.

Percorrendo as tradições antigas de reflexões sobre a linguagem, Mounin (1970) – *História da Lingüística: das origens ao século XX* – parece mostrar, ainda que em linhas gerais, que o eixo comum das investigações metalingüísticas de diferentes povos da Antigüidade (egípcios, chineses, fenícios, hebreus, acádios, gregos) poderia ser resumido no aperfeiçoamento de um sistema de escrita e de registro das tradições religiosas, históricas e literárias. O desenvolvimento e aperfeiçoamento desse sistema teria levado esses povos a uma consciência progressivamente maior para as especificidades de sua língua, fruto de uma reflexão que teria engendrado um sistema de escrita alfabética, que, entre os gregos, incluía as unidades sonoras mínimas da língua, representando não somente as consoantes, mas também as vogais. Para que se chegasse a semelhante sistema de escrita fonética, teria existido, necessariamente, uma análise prévia daquilo que a Lingüística Estruturalista então denominou “segunda articulação da linguagem”, ou “fonologia”.

O relato do autor, ainda que necessariamente breve e sem muitas referências aos textos antigos, pretende suprir uma demanda de traçar as origens da disciplina, e assim o faz, tentando, ao mesmo tempo, manter um distanciamento epistemológico das questões do passado, para não incorrer no engano de lê-las exclusivamente a partir das preocupações teóricas do presente.

O próprio autor destaca que sua história trata da

transmissão das idéias e das teorias lingüísticas, dos princípios e dos métodos (uma história de fontes, influências, genealogias intelectuais), considerando, entretanto, que não existe um desenvolvimento ulterior necessário a nenhuma idéia, as teses da linguagem não são todas precursoras de desenvolvimentos posteriores.

(Mounin, 1970: 9)

¹¹ Tradução nossa de: “Its only major omission is any statement of Greek syntax, although the word class system and the morphological analysis that are set out in it formed the basis of later syntactic statements”.

O que se rejeita, portanto, é aquela visão de história como sequência de sucessos progressivos. No entanto, o texto de Mounin não está isento de um outro juízo de valor, que resulta da subestimação da contribuição latina diante da grega, como examinaremos melhor no próximo item. Apesar disso, assim como nos manuais de Robins, a narrativa dessa história tem como pressuposto a anterioridade do pensamento metalingüístico às concepções da Lingüística moderna, a que se deve recorrer no sentido de identificar ao longo dessa tradição aquelas idéias que, atravessando os séculos, continuaram pertinentes aos estudos lingüísticos, ou que, de outra forma, modificaram essencialmente o seu caráter.

Mattoso Camara Jr. (1979) – *História da lingüística* – procede a uma classificação tríplice das formas de saber acerca da linguagem segundo suas preocupações essenciais, configurando a *pré-lingüística*, a *paralingüística* e a *lingüística propriamente dita*.

No primeiro grupo, estariam os textos que tivessem como motivação o “estudo do certo e do errado”, o “estudo da língua estrangeira” ou mesmo o “estudo filológico da linguagem”. O “estudo do certo e do errado” seria originado a partir da identificação de determinadas variantes lingüísticas com grupos sociais específicos, que tomariam a linguagem como marca social, de *status* e pertencimento a determinada classe – fato que explicaria o surgimento de gramáticas normativas e de uma educação lingüística francamente voltada para o ensino de apenas uma das variantes, aquela de maior apreço entre as camadas sociais “superiores”. Do contato (amistoso ou hostil) com comunidades lingüísticas estrangeiras, teria surgido o “estudo da língua estrangeira”, produzindo a consciência da diversidade lingüística humana e engendrando o interesse pelo estudo comparado (ou não) de uma ou mais línguas estrangeiras, motivado (ou não) por necessidades imediatas de intercâmbio entre duas comunidades de fala diferentes. Finalmente, o “estudo filológico” teria sido originado a partir da necessidade de reconstituir, preservar ou levar ao conhecimento formas clássicas ou antepassadas das línguas (muitas vezes por motivações de ordem

religiosa), produzindo, assim, a constatação das diferenças entre duas sincronias de uma dada língua e, disso, o interesse pelo estudo comparado dos textos do passado e do presente, em particular dos textos literários. Essas três vertentes, segundo Mattoso Camara Jr., caracterizariam a *pré-lingüística* e, como tal, não poderiam ser consideradas “científicas” e, portanto, teriam pouca relevância para os estudos lingüísticos contemporâneos.

Seguindo esse quadro, passaremos para o domínio da *paralingüística*, em que, segundo o autor, estariam os estudos identificados com o “estudo lógico” e o “estudo biológico da linguagem”. No primeiro grupo, estaria representado o emprego da linguagem para fins filosóficos, enquanto fonte (ou meio) de produção de conhecimento sobre as coisas, instaurando uma abordagem de estudo lingüístico híbrida (filosófica e lingüística), nomeada pelos gregos de “lógica” (do termo grego λόγος). No segundo, congregar-se-iam os estudos que focalizariam o estatuto biológico da linguagem humana, que permite aos homens a fala. O traço comum dos estudos *paralingüísticos* seria o emprego de metodologias científicas de observação, mas que, por não se deterem na linguagem como objeto específico, ainda não seriam enquadrados como propriamente *lingüísticos*.

Finalmente, compõem o grupo da *lingüística propriamente dita* o “estudo histórico da linguagem” e o “estudo descritivo da linguagem”. O primeiro – “estudo histórico da linguagem” – transforma a linguagem em objeto de estudo histórico, como acontecimento, e se propõe a investigar diferentes estágios históricos de uma língua, estabelecendo a dinâmica de causalidade entre as formas do passado e do presente (diferente, por exemplo, da consideração do passado de forma estanque, como no estudo filológico); nessa categoria estariam os trabalhos de comparação lingüística e reconstrução, desenvolvidos extensamente no século XIX, tendo como princípios epistemológicos os do “método comparativo”. O segundo – “estudo descritivo da linguagem” – focaliza a linguagem em suas funções comunicativas socialmente situadas e analisa os meios pelos quais se realizam tais funções, e é a expressão dos

estudos estruturais e funcionalistas realizados ao longo do século XX, de descrição e análise lingüística.

É digno de nota que a classificação de Camara Jr. situa a origem da Lingüística nos estudos históricos da linguagem, produzidos ao longo do século XIX, e não reconhece que tais estudos possam ter tido como premissas procedimentos metodológicos e subsídios analíticos dos estudos filológicos, ou, em outras palavras, que não surgiram do nada, mas foram, também eles, herdeiros de uma vasta tradição, que se relega, nessa classificação, à posição desconcertante de saberes “pré-lingüísticos” e não científicos. Além disso, tal classificação toma como premissa a concepção positivista de história como seqüência de desenvolvimentos: “Não devemos esquecer, todavia, que história nada mais é que um desenvolvimento contínuo” (Camara Jr., 1979: 13).

Antes de encerrarmos este item, consideremos, finalmente, a *História concisa da lingüística*, de Weedwood (2002), com que iniciamos a última seção. Não acidentalmente, essa é a obra que, ainda que “concisa”, propõe-se a tratar da história da Lingüística, por assim dizer, de forma isenta dos preconceitos que, como nas outras obras, resultam em avaliações negativas acerca do pensamento metalingüístico antigo e medieval:

Se a lingüística é o estudo da linguagem em todos os seus aspectos, então a história da lingüística deve abranger todas as abordagens passadas do estudo da linguagem, quaisquer que tenham sido os métodos usados e resultados obtidos (...) Os historiadores da lingüística estão cada vez mais dispostos a considerar o passado sob uma ótica favorável, prontos a aceitar noções que nos parecem fantasiosas, mas que, na época em que foram elaboradas, faziam muito sentido. Para entendê-las, para apreciar sua contribuição à cultura ocidental, precisamos aprender a nos despojar de alguns dos postulados centrais de nossa visão de mundo do século XX e, no lugar deles, tentar incorporar alguns dos hábitos de pensamento das pessoas de um outro tempo.

(Weedwood, 2002: 19)

Da citação acima, destacamos, em primeiro lugar, o interesse atual sobre as questões “lingüísticas” do passado. Como afirmamos alhures, a escritura da história é também histórica, ou, como afirma Mounin (1970: 9): “também nós, no decorrer do

trabalho, estamos sempre dentro da história; e o espetáculo do que pesou sobre o esforço dos que nos precederam, ou do que os impulsionou, mantém-se lição que merece ser bem meditada (...). Isso é razão suficiente para explicar pontos de vista tão diferentes acerca da necessidade de traçar o passado da Lingüística quanto os presentes em obras afastadas no tempo: as formulações de Saussure e Jespersen, do início do século XX, as de Mounin, Robins e Camara Jr., de meados do século XX, e as de Weedwood, do início do século XXI.

Sendo otimista, pode-se dizer que os temas da Antigüidade e Idade Média, nas duas últimas décadas, têm despertado a atenção dos estudiosos, daí a profusão de textos – ainda que a maioria deles produzidos fora do Brasil – que se debruçam sobre as formulações metalingüísticas antigas e medievais (Law, 1986, 1993; Robins, 1993; Baratin, 1994; Casevitz & Charpin, 1997; Cantó, 1997; Guerreira, 1997; Reynolds, 2000; Weedwood, 2002; Pereira, 2001, 2003, 2004, 2006; Neves, 1986, 2002, entre outros), que revelam uma renovação de interesses para os estudos clássicos, em geral, e para o da metalinguagem latina, em particular.

Em segundo lugar, manifestamos nossa concordância com a estudiosa, quanto à necessidade de olhar o passado nos detendo nas contribuições que ele próprio traz à nossa cultura em suas formulações originais acerca da linguagem, ainda que bem diferentes daquelas hoje aceitas como propriamente pertinentes à agenda de investigações da Lingüística. A postura inversa, a de se observar na metalinguagem antiga uma formulação insuficiente ou imperfeita dos postulados da Lingüística moderna consiste em proceder, para emprestar os termos de Pereira (2003), a uma espécie de “espelhamento às avessas”. Segundo o autor, “parece mais justo, antes, entender a formulação antiga de questões acerca da linguagem como uma instância legítima em si mesma, no contexto em que aparece, com suas motivações e objetivos, nos termos em que se coloca” (Pereira, 2003: 39).

1.3 Primeiro os gregos, depois os latinos

Casevitz & Charpin (1997), ao escreverem sobre a “herança greco-latina” em coletânea de estudos acerca do tema da *norma lingüística*, exemplificam outro aspecto das abordagens lingüísticas tradicionais acerca da produção metalingüística antiga: a de que, se por um lado, as especulações filosóficas gregas ainda possam reter alguma informação de relevo para os estudiosos do presente, o mesmo não se poderia dizer dos gramáticos latinos, cuja função teria sido a transmissão irrefletida dos princípios gregos, ou, como afirma textualmente Mounin (1970: 95): “Se Roma merece um capítulo numa história da lingüística, é bem menos por ter produzido que por ter transmitido”.

Segundo esses autores, a introdução dos estudos gramaticais em Roma, com o relato tradicional da visita do filósofo grego Crates de Malos revela que a gramática latina “depende **inteiramente** do pensamento grego, do qual tomou emprestadas as opções filosóficas, até mesmo as **manias**” (Casevitz & Charpin, 1997: 32 – grifos nossos). Em geral, os gramáticos latinos não teriam tomado partido de nenhuma das hipóteses e retiveram ambas as definições em seus tratados, sendo o resultado disso um amplo empobrecimento do projeto filosófico grego:

Vindo da Grécia para Roma, a gramática mudou de espírito e de conteúdo. Os princípios epistemológicos que a regiam quando os filósofos a definiam como ciência se tornaram simples qualidades do objeto, **variáveis** e **incoerentes**.

(Casevitz & Charpin, 1997: 37 – grifos nossos).

Assim, se o projeto de reflexão filosófica grega, que em alguma instância incluiu a sua linguagem, teria alguma coerência interna e seria útil para os pensadores ainda nos dias atuais, a reflexão latina seria desprovida de significados além dos meramente históricos, sendo de pouco (ou nenhum) interesse, pois seriam fruto de

compilações aleatórias, com grandes contradições internas e, sobretudo, insuficientes diante de um presumido projeto de “teoria lingüística”:

Praticando um ecletismo que põe no mesmo plano teorias contraditórias, as gramáticas latinas – com raríssimas exceções – anularam a significação dos grandes sistemas filosóficos gregos, pondo em seu lugar a salvaguarda do *consensus eruditorum* (...) Renunciando a seguir expressamente uma teoria qualquer, recusando empreender uma análise exaustiva e sistemática do latim, os gramáticos restringiram seu estudo à simples coleção de procedimentos descontínuos e de notações isoladas.

(*Idem, ibidem*: 37)

Mais adiante, os autores afirmam:

Incapazes de criar uma gramática funcional, porque a substituem pelos princípios da lógica estóica, ou então porque se contentaram com um realismo ingênuo, em estabelecer listas de fatos mal classificados e mal determinados, os antigos atribuíram uma sorte muito desigual ao significado e ao significante. Este último nunca é estudado com rigor. As inumeráveis páginas consagradas à flexão nominal não encerram nenhuma reflexão, nem sequer alguma definição de tema e de desinência.

(*idem, ibidem*: 44)

Essas duas últimas citações são suficientes para caracterizar o ponto de vista desses autores diante da metalinguagem latina; o ponto de vista dos que olham para a Antigüidade tendo em mira os (pre)conceitos do presente e, sem análise mais minuciosa, abordam séculos de tradição gramatical de forma superficial, sem reconhecerem as devidas particularidades de cada um dos textos metalingüísticos escritos em latim. Partem da premissa de que os gramáticos latinos foram incapazes de produzir “análises exaustivas e sistemáticas” ou de criarem “uma gramática funcional”, como se fosse apanágio dos estudos metalingüísticos latinos a busca de tais objetivos, que, como se sabe, há bem pouco tempo foram incluídos na pauta investigativa dos estudos da linguagem. Além disso, fazem asserções sem fundamento nos textos e produzem generalizações que beiram o absurdo, tal como a que afirma serem obras que apresentam “um realismo ingênuo” ou que são meras

“listas de fatos mal classificados”. Ou, então, são definidas um tanto vagamente, como “variáveis” e “incoerentes”, sem os dados textuais que poderiam justificar tais apreciações.

Idéias como essas, ainda em circulação no meio acadêmico, demonstram o quanto os textos da tradição metalingüística latina ainda são desconhecidos pela Lingüística moderna. Uma breve investigação, ainda que bastante superficial, dos tratados gramaticais latinos é o suficiente para desafiar, senão todas, pelo menos a maioria das afirmações que sobre eles são postuladas em artigos dessa natureza. Ressaltamos, portanto, ser de grande necessidade que os textos metalingüísticos antigos e medievais sejam submetidos a rigoroso estudo, como aquele que buscamos em nossa dissertação.

1.4 A estatuto histórico das reflexões metalingüísticas

Não propositalmente, iniciamos este capítulo citando o artigo de um historiador acerca de sua prática epistemológica, que situava, como vimos, a escritura da história, os seus conceitos e categorias, como instâncias igualmente históricas, sujeitas, portanto, a apreciações compreensíveis à luz do seu tempo. Com a revisão do discurso da Lingüística sobre a sua história, pretendemos demonstrar que não somente a historiografia é uma realidade histórica, mas também os estudos metalingüísticos o são. De forma mais ampla, concordamos com Auroux (1992: 11) em relação ao fato de que:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber.

(Auroux, 1992: 11)

Reconhecendo, portanto, a inserção dos estudos metalingüísticos em seu contexto histórico, é nossa intenção adotar em nosso trabalho uma visão *epistemologicamente neutra*¹² no que concerne à tradição gramatical produzida na Antigüidade Latina.

Portanto, concluindo este capítulo, vale ressaltar que após quase um século das formulações de Saussure (1916), que teriam, como vimos, apresentado o programa metodológico que teve grande repercussão nos estudos lingüísticos do século XX, constatamos ser necessária uma revisão das fontes a partir das quais se pôde construir esse modelo teórico, ainda que dele tais fontes fossem muito diferentes. Nunca é demais repetir que essa é uma das motivações do nosso trabalho: a de lançar luz sobre esses textos metalingüísticos da Antigüidade com vistas a compreender com mais clareza sobre que pressupostos se formulam questões hoje levantadas pela Lingüística. Nesse sentido, somos movidos pela mesma convicção de que “sem a tradição gramatical latina (...) não haveria simplesmente o que chamamos hoje a lingüística (...)” (Auroux, 1992: 45).

Entretanto, no que é próprio da tradição antiga, é preciso reconhecer as suas peculiaridades. Em outras palavras, é preciso ressaltar que não é possível “desejar que os antigos tivessem preocupações que são próprias de nosso momento, pois isso significaria cobrar deles algo que jamais se propuseram – nem deveriam – nos oferecer” (Pereira, 2003: 39). É preciso, antes de tudo, maior conhecimento direto dos textos antigos, a partir de traduções tais que possibilitem interpretações menos enviesadas como aquelas aqui já apontadas, a fim de tornar disponíveis, aos lingüistas do presente, as informações que neles são originais acerca dos fenômenos lingüísticos, discursivos e poéticos sobre os quais se detinham, à luz dos subsídios históricos e culturais sobre a época em que foram registrados, de sua transmissão e

¹² Conforme Auroux (1992: 14): “A neutralidade epistemológica decorre imediatamente de nossa forma de abordar o objeto: não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério. (...) Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto”.

recepção pela posteridade; para deles extrair, em suma, não somente informações que de outra forma não seria possível acerca de categorias formais dessas línguas, mas também das raízes do pensamento moderno ocidental sobre a linguagem, das quais somos herdeiros e, em grande parte, talvez ainda transmissores.

Dentro dessa perspectiva, apresentaremos, no próximo capítulo, considerações de caráter histórico e filológico que esboçam o panorama cultural e intelectual em que foram produzidos os textos gramaticais dos quais recortamos o nosso *corpus*, para, em seguida, nos determos mais minuciosamente sobre o conceito teórico que neles nos interessa.

2 HERDEIROS DA TRADIÇÃO ANTIGA: DONATO E PRISCIANO

Nas palavras de Lyons (1979:3), “a lingüística, como qualquer outra ciência, constrói sobre o passado, e assim o faz não somente desafiando e reformulando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as”. Esse é um entre outros fatores (de caráter histórico e cultural) que nos motivaram a olhar o passado e dele recortar um conjunto de textos, do século IV e do século VI, nos quais estudamos o conceito dos *marcadores discursivos*, que, embora na formulação moderna recebam nome e tratamento diferentes, também se apresenta nos textos latinos.

O intuito deste capítulo é trazer à nossa discussão o debate que se faz sobre esses textos, no domínio das disciplinas ligadas à história da Lingüística e à Filologia. No primeiro item, apresentamos, em linhas bastante gerais, algumas considerações sobre a relação do pensamento gramatical latino tardio – aqui representado por Donato e Prisciano – com suas matrizes filosóficas gregas. No segundo, tratamos dos textos que compõem as *artes grammicae* de Donato – de longe os textos mais conhecidos e difundidos ao longo da Idade Média – e suas implicações com o ensino do latim. Finalmente, trazemos à nossa apreciação as *Institutiones grammicae* de Prisciano, que representaram, na Antigüidade Tardia, um monumental esforço de sistematização dos princípios gramaticais da língua latina, organizadas em dezoito livros que recobrem, nas edições modernas, como a dos *grammatici Latini*, de Heinrich Keil (GLK, 1961 [1855]), cerca de mil páginas de texto latino impresso.

Abordaremos, portanto, primeiramente, a singularidade desses tratados gramaticais nos contextos em que foram produzidos e adotados, em suas finalidades específicas. Em segundo lugar, pretendemos mostrar que o registro dos conceitos metalingüísticos, desenvolvidos a partir das primeiras formulações gregas, até sua aplicação à descrição do latim no limiar da era antiga, estava na base da constituição das disciplinas modernas que se ocupam da linguagem humana.

A nossa perspectiva justifica-se pela convicção de que as considerações metalingüísticas da Antigüidade não somente podem ser de interesse investigativo para a Lingüística moderna – cujas teorias, segundo a afirmação de Lyons, podem ser vistas (até certo ponto) como reformulações ou desenvolvimentos ulteriores –, mas também pela convicção de que tais documentos representam formulações originais acerca de “línguas vivas do passado” (Lima, 1995: 19), *i.e.*, o latim apresenta a complexidade verificada quando nos confrontamos com as línguas modernas, às quais se agregam uma cultura, uma sociedade, uma literatura, falantes com propósitos comunicativos; em suma, elementos que garantem a uma língua a legitimação de seu estatuto de existência.

Esse ponto de vista traz conseqüências importantes para uma revisão dos estudos clássicos tradicionais, pois, ao situarmos os textos antigos nos contextos lingüístico-culturais de onde emergem, rechaçamos certa vertente de estudos humanísticos, que apresentaram, ao longo das últimas gerações, o latim como uma coleção de itens morfossintáticos, exemplificados em sentenças descontextualizadas, que corroboraram a opinião de que se tratava apenas de uma “língua feita de lugares-comuns, que, por mais que lapidares, faz do latim uma língua morta!” (Lima, 1995: 25)

Em suma, levando em consideração todos esses fatores – sociais, culturais, comunicativos –, apresentaremos, portanto, os projetos de análise lingüística levados a termo pelos gramáticos latinos Donato (séc. IV) e Prisciano (séc. VI), que tamanha repercussão tiveram ao longo da Idade Média, e cujos reflexos nas teorias modernas ainda estão por serem bem compreendidos.

2.1 A disciplina gramatical na Antigüidade Latina: um brevíssimo comentário

Embora seja compreensível que o interesse pela linguagem não seja privilégio do pensamento grego, em geral é no seio dessa civilização que se reconhecem as origens das formulações metalingüísticas de que os teóricos modernos da linguagem

seriam ainda os herdeiros nos dias de hoje (cf. Robins, 1951, 1967; Mounin, 1970; Mattoso Camara Jr., 1979; Auroux, 1992; Weedwood, 2002; Neves, 2005). Essa crença de que os gregos teriam, em seu período de maior fecundidade intelectual, pensado sobre todas as coisas, e demonstrado inequívoca superioridade nos saberes que tenham produzido, representa uma constante no pensamento ocidental desde a Antigüidade Latina, quando teria Horácio, no século I a.C., afirmado que “a cativa Grécia fez cativo o feroz vencedor e introduziu as artes no agreste Lácio”¹³ (Hor. *Ep.* 2, 156-157), e também quando, no século VI, embora escrevesse em latim sobre essa língua, Prisciano prefacia sua gramática, mostrando sua admiração não pelos gramáticos latinos predecessores, mas pelos gregos, como Apolônio Díscolo (séc. II): “com efeito, o que de mais seguro que a arte de Herodiano, o que de mais esclarecido que as buscas minuciosas de Apolônio pode ser encontrado?”¹⁴

Concordamos com Law (1993: 12) quanto ao fato de que “a história do estudo da gramática entre os romanos exemplifica a força e continuidade da influência grega”¹⁵, fato que se sustenta, por exemplo, com a atribuição que os próprios latinos faziam das origens dessa disciplina em seu território, após certo incidente envolvendo um filósofo grego: Crates de Malos, no século II a.C. Segundo narrou Suetônio (64-140 a.C.), em *De grammaticis et rhetoribus*, o filósofo estóico teria quebrado a perna, ao cair em uma cloaca, em uma missão diplomática, fato que o obrigou a permanecer na *Urbs* dando palestras sobre Homero e os poetas gregos. Com isso, situava-se, também, desde a sua gênese, a ascendência do pensamento filosófico helenista sobre as reflexões gramaticais. Em outras palavras, a voz dos antigos confirma o que hoje se diz sobre a relação entre a tradição latina e grega: “a tradição latina é o resultado de uma transferência” (Auroux, 1992: 21).

¹³ Tradução nossa de: *Graecia capta ferum uictorem cepit et artes/Intulit agresti Latio*. (Hor. *Ep.* 2, 156-157)

¹⁴ Tradução nossa de: *quid enim Herodiani artibus certius, quid Apolonii scrupulosis quaestionibus enucleatius possit inueniri?* (GLK, II, 1)

¹⁵ Tradução nossa de: “The history of the study of grammar among the Romans exemplifies the strength and continuity of Greek influence”.

Por outro lado, convém esclarecer que, desde as primeiras formulações gregas acerca da linguagem, ainda no âmbito da filosofia, em obras como o *Crátilo*, de Platão, *Da Interpretação*, de Aristóteles, e muitos outros tratados de origem estóica, passando pelos gramáticos alexandrinos, como Dionísio Trácio (séc. II a.C.) e mesmo Apolônio Díscolo (séc. II), até chegar às obras de caráter metalingüístico produzidas no seio da latinidade – como o *De lingua Latina*, de Varrão (séc. I a.C.), ou mesmo a *Institutio oratoria*, de Quintiliano (séc. I), ou a *Ars minor* e *Ars maior*, de Donato (séc. IV), – o pensamento metalingüístico sofreu importantes modificações que os autores lhe imprimiram à luz das necessidades de seu momento histórico e das demandas culturais e intelectuais em que essas obras foram produzidas. O próprio termo *grammatiké* (γραμματική) revela profundas mudanças ao longo do tempo: inicialmente se referia à capacidade de decodificação da escrita, ou à leitura, passando a significar, posteriormente, o ensino das letras (γράμματα). Os estudos propriamente metalingüísticos eram realizados sob o prisma de outra disciplina, a *filosofia* (φιλοσοφία). Portanto, as observações mais antigas sobre a linguagem de que se tem notícia foram produzidas sob a insígnia das investigações filosóficas (pré-socráticas, retóricas, sofistas, platônicas etc.), até que o fenômeno lingüístico atingisse um *status* de autonomia epistemológica, fato ocorrido não antes do século III a.C., com os filósofos estóicos e, em II a.C., com os filólogos alexandrinos (cf. Robins, 1967; Law, 1993; Baratin, 1994; Cantó, 1997).

Conforme destaca Robins (1951: 4), nas origens, as fronteiras entre gramática, filosofia, retórica, lógica, física, e mesmo metafísica não eram tão definidas, o que indica que um trabalho de seleção e organização precisa ser feito por quem hoje se aproxima dos textos fundadores, no intuito de recortar-lhes os aspectos propriamente “lingüísticos”. Os fatos da linguagem foram precedidos por um tratamento filosófico anterior: “aquele exame da linguagem nascido do esforço criativo do pensamento helênico se concretiza num exame metódico e específico da língua grega” (Neves, 2005: 117). A obra que hoje se considera exemplar na aplicação dos princípios

filosóficos gregos ao exame de sua língua é a *Tékhne grammatiké*¹⁶ (*Τέχνη γραμματική*) de Dionísio Trácio, escrita no século II a.C., cuja concepção de gramática (“o conhecimento empírico do uso geral dos poetas e prosadores”¹⁷) estaria presente nos trabalhos latinos posteriores¹⁸: em um primeiro momento, em Roma, a *ars grammatica* representou, por isso, um programa escolar voltado para a apresentação e comentário dos textos clássicos à juventude; e obteve uma especialização enquanto “teoria” ou “descrição” lingüística somente muitos séculos depois, com o aparecimento de outras finalidades para seu estudo, como o aprendizado do latim como língua estrangeira ou a possibilidade de acesso a uma variante latina que havia muito não era falada pelo povo comum cotidianamente.

Nesse quadro, como estabelece Cantó (1997), em um estágio inicial, o estudo das obras antigas do cânone clássico (Homero, os filósofos e poetas gregos) fundamentou-se nos conceitos e métodos helenísticos¹⁹, aplicados, em seguida, ao estudo das obras em latim. No período helenístico, o trabalho dos filólogos tinha como uma de suas preocupações centrais o estabelecimento dos manuscritos, para chegar a conclusões sobre a autenticidade de dada obra. Em um segundo período, em Roma, a abordagem dos textos antigos é parte de um programa mais abrangente de “educação lingüística”, que se dividia entre a escola do *magister ludi* (aprendizado de leitura e escrita e cálculos fundamentais); *grammaticus* (estudo dos gêneros da poética) e *rhetor* (estudo e produção dos gêneros em prosa, etapa à qual ascendiam

¹⁶ Da *Tékhne* (*Τέχνη γραμματική*) é consensual entre os filólogos serem de Dionísio apenas os cinco capítulos iniciais, admitindo-se hoje que, possivelmente, o restante da obra represente uma formulação posterior, do século IV, que não pode ser visto como o ponto de partida dos desdobramentos gramaticais que se creditam ao trabalho de Dionísio. Embora tenha sido amplamente estudada, comentada e traduzida no Oriente grego, ela permaneceu praticamente desconhecida no Ocidente até sua primeira edição impressa, em 1727. (Para maiores desdobramentos dessa questão, cf. Robins [1992,1993] e Weedwood [2002]).

¹⁷ Tradução do original grego (*apud* Robins, 1993: 44):

Γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων.

¹⁸ O filósofo Crates de Malos (da escola dos anomalistas de Pérgamo) é quem atribui, pela primeira vez, o significado de *grammaticus*/γραμματικός como *poetarum interpres*. A denominação *philologus*/φιλόλογος parece ser pela primeira vez empregada por Suetônio (*Gramm.* 10, 5). (Cf. Cantó, 1997). O conceito de Dionísio comparece em Varrão (séc. I. a.C.) e Quintiliano (séc. I) (cf. Robins, 1993).

¹⁹ A abordagem da obra literária, segundo Dionísio Trácio (que ensinou em Rodes, entre 140 a.C. e 90 a.C.), consistia em um comentário em seis partes: 1) leitura em voz alta; 2) explicação de figuras retóricas; 3) explicação de arcaísmos (*glossae*) e de dificuldades menores do texto; 4) etimologias; 5) analogias; 6) juízo de valor. Segundo Varrão (frag. 236 Fun), em quatro partes: *lectio*, *enarratio*, *emendatio* e *iudicio*. (Para explicações mais completas, cf. Cantó, 1997).

apenas uns poucos, após a tomada da toga viril, e que era imprescindível para a carreira forense – o *cursus honorum*).

É em consequência do exercício da função de *grammaticus* que, a partir de notas de aula e anotações de curso, começaram a surgir manuais didáticos, as *artes grammaticae*, que estariam na gênese daquilo que mais tarde se chamaria “gramática” e que abarcaria, inicialmente, matérias de caráter descritivo da língua latina (os seus sons, as “partes do discurso” ou “partes da oração” (*partes orationis*), os seus vícios e figuras), orientadas para obter a correção na leitura e escrita; e o estudo dos poetas, normalmente em formas de comentários de textos poéticos, escritos em verso, selecionados previamente de acordo com o cânone vigente. Portanto, na sua origem, o estudo da *grammatica* envolvia alguma reflexão sobre a língua, mas somente com vistas ao domínio de determinado uso, e que não prescindia de uma prática paralela de leitura e crítica literária.

Law (1993) acrescenta que, já no final do século IV, os dois gêneros que compunham as *artes* (a descrição sumária da língua e o comentário) eram, em geral, produzidos pelos gramáticos, embora em obras independentes: este é o caso da conhecida *ars* de Donato, escrita em duas versões, para atender a objetivos pedagógicos: a *Ars maior*, mais longa, e a *Ars minor*, um sumário “telegráfico” do conteúdo da primeira. Ao lado delas, Donato escreveu comentário a Virgílio e a Terêncio, dos quais chegou à modernidade integralmente apenas o segundo.

A especialização da gramática como estudo das línguas em si mesmas é fruto das profundas transformações sociais e culturais ocorridas no final da Antiguidade, sobretudo a partir do século IV. Conforme assinala Guerreira (1997), o Cristianismo promove rupturas essenciais que marcam o final do mundo antigo, e inaugura um conflito entre *paganismo* e *cristianismo* que culmina no século IV. Com Juliano (Flavius Claudius Iulianus, 361-363), deu-se início a um processo de renascimento dos valores pagãos, seguida por uma fragmentação crescente do Império após Teodósio (Flavius Theodosius, 379-395). Esse conservadorismo, por um lado, e a sensação de

fragmentação não somente geográfica, mas também cultural, inspiraram uma revalorização das obras clássicas e propiciaram o cultivo de obras que delas se ocupassem, ou que tivessem como tema o aspecto educativo e a preservação das bases culturais da civilização romana, que se modificava com rapidez e que, aos olhos dos pagãos, estava desmoronando. Assim, a *grammatica* (e também a historiografia) seria um dos poucos gêneros herdados da Antigüidade que teria grande força nesse período, e seria a porta-voz da cultura antiga, ainda que pagã.

2.2 Donato, o ensino de latim e o modelo da *ars grammatica*

Baratin (1994: 143) ressalta a proeminência do modelo das *artes grammaticae* entre os vários gêneros metalingüísticos da Antigüidade a partir do século III, situação que perduraria até, pelo menos, a publicação das obras de Prisciano e a ruptura que se instauraria em relação a esse modelo. A *ars* e os comentários de Donato levam a crer no seu interesse de dotar a comunidade escolar de sua época de um manual, de acordo com os temas dentro da especialidade do *grammaticus*. Somente enquanto texto pedagógico se justificaria a sua imensa popularidade na Antigüidade Tardia e na Idade Média. De fato, “a *Ars maior* de Donato tem a reputação de ser o modelo mais acabado desse tipo de tratado” (Baratin, 1994: 143)²⁰. A fortuna crítica da obra de Donato é notável, e pode ser resumida nas palavras de Guerreira (1997: 785): “A obra de Donato é o ideal da gramática romana e, devido a seu caráter exemplar, merece uma maior atenção”²¹.

Donato (*Aelius Donatus*) teria vivido em Roma entre 310 e 363. A despeito da grande repercussão de sua obra, poucos são os dados biográficos realmente confiáveis de que se dispõe hoje na literatura sobre o assunto. Através de São Jerônimo, de quem Donato foi mestre, costuma-se situar os melhores anos de sua

²⁰ Tradução nossa de: “L’*Ars maior* de Donat a la réputation d’être le modèle le plus achevé de ce type de traités”.

²¹ Tradução nossa de: “La obra de Donato es el ideal de la gramática romana y debido a su carácter ejemplar merece una mayor atención”.

atividade como *grammaticus* entre 354 e 363²². Ainda que não haja dados mais precisos, também é mais ou menos consensual acreditar-se ter sido de origem africana. Seu renome ainda em vida é atestado pelos títulos que São Jerônimo lhe dá de “*clarissimus*” e também pelo fato de ter-se promovido ao cargo de mestre de Retórica.

Sua *Ars grammatica* se desdobrava em dois volumes, a *Ars minor* – composição brevíssima, organizada em forma de perguntas e respostas – e a *Ars maior*. Essas obras foram seguidas de dois comentários: a Virgílio (do qual se dispõe, atualmente, apenas de fragmentos) e a Terêncio. Em geral, são bem abundantes os manuscritos da *Ars*, que estão presentes em cinco famílias de manuscritos, agrupados em dois ramos. Antes de 1500, são conhecidas pelo menos onze edições completas ou parciais das obras de Donato (cf. Baratin, 1998: 41). As edições mais conhecidas e utilizadas ainda nos dias de hoje são as de Van Putschen (1605), Heinrich Keil (GLK, IV, 1855) e Louis Holtz (1981).²³

Na esteira da concepção grega da gramática, assinalada em Dionísio como “o conhecimento empírico dos poetas e prosadores”, estava a noção já bem conhecida dos romanos desde, pelo menos, a época de Quintiliano (30?-96? d.C.): “esse mister, embora se divida, muito sucintamente, em duas partes – a arte de falar corretamente e a explicação dos poetas –, encerra mais em si do que deixa transparecer” (Quintiliano, I, IV, 2 *apud* Pereira, 2006: 85).²⁴ Entendiam-se, portanto, duas funções importantes na compilação didática do *grammaticus*: uma parte que se referia mais especificamente à língua, com o propósito claro de se favorecer determinado uso que dela se fazia – *recte loquendi scientia* – e uma segunda, que se referia à explicação ou

²² Referências de S. Jerônimo a Donato podem ser encontradas nas obras *Chronicon* (358), *Apologia aduersus libros Rufini* (I, 16) e *Commentarius in Ecclesiasten* (I, 9-10) (Cf. Law, 1993: 14).

²³ Maiores informações filológicas sobre os manuscritos da obra de Donato são oferecidas por Baratin (1998) e Holtz (1981). Em nosso trabalho, tomamos por base a edição dos *grammatici Latini* de Heinrich Keil (GLK, IV). Conquanto seja anterior à de Louis Holtz, nossa escolha se justifica, como já assinalamos, pela tentativa de preservar uma uniformidade no tratamento filológico conferido à edição de todos os textos do nosso *corpus*. É também na edição de Keil que encontramos os livros das *Institutiones grammaticae* que nos interessam.

²⁴ Tradução de: *Haec igitur professio, cum breuissime in duas partes diuidatur, recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem, plus habet in recessu quam fronte pomittit (...).*

comentário dos textos poéticos – *poetarum enarratio*. Assim, portanto, como assinala Guerreira (1997: 785), “a gramática tem duas partes claramente diferenciadas, uma exegética e outra heurística: a exegética tem como missão a explicação dos autores, a heurística, a definição gramatical.”²⁵ Segundo o autor, essas duas preocupações que a *grammatica* revelava em solo romano era o reflexo de uma elaboração latina sobre as concepções alexandrinas e estoicas sobre a linguagem. De fato, o interesse filológico permanecia na necessidade de “explicar os poetas” e o analítico na apresentação das categorias gramaticais, como as *partes orationis*. Em outras palavras:

Na origem, o ensino gramatical e a atividade filológica eram distintas. Os gramáticos eram, entretanto, por formação, os mais aptos a realizar o trabalho filológico. Essas suas atividades foram, portanto, muito cedo consideradas como as duas faces de uma mesma especialidade: a gramática.

(Baratin, 1994: 146)²⁶

É por esse motivo que as obras de Donato – os dois compêndios gramaticais, a *Ars maior* e a *Ars minor*, e os comentários, a Virgílio e a Terêncio – participavam de um mesmo programa de “educação lingüística”. Embora sua recepção e transmissão tenha se dado de forma independente – os textos gramaticais e os comentários –, ambos participavam de um mesmo programa didático em sua origem.

Como já mencionamos acima, a *Ars grammatica* de Donato se dividia em duas redações, uma mais longa – a *Ars maior* – e uma bem mais breve – a *Ars minor*. Law (1993: 15) afirma que “os dois trabalhos eram baseados no material gramatical em circulação nos séculos III e IV, ao qual eles acrescentaram pouca (se alguma)

²⁵ Tradução nossa de: “La gramática tiene dos partes claramente diferenciadas, una exegética y otra horística: la exegética tiene como misión la explicación de autores, la horística la definición gramatical”.

²⁶ Tradução nossa de: “À l'origine donc, l'enseignement grammatical et l'activité philologique étaient distincts. Les grammairiens étaient cependant, par formation, les plus aptes à accomplir ce travail philologique. Ces deux activités ont donc été très tôt considérées comme les deux faces d'une même spécialité, la grammaire”.

originalidade”²⁷. Ainda que os textos de Donato tenham apresentado pouca contribuição ao pensamento gramatical conhecido à sua época, é inegável que outras qualidades lhes garantiram o destaque diante de outros manuais do gênero. Quanto a isso, Guerreira (1997: 786) destaca sua escrita sucinta, de fácil manuseio, que o diferenciava de outros manuais, como o de Carísio. De fato, se a uma primeira vista a obra de Donato parece uma mera compilação dos temas que circulavam à época, se observada com cuidado, percebe-se um detalhado e cuidadoso planejamento em sua escrita, a fim de atender à sua orientação francamente escolar.

Em linhas gerais, a *Ars maior* pode ser dividida em uma estrutura tripartite. A *Ars maior I* aborda as categorias do som e métrica latinos (*uox, litterae, syllaba, pedes, toni* e *positurae*). A *Ars maior II* aborda as *partes orationis*, embora não apresente qualquer paradigma. Em vez disso, a *Ars maior II* continha uma discussão mais detalhada sobre temas mais teóricos, como as classificações dadas às palavras e as irregularidades dos adjetivos comparativos, por exemplo. Finalmente, a *Ars maior III* apresenta um apanhado sobre o que chamaremos de “estilística”, *i.e.*, das figuras e “vícios” de linguagem, que nos chama a atenção para a consciência do gramático acerca da variação lingüística e a necessidade de se apresentar as características de uma certa norma, voltada para um determinado uso.

A *Ars minor* concentra-se no conteúdo do livro II da *Ars maior*. O formato em perguntas e respostas é bastante curioso e retrata bem sua intenção francamente didática²⁸. Nessa forma, apresentam-se as características mais importantes de cada

²⁷ Tradução nossa de: “Both works were based on the traditional grammatical material in circulation in the third and fourth centuries, to which they added little if any originality” (Law, 1993: 15).

²⁸ A redação em formato de perguntas e respostas consistia em uma técnica didática já bastante conhecida à época de Donato, para a apresentação de fatos gramaticais. Retoma o modelo grego dos *epiresmoi* (em latim: *partitiones*), também empregado por Prisciano em uma de suas obras, que comenta, no esquema das perguntas e respostas, cada um dos primeiros versos de cada canto da *Eneida* – as *Partitiones duodecim uersuum Eneidos principalium* (Cf. Robins, 1992: 70). Vejamos, por exemplo, a introdução da seção *De coniunctione*, da *Ars minor*:

Coniunctio quid est? *Pars orationis adnectens ordinansque sententiam. Coniunctioni quot accidunt?* *Tril. Quae?* *Potestas figura ordo. Potestas coniunctionum quot species habet?* *Quinque. Quas?* *Copulativas disiunctivas expletivas causales rationales.* (O que é uma conjunção? É a parte do discurso que conecta e ordena a sentença. Quantas propriedades se aplicam às conjunções? Três! Quais? Valor, forma e ordem. Há quantos valores das conjunções? Cinco! Quais? Copulativas, disiunctivas, expletivas, causais e lógicas.)

categoria gramatical, na ordem tradicional das *partes orationis* – nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição – seguidas de paradigmas flexionais, escolhidos segundo o gênero, e não, como comumente era feito, segundo a declinação: *magister* (masculino); *musa* (feminino); *scamnum* (neutro) e *sacerdos* (comum de dois gêneros). A *Ars minor* corresponde a uma redação posterior à *Ars maior* e leva a crer que ambas eram empregadas em etapas diferentes na escola.

A disposição da matéria, a sua organização complementar nas duas versões da *Ars grammatica* de Donato e a acuidade com que foram expostos os princípios gramaticais, ainda que sucintamente, sinalizam para um cuidadoso e profundo planejamento de sua escrita, orientada para sua finalidade escolar:

A respeito da organização do material, este segue uma estrutura piramidal, na qual se parte de definições que se vão abrindo como chaves, um sistema que permite uma maior facilidade de retenção por parte do aluno e cuja estrutura de boneca russa favorece as multiplicações *ad infinitum* e torna fáceis as modificações de esquema por parte do professor.

(Guerreira, 1997: 786)²⁹

Talvez seja mesmo pela sua organização que grande popularidade teriam os dois trabalhos de Donato em tão pouco tempo. Como lembra Law (1993: 15), professores do século V e VI retomaram as *Artes grammaticae* de Donato e lhes acrescentaram adendos, ora comentando, ora expandindo, ou mesmo exemplificando pontos que julgaram mais obscuros ou inacessíveis a seus alunos. Assim, para Sérvio, Sérgio, Cledônio e Pompeio, gramáticos do século V, a obra de Donato passou a funcionar como uma base fundamental sobre a qual escreviam os seus comentários.

Assim, portanto, sobretudo a partir da obra de Donato, os comentários, antes escritos sobre os poetas, passaram também a ser escritos sobre os gramáticos e, em pouco tempo, estes últimos se tornaram o tipo mais comum. Mudando o foco de um texto poético para um texto gramatical, os gramáticos produziram uma delimitação no

²⁹ Tradução nossa de: "Respecto a la organización del material, este sigue una estructura piramidal en la que se parte de definiciones que se van abriendo como llaves, un sistema que permite una mayor facilidad de retención por parte del alumno y cuya estructura de muñeca rusa favorece las multiplicaciones *ad infinitum* y hace fáciles las modificaciones al esquema por parte del profesor".

escopo da disciplina, e, dessa forma, garantiram a sua sobrevivência: os estudos gramaticais de Donato, por exemplo, diferente do de um poeta clássico, não estavam ‘contaminados’ com o paganismo greco-romano, diante da nova visão cristã que começava a ser hegemônica na Europa. Com isso, do projeto antigo da gramática romana sobraría o interesse pela imanência, pela “análise lingüística”, preocupada em menor escala com o estudo paralelo da “literatura”.

Além desse, outro fator responsável pelo privilégio concedido à imanência da análise lingüística, a partir desse período, é o fato de que o crescente influxo de falantes não-nativos e as constantes mudanças lingüísticas que isso implicava³⁰ tornou necessária a existência de obras de maior fôlego e mais minuciosas, pois não poderiam, como a *ars* de Donato, pressupor que o estudante da escola do *grammaticus* fosse sequer falante proficiente do latim clássico. Portanto, em vez de se manter como um estudo propedêutico à leitura e apreciação da poesia clássica, o estudo da gramática tornou-se um fim em si mesmo, pois era a língua – não mais a literatura – o que se precisava dar a conhecer.

2.3 Uma gramática latina para falantes de grego e sua recepção no Ocidente

O historiador iluminista Edward Gibbon (1737-1794), em uma das mais vastas obras que se debruçam sobre a Antigüidade Latina, recupera o argumento tradicional de que, entre outros fatores, a decadência de Roma tenha se devido à divisão do poder entre Roma e Constantinopla, cidade fundada por Constantino, em 330:

³⁰ Como afirma Robins (1967: 56 – tradução nossa): “Quão diferente o latim escrito aceitável estava se tornando pode ser visto através da comparação entre a gramática e o estilo de São Jerônimo, na tradução do século IV da Bíblia (a ‘Vulgata’), na qual vários traços gramaticais das línguas românicas são antecipadas, com o latim preservado e descrito pelos gramáticos, dos quais, Donato, depois apenas de Prisciano, em reputação, tinha sido, de fato, o professor de São Jerônimo.” (No original: “How different accepted written Latin was becoming can be seen by comparing the grammar and style of St. Jerome’s fourth century translation of the Bible (the Vulgate), wherein several grammatical features of the Romance languages are anticipated, with the Latin preserved and described by the grammarians, one of whom, Donatus, second only to Priscian in reputation, was in fact St. Jerome’s teacher”.)

A corte bizantina assistiu com indiferença, talvez com prazer, à desonra de Roma, aos infortúnios da Itália, e à perda do Ocidente (...) o cisma nacional entre gregos e latinos alargou-se pela permanente diferença de língua e costumes, de interesses e até mesmo de religião.

(Gibbon, 1997 [1788]: 443)

Se as diferenças lingüísticas, culturais, sociais e religiosas, que sempre existiram entre as regiões romanizadas (do Ocidente) e as regiões de fala grega (do Oriente), eram até então amainadas por uma forte política de centralização em Roma, elas recrudesceriam após a fundação de Constantinopla e as instabilidades político-religiosas do século IV. Em outras palavras: as regiões ao ocidente de Roma tinham sido amplamente romanizadas, e o latim (ainda que diferente em vários aspectos da variedade clássica dos textos), dentro de algumas gerações, se tornara o principal veículo de comunicação administrativa e cultural, advindo disso a tradição de seu ensino nessas regiões. No oriente, entretanto, o grego ático tinha representado uma língua de administração e cultura desde o período helenístico, *status* nunca perdido totalmente, e tendia a se acentuar após a divisão do Império em duas regiões politicamente reconhecidas, o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e o Império Romano do Oriente, com sede em Constantinopla (Bizâncio).

No entanto, ao contrário do que geralmente se pensa, a relação dos bizantinos com Roma é muito mais de continuidade do que de ruptura³¹. Conforme destaca Robins (1993: 3-9), os bizantinos se reconheciam entre si como herdeiros dos valores de Roma, e assim se identificavam: *româioi* (“romanos”). Embora a maioria da população falasse o grego, em sua língua o adjetivo “helênico” se referia não ao seu momento presente, mas ao seu passado, à Grécia Antiga e à sua cultura, que, embora constantemente associados ao paganismo, eram ainda estudados e preservados com admiração e nostalgia.

Dessa nostalgia e valorização da tradição greco-romana, surgia a necessidade de serem os guardiões da língua e literatura latina e grega, e de produzirem, portanto,

³¹ Auroux (1992: 42), chega a afirmar que “o fundo latino constitui um fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem”.

comentários, explicações, dicionários, gramáticas, livros didáticos. A escrita de tais gêneros (bem diferentes daqueles cultivados nos períodos áureos da cultura greco-romana) se justificava a partir da crença comum de que a tradição clássica, Roma, e, sobretudo, Atenas, representaram, no passado, civilizações únicas que atingiram o apogeu do pensamento humano – com os filósofos e poetas, como Platão, Aristóteles e, principalmente, Homero; que nunca poderiam ser igualados ou superados. Aos estudiosos bizantinos restavam, segundo essa crença, o estudo e a preservação de suas obras.

De acordo com Robins (1993: 3), com o enfraquecimento e conseqüente colapso do Império Romano Ocidental, Constantinopla viu-se encarregada de três responsabilidades principais: a continuação do antigo império que eles representavam, a defesa e propagação do Cristianismo³² e a preservação da civilização, artes e pensamento grego, dos quais eram os herdeiros diretos. Por ter herdado e preservado a cultura greco-romana por quase mil anos³³, Constantinopla, no papel histórico de centro irradiador dessa cultura, produziu grandes obras em várias esferas do conhecimento, sobretudo em teologia, filologia, gramática e poética. Grande parte desses trabalhos foi escrita em língua grega, que já adquiria características que seriam as do grego moderno, tais como a mudança que substituiu o sistema tonal e quantitativo do grego clássico pelo sistema de acentuação de intensidade do grego contemporâneo. Essas diferenças se constatarem, por exemplo, pela coexistência de textos escritos em grego clássico (em gêneros mais formais) e textos, de caráter popular, escritos na chamada *koiné diálektos* (κοινή διάλεκτος), o dialeto padrão,

³² Durante o período de Constantino, o Cristianismo foi inicialmente tolerado e depois aceito como religião oficial. Com Juliano, o apóstata, houve uma breve tentativa de restauração dos valores pagãos tradicionais, o que, no entanto, serviu para reforçar o domínio do Cristianismo no Império. Vale lembrar que o Império Bizantino seria palco de várias controvérsias religiosas, muitas das quais em contraposição a Roma, que lhes renderam, no ano de 1054, o grande cisma que dividiria a Igreja Católica do Ocidente e a Igreja do Oriente. (Informações mais detalhadas em Lemerle [1991] e Robins [1993]).

³³ O Império Bizantino (ou Império Romano do Oriente) terminaria, de fato, em 1453, com Constantino XI, mais de um milênio depois da fundação de Constantinopla e quase mil anos após o século de Justiniano (518-610), que são tomados, ainda que de forma não-consensual, como os marcos iniciais do Império Bizantino (cf. Lemerle, 1991). Como comenta Robins (1993: 8): “após a queda de Constantinopla e o final absoluto do Império Romano, o Novo Mundo seria descoberto em menos de cinquenta anos depois, em 1492, e, por consenso geral, ali nasceria a Europa e a história moderna”.

falado cotidianamente, semelhante ao grego do Novo Testamento. Como afirma Robins (1992: 66): “Os autores deram bastante atenção a esse último ponto [a fonética], porque é durante a época bizantina que o acento de altura do grego antigo se transformou em acento de intensidade”.³⁴

No entanto, sobretudo até o século VIII, tampouco pode ser desprezada a presença do latim em Constantinopla, fato que se constata com a escrita das *Institutiones grammaticae*, obra que, voltada para os aprendizes de latim nessa cidade, onde Prisciano teria exercido o ofício de *grammaticus*, representa uma das mais exaustivas do gênero jamais escritas sobre essa língua. De fato, no primeiro período da era bizantina, os trabalhos de maior importância social eram escritos em latim – após a inauguração por Constantino I, Constantinopla era a “Nova Roma”, cujos valores culturais buscavam se espelhar naqueles da *Urbs*.

A gramática de Prisciano funcionava, portanto, como a obra de maior autoridade daquilo que se aceitava, nesse contexto, como gramatical para essa segunda língua, e se manteve, por alguns séculos, como a obra de ensino mais aceita e estudada por aqueles que necessitavam conhecer o latim para fins profissionais, já que esse era o idioma oficial da Igreja Romana e da administração. Assim, essa obra tinha, inicialmente, os falantes de grego como público-alvo – fato que se comprova com os copiosos exemplos e contrastes entre as duas línguas presentes no corpo da gramática.

Como já deve ter ficado claro, embora em Constantinopla a língua de uso comum fosse uma variedade do grego derivada da *koiné*, nos primeiros séculos, o latim tinha sido declarado a língua oficial, por ocasião da fundação da cidade por imperadores que, no início, eram falantes de latim como língua materna. Disso auferimos que, por ocasião da escrita das *Institutiones*, nos séculos posteriores à fundação de Constantinopla, um grande número de falantes de grego deveria ter

³⁴ Tradução nossa de: “Les auteurs ont accordé beaucoup d’attention à ce dernier point, parce que c’est pendant l’époque byzantine que l’accent de hauteur du grec ancien s’est transforme en accent d’intensité”.

vivenciado, de uma forma ou de outra, a necessidade de se tornarem falantes igualmente proficientes em latim.

Como afirma Weedwood (2002: 42), o início dos estudos do latim no contexto bizantino é algo incerto, pois, embora existam registros de exercícios de latim, as gramáticas latinas destinadas a falantes não-nativos pressupunham, em geral, um conhecimento já avançado da língua – o que não nos permite reiteirar, portanto, o argumento comum de que o latim falado nunca tivesse se concretizado em ambientes de fala grega, até à época de Prisciano, no início do século VI. Ao contrário, concordamos com Weedwood (2002) que, por ser um grande centro difusor da cultura romana, pelo menos para determinadas camadas sociais, existia uma situação de *bilingüismo*, dada a importância política que o latim ainda teria até, pelo menos, o século VIII. Ou seja, enquanto Constantinopla realizou a função de capital do Império Romano – a “Nova Roma” –, o latim permaneceu como língua falada e escrita, pelos menos nos círculos mais elevados da administração romana. Justiniano (527-565), o imperador que moveu seus esforços, ainda que de forma vã, para reconquistar a parte ocidental do Império, era um falante nativo de latim, um dos últimos imperadores nessa posição. A situação do latim no Império Bizantino somente declinaria após o século VIII, com a intensificação das diferenças religiosas entre a parte ocidental e oriental do Império e, em consequência delas, também políticas.

Dessa maneira, somente após o século VIII, podemos afirmar, com Robins (1993: 15), que a defesa e o ensino do latim era já “uma causa perdida; no século oitavo, aproximadamente, o latim, como língua falada, já estava extinto em Bizâncio.” Todavia, mesmo após a diminuição das demandas de seu ensino em Constantinopla, é interessante observar como a obra de Prisciano mudou suas finalidades e não perdeu sua relevância. Embora o intuito inicial parece ter sido mesmo o de servir como material de estudo de latim por falantes de grego do então Império Bizantino, após esse período, e sobretudo depois da chamada “Renascença Carolíngia”, no século IX, a obra se tornou o manual mais autorizado e reputado para o estudo do latim em boa

parte da Europa Ocidental, à qual as gramáticas posteriores haveriam de fazer referência.

No Ocidente, a situação do ensino de latim era diversa. Como afirma Law (1986), até a Renascença Carolíngia (séc. IX), observa-se a primazia da *ars* de Donato e de seus comentários, como recursos essenciais para o ensino do latim, que já ocupava o papel de língua estrangeira, ainda que muito relevante, pois era a língua de intercâmbio entre diferentes povos e o idioma escrito oficial. Como os textos de Donato eram sintéticos (não oferecendo, por exemplo, todos os paradigmas verbais e nominais, necessários para que um falante não-nativo pudesse adquirir o sistema lingüístico em toda a sua complexidade), os gramáticos encarregados desse ensino produziram aqui e ali expansões didáticas da *Ars*, ou mesmo textos mais específicos sobre determinados temas – os comentários gramaticais. A *ars*, os seus comentários e os textos mais específicos do tipo *regulae*³⁵ destinavam-se, portanto, a suprir as demandas de ensino básico do latim. Em outras palavras, concordamos, portanto, com o fato de que:

As crianças gregas ou latinas que freqüentavam a escola do gramático já sabiam sua língua, sendo a gramática só uma etapa do acesso à cultura escrita. Para um europeu do século IX, o latim é antes de tudo uma segunda língua que ele deve aprender. A gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua.
(Auroux, 1992: 42)

Resultado de séculos de seu ensino escolar, após o século IX, a necessidade de elaboração de material de ensino básico de latim era bem menor. Law (1986, 1992) sustenta que gerações de alunos e professores, ao longo dos séculos VI e VII, já haviam consolidado o ensino e transmissão da língua latina medieval. Com a chamada “Renascença Carolíngia”, assistia-se a um reavivamento dos valores da cultura

³⁵ Conforme Law (1986), os textos do tipo *regulae* (em oposição à *Schulgrammatik*), eram mais livros de consulta que método de estudo sistemático. Suas características principais são: continham numerosos paradigmas e exemplos (*regulae*), porque foram originalmente desenvolvidas para mostrar as analogias; as *partes orationis* são, geralmente, apresentadas de forma menos sistemática e completa.

clássica greco-romana e, em consequência disso, à necessidade de se sofisticar o estudo do latim e sua literatura.

É nesse contexto que as *Institutiones grammaticae* se tornam, então, o grande modelo a ser estudado: tratava-se de um texto bastante abrangente, mas sem as adulterações medievais, presentes, por exemplo, nos difundidos comentários da *ars donatiana*. Tratava-se, portanto, de um verdadeiro canal de comunicação dos estudiosos medievais com as fontes clássicas:

O trabalho de Prisciano é mais que o final de uma era; ele é também a ponte entre a Antigüidade e a Idade Média nos estudos lingüísticos. (...) A gramática de Prisciano foi o fruto de um longo período de unidade greco-romana.³⁶

(Robins, 1967: 62)

Assim, como demonstra Law (1986), até o século IX, as *Institutiones* eram pouco conhecidas, mas a partir do ano 800, passaram a chamar a atenção dos estudiosos e um número grande de cópias passou a ser feito. Após o ano 800, as *Institutiones* se tornaram o principal objeto de estudo aprofundado e minucioso, copiado, recopiado, adaptado e comentado pelos estudiosos medievais, ainda que “sua doutrina permanecesse inacessível aos estudantes de capacidade mediana” (Law, 1992: 91). Alcuíno de York, abade de Tours entre 796 e 804, foi o primeiro gramático de que se tem registro a explorar as *Institutiones* em larga escala, tendo utilizado seu material para produzir os seus compêndios didáticos, tendo sido seguido pelo seu discípulo Raban Maur, e pelos discípulos deste, Walahfrid Strabon e Godescalc (cf. Law, 1992: 92). É da região de Tours, portanto, na França, que datam as cópias medievais mais antigas das *Institutiones*.

A fortuna da obra de Prisciano no Ocidente – sobretudo da maior de todas elas, as *Institutiones grammaticae* – pode ser verificada considerando-se, por exemplo, o número de manuscritos individuais existentes após esse período. Acredita-se terem

³⁶ Tradução nossa de: “Priscian’s work is more than the end of an era; it is also the bridge between antiquity and the Middle Ages in linguistic scholarship (...). Priscian’s grammar was the fruit of a long period of Greco-Roman unity”.

existido centenas deles após o século IX. A edição *princeps* moderna é de 1470 e a edição disponível de maior acesso nos dias de hoje é a de Martin Hertz, que ocupa os volumes II e III da compilação do século XIX de Heinrich Keil, publicada em Leipzig, entre 1855-1859 (cf. Baratin, 1998).

Concordamos com Robins (1993), quando afirma que essa obra não apenas se tornou o principal livro de consulta dos estudiosos interessados na variante clássica do latim, ali descrita em profundidade, mas também representou o *corpus* descritivo, a partir do qual seria erguida a gramática especulativa escolástica, pelos estudiosos que, mais tarde, seriam conhecidos como *modistae*, em virtude do contributo teórico que desenvolveram dos *modi significandi* (“modos de significação”), que, por sua vez, representaram a primeira formulação explícita de uma teoria de gramática universal (cf. Gaquin, 1983; Covington, 1984; Robins, 1993).

2.4 O “programa lingüístico” das *Institutiones grammaticae*

Examinando alguns autores do Oriente grego, Geiger (1999) retoma a controversa discussão acerca da pátria de Prisciano. De acordo com o epíteto presente em alguns dos códices dos manuscritos das *Institutiones*, o gramático seria originário de certa cidade chamada Cesaréia e teria exercido o ofício de gramático em Constantinopla: *Priscianus Caesarensis doctor urbis Romae Constantinopolitanae* (Prisciano de Cesaréia, mestre na cidade romana de Constantinopla) e *Priscianus Caesarensis grammaticus*³⁷ (Prisciano de Cesaréia, gramático).

No prefácio à edição de Keil (GLK, II), Martin Hertz destaca que o gramático é citado por apenas um de seus coetâneos conhecidos, Cassiodoro, na introdução de um capítulo de sua obra *De orthographia*: “do Prisciano gramático, que em nossa

³⁷ De acordo com o aparato crítico da edição de Keil (GLK, II), são esses os títulos introdutórios, respectivamente, do *codex Caroliruhensis* e do *Sangallensis*, respectivamente. Como sabemos, são conhecidos cerca de 700 manuscritos da obra (Cf. Geiger, 1999).

época foi mestre em Constantinopla”³⁸. Segundo o editor, seu nome completo seria Priscianus Caesarensis Mauri, o terceiro nome indicando a localização da sua presumida cidade de nascimento, na Mauritânia, norte da África.

Em estudo mais recente, no entanto, Geiger (1999) problematiza a cidade natal do gramático. Conforme destaca, havia pelo menos três cidades conhecidas como Cesaréia à época de Prisciano: na Capadócia, na Mauritânia e na Palestina. Entre elas, a Cesaréia da Capadócia parece ser o local menos provável, pois era um centro urbano de pequena importância e com pouquíssimas conexões com a cultura latina. A Cesaréia da Mauritânia não parece ter sido um grande centro literário, embora não se possam questionar suas credenciais latinas. Na Cesaréia da Palestina, à época de Justiniano – no período, portanto, de atividade profissional do gramático – existiu uma renomada escola de direito romano e, como afirma Geiger (1999: 609), em Constantinopla, “podia-se fazer referência a essa cidade sem qualquer epíteto distintivo”.

Assim, conforme pretende mostrar Geiger (1999), embora sejam necessários mais detalhes para precisar a cidade em que o gramático teria nascido, existem indícios de que Prisciano fosse, realmente, dessa última cidade, e não da Mauritânia, como se acredita tradicionalmente. Uma evidência a esse favor seria a questão lingüística: ao passo que haja mostras de que o gramático fosse familiar com as línguas orientais como o hebraico, o aramaico e o sírio, não existem, ao longo da obra, demonstrações de que o autor conhecesse de fato o púnico.

De qualquer forma, acredita-se que Prisciano tenha nascido pouco antes do início do século VI, pois, por volta de 512 a.C., teria escrito um panegírico ao imperador Anastácio: *De laude Anastasii imperatoris* (cf. Hertz, GLK, II, VIII). Suas obras conhecidas atualmente são, em primeiro lugar, três tratados sobre temas específicos: *De figuris numerorum* (Sobre as representações figuradas dos números), *De metris fabularum Terentii* (Sobre a métrica das peças de Terêncio),

³⁸ Tradução de: *ex Prisciano grammatico, qui nostro tempore Constantinopoli Romae doctor fuit* (GLK, II, VIII).

Praeexercitamina (Exercícios preliminares); depois, entre 526 e 527, os dezoito livros das *Institutiones grammaticae*, e, então, dois outros tratados de caráter pedagógico: *Institutio de nomine et pronomine et uerbo* (Princípios sobre o nome, o pronome e o verbo) e as *Partitiones duodecim uersuum Aeneidos principalium* (Análise métrica dos primeiros versos de cada canto da Eneida). De qualquer forma, são verdadeiramente escassos os dados que poderiam fornecer-nos uma biografia razoável para o notável gramático antigo (cf. Ballaira, 1989: 15).

De acordo com Weedwood (2002), as *Institutiones grammaticae* são a grande obra sobre a qual repousa a reputação de Prisciano, em que o gramático combinou informações do tipo *Schulgrammatik* (inspiradas em larga medida pela obra de Donato) e do tipo *regulae*, “construindo, desse modo, uma descrição praticamente completa (e ainda útil), reforçada com um amplo número de citações ilustrativas de autores literários” (Weedwood, 2002: 42).

Conforme elenca Baratin (1998: 51), ao longo das *Institutiones*, vários autores gregos e latinos são tomados como *corpus* ilustrativo das análises apresentadas. Entre os gregos, os mais citados são Homero e Demóstenes e, entre os latinos, Virgílio (sobretudo a *Eneida*), Terêncio, Plauto, Lucano, Juvenal, Horácio, Estácio, Cícero e Salústio. As origens das *Institutiones* se fazem remontar, geralmente, ao conjunto bastante reduzido de paradigmas disponíveis na *Tékhne*. No entanto, a obra de Prisciano, conforme pretende mostrar Robins (1992: 68), encontra suas fontes imediatas na obra de um gramático alexandrino das imediações do ano 400, Teodósio, que teria feito uma lista de todas as flexões do nome e do verbo, além, evidentemente, da obra de Apolônio Díscolo, a cujo texto não raramente há referências na gramática de Prisciano.

Como vimos acima, as *Institutiones grammaticae* já não encontravam o mesmo público que teria lido a obra de Donato, no século IV, tampouco os aspirantes a oradores que teriam lido a *Institutio oratoria* de Quintiliano, no século I; nem mesmo aqueles que teriam lido, no século II, o tratado de Apolônio sobre a sintaxe. Por ser

uma obra destinada, inicialmente, a leitores bilíngües, para quem o latim era uma segunda língua de grande prestígio político, as *Institutiones* se tornaram a obra de referência mais importante para o ensino e o aprendizado desse idioma.

Apesar de os dados filológicos disponíveis indicarem o curto espaço de um ano para sua escrita (entre 526-527), a obra compreende um conjunto vastíssimo, que recobre nas edições modernas cerca de mil páginas, que se dividem em dezoito livros que organizam a matéria lingüística mais ou menos de acordo com os níveis de análise hoje conhecidos como “fonética/fonologia”, “morfologia” e “sintaxe” – ainda que, como lembra Gaquin (1983: 7), “a sensação de desorganização em Prisciano é quase lendária”. De fato, essa crença provém dos filólogos do século XIX, que, estudando a obra de Apolônio Díscolo, *Peri Syntáxeōs* (Περὶ Συντάξεως), identificaram também em seu seguidor mais preclaro a mesma “ausência de divisão metodológica clara dos fatos lingüísticos” (cf. Egger, 1854: 240 *apud* Gaquin, 1983: 7), como se representasse um equívoco do gramático antigo, ao escrever sua obra, não ter tomado ciência dos procedimentos metodológicos adequados às disciplinas da linguagem no século XIX.

Quanto a pré-julgamentos como esse, hoje considerados “quase lendários”, vale lembrar que, no que concerne aos autores antigos, muitas vezes, por mais que tenham almejado (ou não) alguma notoriedade que lhes concedesse a “imortalidade”, “não quiseram pronunciar a respeito de fatos situados num futuro tão remoto, tão distante deles quanto é a nossa contemporaneidade” (Pereira, 2004: 2).

Assim, diremos tão somente que o primeiro livro das *Institutiones* se debruça sobre a descrição dos sons da língua (*uox*), as letras que os representam (*litterae*) e, como o próprio gramático especifica em seu prefácio, o papel desempenhado por eles nas declinações e na composição das palavras. O segundo livro se ocupa de alguns conceitos preliminares: o de sílaba (*syllaba*), suas propriedades e suas relações possíveis na língua latina, tendo em vista a sua expressão (*i.e.* quais podem coexistir com que letras e em qual ordem); o de palavra (*dictio*) e sua diferença da sílaba; o de

oração (*oratio*), suas partes e propriedades; e, ainda, o de nome (*nomen*), suas propriedades, tipos, formação e elementos constitutivos. Em suma, o livro II introduz preocupações que hoje entendemos estar no âmbito da “morfologia”, e que serão desenvolvidas na maior parte do texto de Prisciano.

O terceiro livro aborda o adjetivo, ou mais especificamente, os comparativos (*comparatiuum*) e superlativos (*superlatiuum*); os diminutivos (*diminutiuum*) e os seus paradigmas de declinação, formados a partir dos nomes (*ex quibus declinationibus nominum, quomodo formantur* (GLK, II, 3)). Entre outras categorias da morfologia da língua latina, o livro IV e V abordam os nomes que Prisciano categoriza como “denominativos” (*denominatiuum nomen*), as formais nominais, como o particípio (*participium*), assim como as categorias flexionais de gênero (*genus*), número (*numerus*) e caso (*casus*). O sexto livro apresenta particularidades do caso nominativo (*nominatiuus casus*) e o sétimo, dos demais casos.

A categoria dos verbos (*uerbum*) é trabalhada em quatro livros: no oitavo são discutidas as suas propriedades gerais; no nono, os princípios que regem as conjugações (*regulae omnium coniugationum*); no décimo se discutem especificamente as particularidades do pretérito perfeito (*praeteritum perfectum*) e, finalmente, no décimo primeiro se aprofunda a discussão sobre as formas de particípio em latim.

Os pronomes (*pronomen*) são apresentados nos livros XII e XIII. As preposições (*praepositio*) são apresentadas no livro XIV. Na seqüência, o livro XV aborda os advérbios (*aduerbium*) e interjeições (*interiectio*) e o livro XVI, as conjunções (*coniunctio*).

Concluindo a obra, os livros XVII e XVIII – também conhecidos como *Priscianus minor* – dão autonomia pela primeira vez na tradição latina de estudos metalingüísticos temas que hoje seriam vistos como “sintáticos”: trata-se do que Prisciano chamou de “construção ou ordem das partes da oração entre si” (*constructione siue ordinatione partium orationis inter se* [GLK, II, 4]). O termo latino

constructio, que serve de título para o livro XVII, é uma tradução de *sýntaxis* (σύνταξις), que aparece pela primeira vez em Apolônio Díscolo (séc. II), cuja obra Prisciano cita como a sua fonte principal. De fato, como afirma Robins (1993: 100), em várias passagens, Prisciano parece traduzir palavra por palavra o texto grego de Apolônio, substituindo exemplos gregos por latinos.

No entanto, a mera presença desses livros na obra de Prisciano já revela em si uma importante diferenciação quanto ao modelo da *ars* latina, que, de modo diverso, teria, após a exposição das “partes da oração” (*partes orationis*), elencado e exemplificado as “figuras” e “vícios” comuns da linguagem.

Baratin (1994: 156) destaca que, em contraste com o modelo donatiano de *ars grammatica*,

Prisciano renuncia ao próprio título de *Ars* e prefere aquele de *Institutiones grammaticae*, e adota um plano radicalmente novo, que está na origem da tripartição que conhecemos, novamente, como fonética, morfologia, sintaxe³⁹.

(Baratin, 1994: 156)

Mesmo que não tivéssemos em mente a repercussão que as *Institutiones grammaticae* tiveram para o ensino e transmissão dos estudos clássicos ao longo da Idade Média e posteriores a ela, ainda assim a obra teria o grande mérito do pioneirismo em se tratando de estudo metalingüístico. Nas palavras de Robins (1993: 88): “as *Institutiones* são a primeira gramática realmente abrangente de uma língua clássica européia”⁴⁰, o que ecoa a afirmação feita em outra obra, a de que Prisciano “representa o auge de todas as intenções expressas da maioria dos estudiosos

³⁹ Tradução nossa de: “Priscien renonce au titre même d’*Ars*, préfère celui d’*Institutions grammaticales*, et adopte un plan radicalement nouveau, qui est à l’origine de la tripartition que nous connaissons encore en phonétique, morphologie, syntaxe”.

⁴⁰ Tradução nossa de: “The *Institutiones* are the first grammar really comprehensive of a European classical language”.

romanos”⁴¹ (*idem*, 1967: 61). Somente essas palavras seriam suficientes para justificar o exame das condições históricas e culturais em que essa obra foi escrita e dos subsídios teórico-analíticos que ela forneceu aos estudiosos subseqüentes e que ainda estão por ser revelados.

⁴¹ Tradução nossa de: “He represents the culmination of the expressed intentions of most Roman scholars (...)”.

3 OS MARCADORES DISCURSIVOS I: ASPECTOS TEÓRICOS MODERNOS

Nos capítulos anteriores, tentamos apresentar o horizonte histórico e cultural em que se redigiram, na Antigüidade Tardia, os tratados gramaticais que tomamos como *corpus* para a nossa investigação, assim como aludimos aos textos modernos, no âmbito das ciências da linguagem, que abordam, mais ou menos diretamente, essa tradição.

Conforme explicitamos na introdução, da vasta discussão metalingüística dos gramáticos antigos sobre variados aspectos de suas línguas, interessou-nos investigar, especificamente, a sua contribuição acerca das partículas latinas, nas considerações das classes de palavras que os antigos nomeavam de *coniunctiones* (“conjunções”), *praepositiones* (“preposições”) e *interiectiones* (“interjeições”), que encontramos na segunda parte da *Ars maior* de Donato e nos livros XIV, XV e XVI das *Institutiones grammaticae*, de Prisciano. O nosso intuito é o de fazer um confronto teórico das discussões modernas que se ocupam das propriedades textuais e discursivas dessas palavras (que permitem incluí-las na categoria pragmática dos “marcadores discursivos”) e as considerações acerca dessas propriedades que constam nos textos antigos.

Para tanto, o objetivo deste capítulo é precisar o paradigma teórico de cujo interior emergem os estudos atuais acerca dos MDs, trazendo à tona as eventuais discussões das propriedades e funções dessa categoria, bem como apresentar uma breve exemplificação da sua ocorrência no latim. Finalmente, levantamos pontos de análise que nos servirão de ponto de partida para o próximo capítulo, em que encerraremos a discussão sobre os MDs, dando primazia à análise do nosso *corpus*.

3.1 O estudo da língua no seu uso

Como mencionamos na introdução, privilegiamos em nosso trabalho o recorte teórico *funcionalista*⁴², ao abordarmos os marcadores discursivos sob o prisma da Lingüística moderna. Em primeiro lugar, convém esclarecer que a escolha de tais premissas teóricas deve-se, sobretudo, ao fato de ser precisamente a partir desse referencial que emergem as discussões que modernamente se fazem acerca dos MDs.

Concordamos com Neves (2001) que a principal característica de um estudo fundado em bases “funcionalistas” é o de produzir uma teoria da organização gramatical das línguas naturais, reconhecendo ser a gramática “acessível às pressões do uso” (Neves, 2001: 15). A estudiosa, entre outras coisas, afirma que “os funcionalistas se preocupam com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, e não tanto com as características internas da língua”. De forma análoga, nas palavras de Brown & Yule (1983: 1), podemos dizer que:

Uma análise discursiva é necessariamente a análise da língua em uso. Como tal, não pode ser restrita à descrição das formas lingüísticas independentemente dos objetivos e funções com as quais essas formas são designadas para servir nos negócios humanos.

(Brown & Yule, 1983: 1 *apud* Schiffrin, 1996: 1)⁴³

⁴² Conforme esclarece Neves (2006:1), é impossível trazer uma definição precisa e consensual do termo “funcionalista”. Em geral, os rótulos conferidos aos estudos “funcionalistas” mais representativos se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica. A definição abrange desde os que simplesmente rejeitam o formalismo até os que criam uma teoria. Os principais grupos que se (auto)intitulam “funcionalistas” são: Escola de Genebra (incluindo Saussure e, em seguida, Bally e Tesnière, que influencia Martinet); Escola de Praga (Mathesius, Trubetzkoy, Jakobson, Danetz, Firbatz etc.); Escola de Londres (Firth, Halliday); Grupo da Holanda (Reichling, Dik).

⁴³ Tradução nossa de: “the analysis of discourse, is necessarily, the analysis of language in use. As such, it cannot be restricted to the description of linguistic forms independent of purposes or functions which these forms are designed to serve in human affairs”.

De fato, muitos fatores de ordem extralingüística motivam os usuários de dada língua a participarem de atos de fala (tais como a intenção do falante, o esforço interpretativo do ouvinte, a necessidade de referência ao mundo externo e interno, entre outros) e são considerados, em maior ou menor escala, por diferentes teóricos da linguagem. Givón (1979 *apud* Neves, 2006: 28) considera, por exemplo, que “a estrutura da linguagem não pode ser adequadamente estudada, descrita, compreendida ou explicada sem referência à função comunicativa”, e, segundo Dik (1989: 3 *apud* Neves, 2006:19), “num paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários”.

Em suma, para um estudo funcionalista, considera-se que a totalidade da significação da linguagem vai além da estrutura rígida da língua (além, portanto, do trinômio fonologia/morfologia/sintaxe) e inclui categorias contextuais que apontam para as funções comunicativas, textuais e sócio-interacionais da língua em uso:

Na perspectiva funcionalista não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão lingüística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

(Neves, 2006: 23)

Vale dizer que essa “situação de interação” representa os diferentes *cenários* em que acontece o uso da linguagem (cf. Clark, 2000: 50) e é configurada por diferentes contextos: culturais (significados e visões de mundo, compartilhados pelos interlocutores); sociais (determinantes das identidades de cada interlocutor) e cognitivos (experiências passadas e conhecimentos).

Para a perspectiva funcionalista vale, portanto, o postulado básico de que “entender como uma língua é usada e como ela se estrutura depende da consideração

de como ela é inserida em todos esses contextos” (Schiffrin, 1996: 3). Mais adiante, Schiffrin (1996: 5) ressalta ainda que não somente a língua é sensível ao contexto, mas “reflete todos os contextos porque auxilia a constituí-los”.

É a partir desse paradigma teórico, que inclui em suas análises o papel que desempenham os interlocutores e os contextos de que participam, que se torna relevante o estudo dos mecanismos discursivos dos MDs, que não se referem estritamente à estrutura da língua, mas apontam para elementos extralingüísticos, quer seja no âmbito do texto ou do discurso. Abordaremos, no próximo item, os traços que os caracterizam e os definem e, como consequência, pretendemos tornar clara a inserção desse construto teórico no modelo que apresentamos, em linhas gerais, até aqui.

3.2 Traços definidores dos *marcadores discursivos*

Assumindo o fato empírico de que as fronteiras da vida e da organização social são freqüentemente explicitadas de algum modo (Schiffrin, 1996: 36), quando se toma a linguagem como objeto de análise, uma das primeiras tarefas, então, é o reconhecimento de suas unidades menores, das fronteiras entre essas unidades e dos mecanismos que marcam tais fronteiras.

Para Schiffrin (1996: 40), os “marcadores discursivos” (MDs) constituem, de forma geral, exatamente um desses mecanismos que operam nas fronteiras de unidades lingüísticas: trata-se, nas palavras da estudiosa, de “elementos seqüencialmente dependentes que conectam unidades conversacionais⁴⁴” (Schiffrin,

44 Como discute a estudiosa, a delimitação de uma unidade lingüística pode ser feita, basicamente, a partir de três aspectos: (1) o estrutural (das relações com outras unidades); (2) o textual (das relações coesivas); e (3) o interacional. A autora analisa diferentes concepções de unidades lingüísticas, apresentando, afinal, uma definição que ela mesma caracteriza como “imprecisa”. As *unidades conversacionais* (“*units of talk*”) a que ela se refere podem, em diferentes contextos, coincidir, mais ou menos precisamente, com sentenças (unidades estruturais), enunciados, atos de fala e unidades tonais. Como não é nosso intuito pôr em debate o conceito atual dos MDs, pretendemos apresentar as definições que encontramos na bibliografia, sem nos preocuparmos especificamente com suas limitações conceituais. Mais adiante precisaremos com que definição vamos operar para estabelecermos o paralelo teórico que é o objetivo do nosso trabalho.

1996: 31). De forma mais específica, os MDs constituem, então, uma classe funcional de mecanismos verbais e não verbais que atuam em fronteiras de segmentos discursivos e apresentam coordenadas contextuais para a fala⁴⁵ (Cf. Schiffrin, 1996: 41). Assim, a definição de Schiffrin insere os MDs no âmbito dos mecanismos lingüísticos que situam as atividades de linguagem nos contextos em que elas emergem e põe relevo no estatuto funcional dessas atividades.

Segundo a lingüista, essas estruturas podem ser tanto catafóricas quanto anafóricas, e não apenas têm usos não-referenciais nas proposições em que ocorrem, como também auxiliam na coesão textual. Investigando as expressões *and*, *because*, *but*, *so*, *then*, *now*, *well*, *I mean*, *y'know* e *oh* a estudiosa observou a abrangência do escopo a que pertencem os MDs, sendo oriundos de categorias de diferentes estatutos gramaticais, tais como as conjunções (*but*, *so*, *because*), advérbios (*now*, *well*), interjeição (*oh*) e pequenas cláusulas cristalizadas (*I mean*, *y'know*). Para além desses tipos de MDs, a autora ainda chama atenção para verbos perceptivos (como *look*, *listen* e *see*), dêiticos (tais como *here* e *there*), outras interjeições (*gosh* e *boy*), termos meta-discursivos (do tipo: *this is the point*, *what I mean is*) e sintagmas quantificadores (tais como *anyway*, *anyhow* e *whatever*).

Conclui-se disso que, no plano gramatical, os MDs apresentam propriedades de diferentes classes. Citando Stubbs (1983: 78), Schiffrin ressalta, por exemplo, que as conjunções, embora tradicionalmente sejam consideradas uma classe de palavras com funções morfossintáticas bem conhecidas, são *marcadores discursivos* em potencial, pois não somente relacionam as unidades sintáticas, mas as contextualizam

⁴⁵ Uma definição mais clássica para os MDs, em geral, contempla exclusivamente a sua realização em textos orais. Marcuschi (1986), por exemplo, em breve texto sobre essas estruturas no Português, atribui-lhes o nome de *marcadores conversacionais*, o que, de certa maneira, restringe sua ocorrência a determinados gêneros falados. No entanto, em nossa análise, consideramos a definição de MDs que abrange fala e escrita. Nosso intuito é tal que, de forma ampla, esse conceito possa ser metodologicamente equiparável aos textos gramaticais antigos do nosso *corpus*, nos quais, ainda que pesem os reiterados exemplos retirados da literatura clássica, parece não existir, tal como fazemos atualmente, uma distinção clara entre fala e escrita. Em Donato, a descrição gramatical é bastante sumária e destinava-se a um preparo para a leitura de textos escritos. Em Prisciano, dadas as conjunturas da obra, ao mesmo tempo em que são oferecidos exemplos dos poetas, são também fornecidas construções sem autoria, que poderiam representar construções típicas da oralidade. Essa ressalva foi-nos sugerida pela profa. Dra. Vandersí Sant'Ana Castro, por ocasião do exame de qualificação.

no texto ou no discurso. Essa é uma das hipóteses que pretendemos avaliar na discussão antiga sobre os termos que a tradição chamou de “conjunções” – as *coniunctiones*. Analogamente, Risso *et al.* (1996: 21) define os MDs como conjunto bem amplo de elementos diversificados (palavras, locuções, sintagmas, sons não-lexicalizados, pequenas cláusulas etc.), identificados nas línguas naturais, aos quais é possível atribuir a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. São responsáveis, de forma geral, por duas funções específicas no plano do texto, a de focalizarem a enunciação e operarem na construção textual: “por seu intermédio, a instância da enunciação marca forte presença no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa” (Risso *et al.*, 1996: 21).

Os pesquisadores citados investigaram os MDs em língua portuguesa, nos inquéritos de língua falada culta registrados no *corpus* do Projeto NURC-BR. Eles observaram que:

Esses dados marcam uma nítida propensão para que o papel textual da grande maioria das unidades levantadas se apresente quase homogeneamente distribuído entre duas tendências funcionais básicas e integradas, assim contrabalanceadas: a maior **projeção da interação** – quando o foco funcional não está no seqüenciamento de partes do texto – e a **maior projeção da articulação textual** – quando o foco deixa de incidir no eixo da interação.

(Risso *et al.*, 1996: 36 – grifos nossos)

As duas funções destacadas na citação acima apontam para o estatuto pragmático dessa categoria, que articula propriedades textuais-discursivas detectadas em diversas línguas, mas cuja natureza ainda está longe de ser consenso entre os lingüistas atuais, possivelmente por abarcar uma ampla gama de recursos discursivos de diferentes realizações lingüísticas.

Uma definição mais restrita é, por exemplo, oferecida por Fraser (1999: 936) que considera os MDs como a expressão lingüística (em oposição, por exemplo, à definição de Schiffrin, que contempla também elementos não-verbais), cujas propriedades gerais podem-se resumir a: (i) possuírem um significado central, que, entretanto, pode ser enriquecido pelas circunstâncias contextuais, e (ii) sinalizarem a relação que o falante busca entre a unidade introduzida pelo MD e a anterior. Portanto, para esse autor, somente serão considerados MDs os elementos que intermedeiam dois segmentos discursivos com conteúdos proposicionais claramente definidos. Por isso, diferente de Schiffrin (1996) e Risso *et al.* (1996), Fraser (1999) exclui as partículas modais, os vocativos, as expressões iniciais, os sons não-lexicalizados e as interjeições do grupo dos MDs, pois eles próprios acrescentam uma mensagem ao conteúdo proposicional da sentença em que se situam e não necessariamente sinalizam para uma relação entre dois segmentos discursivos diferentes. As interjeições configurariam outro tipo de expressão pragmática.

Sem nos atermos especificamente às divergências teóricas entre as definições de MDs que encontramos na bibliografia especializada sobre o assunto, proporemos, para fins de análise, a definição mais ampla, como encontramos em Schiffrin (1996) e Risso *et al.* (1996), tratadas acima. Podemos, assim, assumir os traços gerais apontados pelos pesquisadores como pertinentes à classe dos MDs, que sintetizamos nos pontos abaixo (Cf. Risso *et al.*, 1996: 55):

- (1) atuam no plano da organização textual-interativa, com funções distribuídas entre a projeção das relações interpessoais e a proeminência da articulação textual;
- (2) operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo, sendo, portanto, exteriores ao conteúdo proposicional e à informação cognitiva dos tópicos ou segmentos de tópicos. Entretanto, asseguram a ancoragem pragmática desse conteúdo, definindo, entre outros pontos, a força ilocutória, as atitudes

assumidas em relação a ele e a orientação que o locutor imprime à natureza do elo seqüencial entre entidades textuais;

- (3) manifestam um processo de acomodação do significado literal da(s) palavra(s) que os constitui (constituem) à sinalização de relações dentro do espaço discursivo. Esse fato carrega, muitas vezes, uma perda parcial de transparência semântico-referencial;
- (4) realizam-se, prioritariamente, em formas de pouca extensão e massa fônica reduzida, normalmente restrita a um limite de três sílabas tônicas;
- (5) suas formas possuem alta frequência, ou seja, são altamente recorrentes no espaço textual;
- (6) quanto à apresentação formal, realizam-se, na maioria das vezes, em formas mais ou menos fixas, pouco propensas a variações fonológicas ou flexionais.

Entretanto, convém assinalar que nenhuma das características acima pode ser tomada isoladamente e de forma absoluta, pois é o predomínio mais ou menos homogêneo desse conjunto de fatores que parece definir esses mecanismos verbais que, por sua natureza, inscrevem a enunciação no discurso, superpondo funções de caráter pragmático (avaliação, julgamento, maior ou menor comprometimento do locutor etc.), e atuam na organização coesiva das partes do texto. Em outras palavras, não se trata de uma classe fechada de itens que operam no plano textual-discursivo, mas, como afirma Risso *et al.* (1996), de uma “classe gradiente”:

A postulação dos M.D. como uma classe gradiente põe em destaque uma vez mais a concepção do **continuum**, que se tem revelado, em várias circunstâncias, como bastante pertinente para a definição e qualificação das configurações discursivas, em geral.

(Risso *et al.*, 1996: 58)

As propriedades acima destacadas podem, *mutatis mutandis*, ser encontradas em ocorrências discursivas análogas em variadas línguas, inclusive no latim. Investigando essas estruturas em um *corpus* latino, Kroon (1995, 1998) destacou um grupo de estruturas discursivas que pareciam apresentar as propriedades dos *MDs*: *nam*, *enim*, *igitur*, *ergo*, *autem*, *vero* e *at*. Como a estudiosa destaca, essas estruturas foram categorizadas pela gramática escolar tradicional como “conjunções coordenativas”, explicitando, respectivamente, as relações semânticas de causa (*nam*, *enim* – “porque”), consequência/conclusão (*igitur*, *ergo* – “portanto”) e adversidade (*autem*, *vero*, *at* – “mas”) nas cláusulas paratáticas por elas conectadas.

Entretanto, como demonstra a estudiosa, a descrição clássica desses termos se atém às suas propriedades estruturais (morfossintáticas) e nem de longe recobrem a totalidade das ocorrências dessas expressões nos textos latinos. Em alguns usos, não somente aquelas relações semânticas não se mantêm nos textos, como as estruturas correspondentes parecem ter um papel diferente daquele realizado por uma conjunção típica. Vejamos, por exemplo, algumas breves ocorrências preliminares apresentadas por Kroon (1998: 206):

(1) *Iam eum, ut puto, uidebo; misit enim puerum se ad me uenire.*

Como julgo, logo o verei, pois mandou um menino anunciar-me que está vindo.

(Cícero. *Att.* 10.16.5)

(2) (Carino está pensando em exilar-se)

Eu: Cur istuc coeptas consilium?

Ch: Quia enim me adflicat amor.

Eu: Por que motivo premeditas aquele projeto?

Ch: Porque (quia) o amor me faz sofrer.

(Plauto. *Mer.* 648)

(3) (Mercúrio, de um lado, interrompendo o solilóquio de Sósia:)

*Certe **enim** hic nescioquis loquitur.*

Certamente (*certe*) não-sei-quem está falando aqui.

(Plauto *Am.* 331)

O exemplo (1) ilustra o uso prototípico da conjunção *enim*, conforme a descrição gramatical tradicional. De fato, nesse contexto, o conector sinaliza uma relação de causalidade entre as duas cláusulas que conecta. No entanto, essa relação presumida é menos evidente nos exemplos (2) e (3).

No exemplo (2), esse fato se evidencia com o uso simultâneo de *quia*, cuja co-ocorrência tornaria redundante uma segunda conjunção de valor causal, no caso, *enim*. Nesse caso específico, entretanto, ainda é possível reconhecer uma relação de causalidade entre os dois turnos de fala, ainda que, para isso, sejam empregados conectores causais de dois tipos: *quia* e *enim*.

No exemplo (3), o vocábulo *enim* não relaciona duas cláusulas paratáticas de valor causal. Se retomarmos o verso 325, não apresentado por Kroon, no qual, algumas falas antes, Mercúrio teria dito: “Uma voz soou até os meus ouvidos” (*Vox mihi ad auris aduolauit*, Plauto, *Am.* 325), poderíamos dar a entender que esse *enim* introduziria uma explicação para as considerações anteriores de Mercúrio, por meio da sentença: “**Pois** certamente não-sei-quem está falando aqui” (*Certe **enim** hic nescioquis loquitur*. Plauto, *Am.* 331). Contudo, ainda que reconheçamos esse valor de causalidade, a partícula *enim* não realizaria a função conjuntiva, pois parece não conectar propriamente duas sentenças, mas porções maiores do texto.

Para resolver questões que se impunham à classificação desses vocábulos em ocorrências não prototípicas como essas, Kroon (1995, 1998) optou por abordar esses itens do ponto de vista do discurso, elencando-os ao lado do conjunto mais ou menos uniforme das estruturas discursivas descritas nas línguas modernas. Para a estudiosa, nas ocorrências (2) e (3), o vocábulo *enim* opera no plano textual-discursivo: no

primeiro caso, ressaltando a figura do locutor, expresso em primeira pessoa, que diz sofrer de amor; no segundo, promovendo ênfase ao que será dito em seguida⁴⁶.

A estudiosa conclui que a análise das partículas latinas somente a partir do ponto de vista sintático-semântico revela-se insuficiente para dar conta de fenômenos discursivos engendrados nos textos, e mantém, portanto, irresolvidas algumas questões que se apresentam na análise dessas estruturas – os seus usos não-prototípicos, a sua repetição, a justaposição de partículas e as diferenças distribucionais entre expressões sinônimas, por exemplo. Por esse motivo, Kroon (1998: 206) parece mostrar que, se abordadas por uma perspectiva discursivamente orientada, a recorrência de tais estruturas não é gratuita e ilógica, mas obedece a fatores de ordem pragmática que nos permitem inscrevê-las na categoria dos marcadores discursivos e que configuram, por exemplo, estratégias de organização do texto.

Apresentaremos, no próximo item, uma pequena exemplificação da ocorrência dos MDs em um texto latino. Apresentaremos um breve excerto de uma peça de Plauto, destacaremos os MDs que aí comparecerem e teceremos algumas considerações analíticas, tomando o referencial teórico esboçado até aqui e, sobretudo, a análise de Kroon (1995, 1998) acerca da ocorrência dos MDs em latim.

3.3 A título de ilustração: uma pequena análise dos MDs em *Stichus*

Inserimos em nosso trabalho esta brevíssima análise com vistas à exemplificação da ocorrência dos MDs em um texto latino. Para isso, tomaremos como *corpus* o monólogo de Gelásimo, que introduz o ato II da peça *Stichus*, e compreende os versos 155 a 195.

⁴⁶ Ao que nos parece, no exemplo (3), *enim* tem uma função de caráter textual, ao conectar não propriamente duas sentenças, mas dois turnos de fala, estabelecendo, talvez, uma relação de explicação. Esses turnos podem ser identificados nos versos 325 e 331 acima citados. Essa possibilidade interpretativa não está contemplada na explicação oferecida por Kroon (1998), cuja argumentação recuperamos acima. Foi-nos sugerida pelo professor Dr. Paulo Vasconcellos, por ocasião do XIII Seminário de Teses em Andamento (SETA), ocorrido no Instituto de Estudos da Linguagem, em 2006, quando apresentamos uma versão ainda bastante incipiente do nosso trabalho.

O trecho em questão foi escolhido por corresponder a um monólogo de quarenta versos que mantém uma certa autonomia em relação ao enredo da peça, uma vez que introduz, pela primeira vez, a figura do parasita e sintetiza o evento do leilão de si mesmo que ele intenta perpetrar. Além disso, a delimitação desse fragmento da peça de Plauto (ainda que bastante curto) mantém coerência metodológica com o referencial teórico imediato que utilizamos, porquanto Kroon (1995, 1998) igualmente se utilizou de textos extraídos da comédia plautina para suas análises. Ressaltamos que, para o efeito meramente ilustrativo que propomos, não é nosso intuito apresentar uma análise minuciosa ou exaustiva dos MDs desse trecho.

Inicialmente, apresentamos os versos latinos, seguidos de nossa tradução⁴⁷. Os termos grifados correspondem às estruturas sobre as quais teceremos comentários em seguida.

GELASIMVS

Famem ego fuisse suspicor matrem mihi, 155

Nam postquam natus sum, satur numquam fui.

*Neque quisquam melius referet matri gratiam
[Quam ego meae matri refero inuitissimus.]
158^a*

*Neque rettulit, quam ego refero meae matri
Fami. 158b*

Nam illa me in aluo menses gestauit decem,
*At ego illam in aluo gesto plus annos decem.
160*

Atque illa puerum me gestauit paruolum,
*Quo minus laboris cepisse illam existumo:
Ego non pausillulam in utero gesto famem,*

Verum hercle multa maximam et

GELÁSIMO

Suspeito que a Fome tenha sido minha mãe [155], **já que**, depois que nasci, nunca fui saciado. E ninguém dará graças melhor à sua mãe [do que eu, forçadamente, dou à minha mãe] [158a]. Nem ninguém retribuiu, como eu retribuo à Fome, minha mãe [158b]. **De fato**, ela me levou na barriga durante dez meses, e eu a levo na barriga por mais de dez anos [160]. **E, além disso**, ela me carregou como um menino pequeno, por isso creio que ela tenha suportado menos trabalho: eu carrego no ventre uma fome não muito pequena. **Ao contrário**, por Hércules!, a maior de

⁴⁷ Como nosso objetivo é exemplificar a ocorrência dos MDs em latim com um pequeno estudo das estruturas destacadas no original, apresentamos uma tradução que buscou preservar, tanto quanto possível, as características sintáticas do texto latino. Não nos preocupamos, especialmente, com as escolhas lexicais. Uma tradução mais refinada poder ser conferida, em português, em Cardoso (2006).

Verum hercle multo maximam et
grauissimam;

Vteri dolores mihi oboriuntur cotidie, 165
Sed matrem parere nequeo, nec quid agam
scio.

Auditaui saepe hoc uolgo dicier,
Solere elephantum grauidam perpetuos
decem

Esse annos; eius ex semine haec certost
fames,

Nam iam complures annos utero haeret meo.
170

Nunc si ridiculum hominem quaerat
quispiam,

Venalis ego sum cum ornamentis omnibus;
inanimentis explementum quaerito.

Gelasimo nomen mi indidit paruo pater,
Quia inde iam a pausillo puero ridiculus fui.
175

Propter pauperiem hoc adeo nomen repperi,
Eo quia paupertas fecit ridiculus forem:

Nam illa artis omnis perdocet, ubi quem
attigit.

Per annonam caram dixit me natum pater;
Propterea, credo, nunc essurio acrius. 180

Sed generi nostro haec redditast benignitas:
Nulli negare soleo, siquis me essum uocat.

Oratio una interiit hominum pessume,

Atque optuma hercle meo animo et
scitissima,

Qua ante utebantur: 'ueni illo ad cenam, sic
face, 185

Promitte uero, ne grauare. Est commodum?

todas e mais pesada; dores me surgem no ventre todos os dias [165], mas não sou capaz de parir minha mãe, nem sei o que farei. Ouvi muitas vezes em público dizerem isto: uma elefanta costuma estar grávida durante dez eternos anos; a fome certamente vem de um sêmen desses, pois já está grudada ao meu ventre por muitos anos [170]. Se alguém agora busca um homem ridículo, eu estou à venda com todos os equipamentos; estou procurando algo para encher o meu vazio. O nome Gelásimo, meu pai me deu quando pequeno, porque desde então, como um menino pequeno, eu já era ridículo⁴⁸ [175]. Aliás, reencontrei esse nome por causa da pobreza, porque a pobreza fez com que eu fosse ridículo: de fato, ela ensina profundamente todas as habilidades a quem ela atinge. Meu pai disse que nasci em uma estação de dificuldades; por essa razão, acredito, agora tenho fome mais aguda [180]. Mas essa qualidade foi devolvida à nossa raça: não costumo dizer não a ninguém se me chamam para comer. Infelizmente, desapareceu um discurso dos homens, e, por Hércules!, na minha opinião, belíssimo e excelente, do qual antes os homens se serviam: ‘cheguei com ele ao jantar, faça assim [185], aceite de fato, não se recuse. Está

⁴⁸ Gelásimo faz referência ao seu nome, cuja origem seria a palavra grega γέλασμα, que significa, entre outras coisas, “riso”. Da mesma raiz, são as palavras γελᾶω (rir) e γελαστικός (risível).

Volo inquam fieri, non amittam quin eas.'
Nunc reppererunt iam ei uerbo uicarium
(Nihili quidem hercle uerbumst ac
uilissimum):
'Vocem te ad cenam, nisi egomet cenem foris.'
 190
Ei hercle ego uerbo lumbos diffractos uelim,
Ni uere perierit, si cenassit domi.
Haec uerba subigunt med ut mores barbaros
Discam atque ut faciam praeconis
compendium
Itaque auctionem praedicem, ipse ut
uenditem. 195

apropriado? Digo, quero que assim se faça, não permitirei que não vás.' Agora já descobriram para essa expressão uma substituta (de fato, expressão que, por Hércules!, vale nada e é a mais desprezível): 'te chamaria para o jantar, se eu mesmo não jantasse fora' [190]. Eu, por Hércules!, queria quebrar as espinhas dorsais dessa expressão, e que morresse se fosse jantar em casa. Essas palavras me forçam a aprender costumes bárbaros e a fazer economia com o pregoeiro, e assim, a proclamar o leilão e eu mesmo a vender [195].

Conforme apresentamos na seção anterior, as estruturas discursivas hoje tratadas como *marcadores discursivos* têm, entre outras, a função de atuar na conexão de unidades discursivas, promovendo a coesão interna do texto e, ao mesmo tempo, inserindo elementos pragmáticos que dizem respeito ao contexto, ao falante e à situação comunicativa. Em geral, o termo se aplica bem a elementos "seqüencialmente dependentes", *i.e.* não dependentes de unidades menores que compõem o discurso, tais como as cláusulas, mas de seqüências informacionais maiores, ou seqüências discursivas.

Por esse motivo, ao destacarmos as (chamadas) conjunções *enim*, *nam*, *at(que)*, *uerum*, *igitur*, *autem* entre outras, temos como premissa o fato de que, enquanto *MDs*, esses termos expressam relações retóricas, interacionais, contextuais etc. entre porções maiores do discurso, não apenas entre cláusulas, mas entre unidades discursivas. Nos versos 155-195 supracitados, encontramos quatro ocorrências do conector *nam*, duas do conector *atque* e uma do conector *uerum*.

Conforme analisa Kroon (1998), os usos do marcador *nam* podem expressar explicitamente relações retóricas de causa/explicação entre *atos discursivos*, não (apenas) entre cláusulas. Observando os exemplos (1) e (2) abaixo, detectamos o uso prototípico de *nam*, já que se evidenciam duas cláusulas em parataxe, conectadas por essa expressão, que atua, nesse contexto, como um conector sintático, estabelecendo entre duas cláusulas a relação de causa:

- (1) *Famem ego fuisse suspicor matrem mihi,
 Nam postquam natus sum, satur numquam fui.*

Suspeito que a Fome tenha sido minha mãe, *já que*, depois que nasci, nunca fui saciado.

Pl. St., 155.

- (2) *Auditaui saepe hoc uolgo dicier,
 Solere elephantum grauidam perpetuos decem
 Esse annos; eius ex semine haec certost fames,
 Nam iam complures annos utero haeret meo.*

Ouvi muitas vezes em público dizerem isto: uma elefanta costuma estar grávida durante dez eternos anos; a fome certamente vem de um sêmen desses, *pois* já está grudada ao meu ventre por muitos anos.

Idem, 169-170.

A palavra *nam* parece responder ao seu uso mais prototípico: o de conjunção causal, conectando, pois, duas cláusulas em cada um dos exemplos. O mesmo não ocorre, entretanto, com o exemplo (3), abaixo, ao qual se atribui à partícula a sua função textual-discursiva:

- (3) *Neque rettulit, quam ego refero meae matri Fami.
 Nam illa me in aluo menses gestauit decem,
 At ego illam in aluo gesto plus annos decem.*

Nem ninguém retribuiu, como eu retribuo à Fome, minha mãe. De fato, ela me levou na barriga durante dez meses, e eu a levo na barriga por mais de dez anos.

Idem, 158b-160.

Nesse exemplo, *nam* não conecta duas cláusulas, mas retoma todo o texto anterior, introduzindo uma informação nova. Na primeira parte, as considerações de Gelásimo se referiam ao fato de que a Fome era sua mãe; a partir desse *nam*, entretanto, o tópico de sua fala será a comparação entre a gravidez de sua mãe e a sua condição, que, surpreendentemente, é a de carregar no ventre a própria mãe (a Fome).

O uso da partícula em destaque tem finalidades textuais e pragmáticas, organizando o fluxo da fala, configurando, portanto, o uso de *nam* como MD. Como afirma Kroon (1998: 208), nesses casos, “o primeiro ato discursivo possui um *status* subsidiário em relação ao segundo ato discursivo, mais central, e pode-se dizer que aquele tem uma função pragmática mais específica de preparação ou orientação”⁴⁹.

De fato, isso se confirma no *corpus*, já que a seqüência discursiva introduzida pelo MD é bem maior que a primeira, e produz, também, maior efeito cômico. Esquemáticamente, representaríamos assim:

Ato discursivo 1: Preparação (a relação de maternidade entre a Fome e Gelásimo)	<i>nam</i>	Ato discursivo 2: Expansão (comparação entre a gravidez de Gelásimo e a da Fome)
--	--------------------------	---

QUADRO 3.1. *Nam* entre dois atos discursivos

⁴⁹ Tradução nossa de: “The first discourse act has a subsidiary status with regard to the second, more central, discourse act and can be said to have the more specific pragmatic function of preparation or orientation”.

Assim, esse quadro ilustra o fato de que os marcadores sinalizam não apenas relações retóricas no nível da sintaxe entre orações (conforme exemplos (1) e (2)), mas podem sinalizar relações retóricas mais globais e constituir importantes indicações da macroestrutura do texto. Vejamos mais um exemplo do uso de *nam* nessa função textual-pragmática:

(4) *Propter pauperiem hoc adeo nomen repperi,
Eo quia paupertas fecit ridiculus forem:
Nam illa artis omnis perdocet, ubi quem attigit.*

(Aliás, reencontrei este nome por causa da pobreza, porque a pobreza fez com que eu fosse ridículo: **de fato**, ela ensina profundamente todas as habilidades a quem ela atinge.)

Idem, 179.

No exemplo (4), a relação entre o fato de a pobreza ser mestra de várias habilidades e Gelásimo ter-se tornado ridículo parece tangenciar a relação de causa e efeito; no entanto, a cláusula introduzida por *nam* também possibilita a leitura da função pragmática de arremate/desfecho. Nesse caso, são possíveis as duas análises: *nam* enquanto um conector de cláusulas (causal) e enquanto MD (sinalizando uma função pragmática, de arremate).

A conjunção *atque* articula cláusulas propiciando a relação prototípica de adversidade/oposição, introduzindo cláusulas paratáticas adversativas. Enquanto MD, ela opõe atos discursivos, enfatizando o segundo em contraste com o primeiro. Vejamos o exemplo em nosso *corpus*:

(5) *Nam illa me in aluo menses gestauit decem,
At ego illam in aluo gesto plus annos decem. 160
Atque illa puerum me gestauit paruolum,
Quo minus laboris cepisse illam existumo:
Ego non pausillulam in utero gesto famem (...).*

De fato, ela me levou na barriga durante dez meses, e eu a levo na barriga por mais de dez. **E, além disso**, ela me carregou como um menino pequeno, por isso creio que ela tenha suportado menos trabalho: eu carrego no ventre uma fome não muito pequena.

Idem, 160-161.

De forma estrita, o conector *atque* não conecta duas cláusulas adversativas no exemplo (5). A relação estabelecida se mantém entre dois atos discursivos:

<i>Ato discursivo 1: Comparação</i>		<i>Ato discursivo 2: Arremate</i>
(comparação entre a gestação de Gelásimo e a da sua mãe, a Fome)	<i>atque</i>	(A Fome gerou um bebê, Gelásimo gera uma criatura crescida)

QUADRO 3.2. *Atque* entre dois atos discursivos

O primeiro ato discursivo identifica Gelásimo e a Fome, ressaltando as diferenças de tempo entre as duas gestações. O segundo ato acrescenta uma informação nova, que, introduzida pelo MD, funciona como um arremate cômico. Por meio do marcador *uero/uerum* o locutor indica, como afirma Kroon (1998: 217), a função pragmática de comprometimento do locutor⁵⁰ com a verdade da sentença, como observamos, por exemplo, no fragmento (6):

(6) *Atque illa puerum me gestavit paruolum,
Quo minus laboris cepisse illam existumo:
Ego non pausillulam in utero gesto famem,
Verum hercle multo maximam et grauissimam.*

⁵⁰ Nas palavras de Kroon (1998: 217), “Por meio de *vero/verum*, um falante ou autor indica seu comprometimento pessoal com relação a um ou mais aspectos da ato comunicativo que ele desempenha” (No original: “By means of *vero/verum* a speaker or author indicates his personal commitment with regard to one or more aspects of the communicative act he is performing”).

E além disso, ela me carregou como um menino pequeno, por isso creio que ela tenha suportado menos trabalho: eu carrego no ventre uma fome não muito pequena. **Ao contrário**, por Hércules!, a maior de todas e mais pesada.

Idem, 164.

O comprometimento do locutor, indicado pelo emprego de *uerum*, que introduz a última sentença, é reforçado pela interjeição que evoca Hércules. Gelásimo quer-se fazer acreditado quando enuncia a extensão de seu sofrimento ao carregar a fome, e, nesse sentido, destaca a última sentença com o marcador que aponta para o seu envolvimento explícito com a natureza da afirmação, sobre cuja veracidade a sua própria existência pode-se fazer testemunha. O emprego a seguir da interjeição que evoca Hércules acentua esse comprometimento. Em nota à sua tradução, Cardoso (2006: 96) assim considera o uso de interjeições como *hercle*, *(ede)pol*, *(e)castor*, que são recorrentes no texto plautino: conferem valor enfático ao enunciado e, nesse exemplo, contribui para a caracterização de Gelásimo.

Em suma, nos exemplos acima destacados, observamos que os conectores latinos *nam*, *atque* e *uero* transcendem, no texto, sua função sintático-semântica de articular cláusulas e estabelecer as relações respectivas de causalidade e adversidade. Superpõem a esses valores básicos as funções textuais e pragmáticas de ênfase, introdução de ato discursivo e comprometimento do locutor, que configuram, nos termos alinhados acima, algumas das propriedades dos MDs.

3.4 Recapitulando: alguns pontos para análise

Para encerrarmos este capítulo, vale ressaltar, ainda uma vez, que os estudos atuais que têm como foco a descrição e estudo dos MDs têm como premissa o fato de que a análise estritamente imanente da língua revela-se insuficiente para explicar os variados fenômenos que emergem do uso da linguagem. Poderíamos dizer, *ipso facto*,

que os princípios teóricos que apresentamos sobre os MDs inserem-se, de forma ampla, no conjunto dos interesses da perspectiva funcional da linguagem e que conformam, basicamente, as seguintes teses (cf. Neves, 2006):

- (1) A linguagem não é um fenômeno isolado; ao contrário, serve a variados propósitos; concretiza atos de fala e apresenta diferentes funções pragmáticas;
- (2) A linguagem é uma atividade cooperativa e não um sistema estável, objetivo e externo ao indivíduo; por isso, a língua é mediadora entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário; é instrumento de interação verbal e não contempla a totalidade da significação;
- (3) A linguagem permite ao homem reação e referência à realidade extralingüística, atribuindo especial atenção ao *contexto*. A descrição gramatical vai além da estrutura da sentença e precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e à situação de interação determinada socioculturalmente.

Tendo em mente esses princípios, o tratamento dado aos MDs contempla a relação que eles explicitam entre partes do texto (sua função textual, na organização coesiva) e entre o ato discursivo e outras categorias extralingüísticas (sua função pragmática, expressando a influência do locutor e do contexto que cerca o enunciado). Entre as definições de MD apontadas, operamos, portanto, com aquela que destaca essas duas propriedades.

No próximo capítulo, apresentaremos um relato descritivo tão minucioso quanto possível acerca das considerações que os gramáticos antigos fizeram sobre as partículas latinas das *coniunctiones*, *interiectiones* e *praepositiones*. Face ao que apresentamos neste capítulo, propomos as seguintes questões preliminares:

- (1) As definições acerca dos MDs incluem expressões lingüísticas oriundas de diferentes categorias morfossintáticas, abarcando, inclusive, expressões não-verbais. Entre elas, os conectores sintáticos (conjunções e preposições) e as interjeições

parecem ocupar uma posição de destaque. Em nosso *corpus*, restringimos nosso olhar aos termos que contemplam tais categorias. É nosso intuito verificar, nos textos antigos, a consideração sobre essa dupla propriedade que essas categorias apresentam: a de participarem do ordenamento sintático das orações a de inscreverem propriedades discursivas;

(2) Como observamos acima, os MDs são considerados uma classe “gradiente”, *i.e.* podem ser reconhecidos pela presença maior ou menor de uma ou mais características que se apontam como definidoras dessa classe. Nesse sentido, é também nosso intuito observar nos textos gramaticais como essa aparente falta de uniformidade está presente e como é tratada no conjunto de palavras que compõem essa categoria;

(3) A perspectiva teórica em que se enquadram os estudos apontados neste capítulo é resultado de desenvolvimentos de um dado campo do saber moderno sobre a linguagem e incorpora conceitos e princípios que pertencem à agenda atual de estudos lingüísticos. Entretanto, podemos afirmar, de forma apriorística, ser possível que esses estudos reiterem também o produto de investigações no campo da linguagem de eras mais remotas, ainda que, em outros contextos, tais investigações fossem movidas por interesses bem diversos. Em primeiro lugar, seria interessante observar, em relação ao construto teórico antigo que apresentaremos no próximo capítulo, em que medida os estudos modernos atualizam conceitos com que os gramáticos antigos já lidaram. Em segundo lugar, é preciso ressaltar que, em respeito às profundas diferenças históricas que separam uma formulação moderna (a dos “marcadores discursivos”) de uma antiga (a das “*partes orationis*”, em cujo interior estão os textos que nosso *corpus* contempla), somos movidos pelo interesse de traçar paralelos quando possível e de assinalar as diferenças entre ambas quando necessário. Por isso, temos em mente “dar voz” aos textos antigos que compõem o nosso *corpus*, sem nos ocuparmos antecipadamente com o que, face às discussões modernas, os textos antigos **deveriam** dizer a respeito do objeto linguagem sobre o

qual se debruçam, mas com aquilo que de fato **podemos ler** neles, levando em conta as características particulares do contexto intelectual que levou à sua produção. Desse esforço, poderemos ressaltar paralelos e identidades conceituais que existirem, mas buscaremos, igualmente, explicações contextualmente situadas para as diferenças que houver entre eles.

4 OS MARCADORES DISCURSIVOS II: A FORMULAÇÃO ANTIGA

No capítulo anterior, apresentamos o conceito dos *marcadores discursivos* (MDs) no panorama teórico em que se discutem seus traços definidores pela Lingüística moderna. Vale lembrar que, embora constituam uma categoria ainda pouco sujeita a um consenso teórico, elegemos, para os propósitos do nosso trabalho, aquela definição de MDs como o conjunto de dispositivos verbais, de diferentes realizações morfológicas, que realizam funções claras no nível do texto (como, por exemplo, na organização coesiva de unidades textuais) e do discurso (como, por exemplo, na focalização de elementos contextuais, tais como o ato elocutório em si e seus participantes). Além disso, é preciso lembrar que se trata de uma categoria discursiva de fronteiras gramaticais pouco definidas.

Nosso objetivo agora é contemplar a teorização antiga sobre as “preposições” (*praepositiones*), “conjunções” (*coniunctiones*) e “interjeições” (*interiectiones*) latinas. A delimitação do escopo de nossa análise a essas categorias leva em conta o fato reconhecido nas teorias modernas de que tais classes de palavras são bastante propensas a realizar as funções textuais e pragmáticas correntemente atribuídas aos MDs, embora não se restrinjam a essas funções. Por isso, é nosso intuito expor e analisar a discussão metalingüística desenvolvida pelos gramáticos latinos acerca dessas categorias de palavras, assim como examinar os pontos de contato entre aquelas teorizações da Antigüidade e o conceito atual dos MDs.

No âmbito das partes da oração (*partes orationis*/μέροι λόγου), o traço distintivo das *praepositiones*, *interiectiones* e *coniunctiones* era o fato de constituírem categorias indeclináveis (*indeclinabilia*). Na *Ars maior*, correspondem às seções finais do Livro II (Donato II, 14-17), e, em Prisciano, são examinadas ao longo do Livro XIV (*De praepositione*), parte do Livro XV (*De interiectione*) e no livro XVI (*De coniunctione*).

Prisciano (XIV, 1) justifica o fato de serem apresentadas somente nos livros finais:

(...) ea enim sine illis sententiam complere non possunt, illa vero sine istis saepissime complent.

(...) elas, de fato, sem as outras [nomes, verbos, participios e pronomes] não podem completar o sentido da oração; ao passo que aquelas, sem essas [preposições, interjeições e conjunções], muito freqüentemente o completam.

(Prisciano, XIV, 1)

O gramático parece deixar claro, logo no início de sua exposição, o fato de que os termos indeclináveis de que tratará constituem uma classe não-essencial ao sentido da oração. Além disso, como afirma com outras palavras logo adiante, as palavras pertencentes a tais categorias não mantêm estáveis as suas propriedades⁵¹ quando apostas a outras, podendo variá-las de acordo com as características do contexto oracional em que estão inseridas, isto é, de acordo com as palavras às quais elas estariam ligadas:

Nomini enim, quae principalis est omnium orationis partium, et ceteris, quae casus ad nominis similitudinem sumunt, praeposita vim potest sibi dictionis defendere, aliis vero, id est carentibus casu, adiuncta unitur cum eis iusque dictionis proprium perdit.

Com efeito, para o nome, que é a principal de todas as partes da oração, e para as outras classes, que tomam o caso à semelhança dos nomes, é possível sustentar o seu valor [semântico, gramatical etc.] quando prepostas às palavras, ao passo que para as restantes, isto é, para as que carecem de caso, quando adjuntas, o seu estatuto se liga àquelas e perde o que é próprio da palavra.

(Prisciano, XIV, 1)

⁵¹ A palavra latina *vis*, cujo significado básico, conforme nos informa o dicionário, é o de “força física”, “vigor”, “robustez”, pode assumir, metaforicamente, no âmbito da gramática, o significado de valor (semântico) ou propriedade/efeito. Optamos não restringir a interpretação desse termo a “valor semântico”, i.e. “significação”, pois, como ficará claro na discussão posterior acerca dessas palavras, elas não somente parecem definir a sua *significação*, mas também outras propriedades lingüísticas (como seu acento e funcionalidade gramatical) de acordo com as circunstâncias descritas na oração em que são empregadas. Traduzimos, assim, pelas expressões menos específicas de “valor” ou “propriedade”. Relembramos que o texto de Prisciano não possui, ao que sabemos, nenhuma tradução vernacular moderna, o que dificulta o nosso trabalho, já que não tivemos outro texto em que balizar as nossas escolhas interpretativas da tradução.

A citação acima revela, a nosso ver, um interessante aspecto das partículas indeclináveis latinas: o fato de, mais que os termos declináveis, não terem um “valor” (*vis*) ou “estatuto” (*ius*) (seja semântico ou gramatical) absoluto e definido *a priori*, mas serem modificadas de acordo com as palavras a que estejam adjuntas na oração. Como tentaremos esclarecer melhor nos próximos itens, essa particularidade dos termos indeclináveis latinos indicia uma característica que os identifica com um dos traços que definem modernamente os MDs – que, como assinalamos no capítulo precedente, é exatamente o seu uso não-referencial nas proposições em que ocorrem, *i.e.* o fato de não possuírem em si mesmos valores gramaticais e semânticos especificados *a priori*.

4.1 *De praepositione*

4.1.1 Definições e generalidades

Donato (II, 16) define as preposições (*praepositiones*) como a classe de palavras que modifica (*mutat*), completa (*complet*) ou restringe (*minuit*) o significado das palavras a que elas se antepõem ou mesmo são pospostas (no caso dos pronomes, como *mecum*). Prisciano (XIV, 1) reapresenta essa definição, acrescentando apenas que as preposições podem ainda estar pospostas não somente a pronomes (como no caso de *mecum*, citado por Donato), mas também a outras palavras, ainda que, nessa situação, estaria configurada uma ordem marcada, presente apenas em textos poéticos.

Donato (II, 16) destaca serem essas palavras de três tipos: (a) aquelas que estão sempre **unidas** à palavra que modificam (como é o caso de *di-*, *dis-*, *re-*, *se-*, *am-* e *con-*, em composições tais como *diduco*, *recipio* e *amplector*); (b) aquelas que estão sempre **separadas** (como é o caso de *apud* e *penes*); e (c) aquelas que podem estar **unidas ou separadas** (tal como ocorre com as demais). Quando separadas, do

ponto de vista morfossintático, elas podem reger os casos de ablativo e/ou acusativo. Ainda que sua explanação seja sumária e bastante objetiva nesse aspecto, Donato ainda cita os casos particulares da preposição *in* e *sub*, cujos valores semânticos se alteram caso estejam empregadas em um ou outro caso. Mais à frente, Prisciano analisa o uso estilizado das preposições latinas com genitivo, situação que configura um helenismo (ἑλληνισμός), empregado somente em usos licenciados pela “autoridade poética” (*auctoritas*):

Cum apud Graecos separata praepositio tribus soleat casibus praeponi, id est genetivo, dativo, accusativo, apud nos duobus solis praeponitur, id est accusativo et ablativo, nisi ἑλληνισμῷ utatur auctoritas, ut Virgilius in III georgicon: Et crurum tenus a mento palearia pendent (...).

Embora, entre os gregos, uma preposição separada costume ser preposta aos três casos, isto é, ao genitivo, dativo e acusativo, entre nós prepõe-se a dois casos apenas, isto é, ao acusativo e ablativo, a não ser que a autoridade faça uso de um helenismo, como em Virgílio, nas *Geórgicas* III: *Et crurum tenus a mento palearia pendent*⁵² (...).
(Prisciano, XIV, 14)

Desde o início, Prisciano (XIV, 1) retoma a tripartição de Donato acima contemplada, atribuindo a essas palavras os rótulos de “preposições em aposição” ou “apositivas” (*apositivae*), para aquelas que estão separadas, e “preposições em composição” ou “compositivas” (*compositivae*), para aquelas que se apresentam unidas a outras palavras, como o que chamaríamos hoje de “prefixos”. O seu comportamento gramatical é explicado levando-se em conta as diferenças entre as apositivas e compositivas, como, após exemplificações, o gramático sintetiza:

Igitur nomini quidem et per appositionem et per compositionem, pronomini vero per appositionem solam (...) participio per derivationem

⁵² Cf. Virgílio, *Geórgicas*, III, 53: “E a papada do boi pende-se das barbas até as pernas”. Salvo quando houver referências, as traduções de trechos literários, inseridos no texto dos gramáticos, foram feitas por nós. Consultamos as edições das respectivas obras, elencadas nas Referências Bibliográficas, para contextualização e eventuais confrontos com outras traduções feitas para outras línguas. Termos isolados em latim e/ou grego, em geral, não foram traduzidos, exceto em caso especiais, quando representam terminologias ou conceitos cujas traduções julgamos indispensáveis.

vel consequentiam compositorum verborum vel per appositionem, ceteris autem partibus per solam compositionem praepositio iungitur.

Assim, a preposição liga-se certamente ao nome tanto por aposição quanto por composição, enquanto ao pronome somente por aposição (...), ao particípio, por derivação ou consequência das composições dos verbos, ou por aposição; porém, às demais partes da oração somente por composição.

(Prisciano, XIV, 8)

Donato (II, 16) afirma serem as preposições suscetíveis de sofrer pequenas alterações fonéticas, a depender do contexto em que estiverem, como *suffero* (*sub+fero*) ou de provocarem alteração, como *conficio* (*con+facio*), ou de sofrerem e causarem alteração simultaneamente, como *suscipio* (*sub+capio*). Essas propriedades não apenas são retomadas, mas expandidas e especificadas por Prisciano ao longo do Livro XIV, como, por exemplo, com relação às diferenças de distribuição de *abs*, *ab* e *a* em diferentes contextos fonéticos, bem como às pequenas alterações fonéticas que sofrem ou impõem às palavras a que se ligam:

‘Abs’ tam in compositione quam in appositione consonantibus solet praeponi, sed ‘ab’ omnibus in compositione praeponitur literis, absque c vel q vel t, ut ‘abduco, affatur’ – nam b in f est conversa –, ‘aufero’ – in quo b in u convertitur tam euphoniae quam differentiae causa, ne, si ‘affero’ dicas, ab ‘ad’ et ‘fero’ componi videatur –, ‘abluo, abnego, arripio’ – in quo b in r convertitur –, ‘asporto’ – in quo in b in s commutatur, sicut et ‘aspello’, differentiae causa, ne, si ‘apporto’ et ‘appello’ dicamus, ab ‘ad’ composita existimentur –. Ab m vel v loco consonantis incipientibus solet in compositione praeponi ‘a’, ut ‘amenso, amens, aveho’; ante q in appositione ‘abs’: ‘abs quolibet’, ante c vero t in compositione, ut ‘abscondo, abscedo, abscido, abstraho, abstrudo, abstineo’.

‘Abs’ costuma ser preposto tanto em composição quanto em aposição, ao passo que ‘ab’ se prepõe a todas as letras em composição, com exceção de ‘c’ ou ‘q’ ou ‘t’, como em ‘abduco’, ‘affatur’ – com efeito, o ‘b’ se converteu em ‘f’ –, ‘aufero’ – no qual o ‘b’ se converte em ‘u’, tanto por eufonia quanto por uma questão de diferenciação, para que, caso digas ‘affero’, não pareça ser composto de ‘ad’ e ‘fero’ –, ‘abluo’, ‘abnego’, ‘arripio’ – no qual o ‘b’ se converte em ‘r’ –, ‘asporto’ – no qual o ‘b’ se transforma em ‘s’, assim como em ‘aspello’, por uma questão de diferenciação, para que, caso digamos ‘apporto’ e ‘appello’, sejam julgados como compostos por ‘ad’. ‘A’ costuma se antepor a palavras iniciadas pelas consoantes ‘m’ ou ‘v’⁵³, em composição, como em

⁵³

Nos textos do nosso *corpus*, o editor explicita graficamente a diferença de ‘V’ semivogal e semiconsoante, empregando, no primeiro caso, a minúscula ‘u’ (como *consonantibus*) e, no segundo, a

‘*amenso*’, ‘*amens*’, ‘*aveho*’, ‘*abs*’ diante de ‘q’ em aposição: ‘*abs quolibet*’, mas diante de ‘c’ e ‘t’ em composição, como ‘*abscondo*’, ‘*abscedo*’, ‘*abscido*’, ‘*abstraho*’, ‘*abstrudo*’, ‘*abstineo*’.

(Prisciano, XIV, 42-43)

Além de *a/ab/abs*, o tratado de Prisciano traz ainda a descrição das diferenças de *e/ex*, e analogamente, das alterações fonéticas ocorridas em seu contexto. A esse respeito, é interessante notar como, em Prisciano, a explicação das diferenças assume um tom descritivo – afinal, delineia-se um quadro bastante minucioso da maior parte das possibilidades de combinação e aposição dessas preposições – mas também explicativo, pois alguns casos particulares (embora não todos) recebem explicações, levando-se em conta outros conceitos gramaticais conhecidos em sua época: nesse caso, a eufonia (*euphonia*) e a diferenciação formal (*differentiae causa*), servem para explicar o fato de a forma hipotética **abfero*, em analogia a *affatur*, não ter resultado em **affero*, mas sim em *aufero*, explicitando, com essa diferença formal, sua oposição a *affero* (*ad+fero*).

Entre outros fenômenos fonéticos observados pelo gramático (Prisciano, XIV, 11) estão a “elisão” (*ellipsis*), na mudança, por exemplo, de *con->co-* (*coeo*, *coarguo*, *coarto*, *cohaereo* etc.), a epêntese, com o acréscimo, por exemplo, do fonema /d/ depois de *pro-* seguido de vogal (*prodesse*, *prodest*, *proderam* etc.) e a “síncopa” (*syncopa*), como em *infera>infra*, *supera>supra* e *extera>extra*. No último caso, Prisciano observa a preferência dos antigos pelas formas trissilábicas: *Torvus Draco serpit supter **supera**que retorquens*⁵⁴ (Cícero, *De natura deorum*, II, 106). Disso, destaca-se uma certa consciência para as mudanças da língua com o tempo e a coexistência de variantes – daí o gramático ter destacado a preferência das formas trissilábicas entre os “antigos”, evitando certo tom normativo ao não recomendar ou mesmo prescrever um ou outro uso particular. Além disso, o gramático ressalta a tendência de essas palavras de pouca extensão sofrerem acomodações fonéticas nos

minúscula ‘v’ (como em *conversa*). Mantemos fidelidade ao texto de Keil, preservando essa diferença nos textos e termos latinos citados do nosso *corpus*.

⁵⁴ Cf. Cícero, *De Nat. Deorum*, II, 106: “O terrível Dragão rasteja, voltando seus olhos pra cima e pra baixo”.

contextos em que aparecem. Essa parece-nos ser, do ponto de vista formal, uma outra propriedade comum que associa as preposições de Prisciano aos MDs.

Prisciano (XIV, 4-5) observa ainda que, enquanto em grego todas as preposições são “acidentais” (*positivae*), isto é, não-derivadas, em latim elas podem também ser “derivadas” (*derivativae*), tais como *adversum*, *extra*, *inter* e *intra*. Devido ao fato de os advérbios poderem constituir derivações tanto em grego como em latim, as semelhanças formais entre uma categoria e outra na língua latina se acentuam, produzindo, em alguns casos, também uma ambigüidade funcional, sobre o que trataremos mais detidamente no próximo item.

Esse fato aponta para uma preocupação que se destaca ao longo do texto do gramático: a de contrastar os traços particulares das preposições com os das outras categorias que poderiam guardar com elas alguma semelhança. Assim, em relação às conjunções, por exemplo, Prisciano (XIV, 2-4) delineia os seguintes paralelos, que, para uma melhor visualização, organizamos no quadro abaixo:

PRAEPOSITIONES	CONIUNCTIONES
1. Quando prepostas, podem ser empregadas em <i>aposição</i> ou <i>composição</i> ;	1. Quando prepostas, a não ser em casos específicos, como <i>siqua</i> e <i>nequa</i> , nunca estão em <i>composição</i> ;
2. Podem estar prepostas ou pospostas às palavras casuais, ainda que a posposição configure uma ordem inversa, a não ser no caso dos pronomes (<i>mecum</i>).	2. Não podem estar pospostas, a não ser a conjunção <i>que</i> , em analogia com a conjunção grega equivalente <i>-θεν</i> : como, por exemplo, <i>ubi/ubique</i> ; <i>’Αθῆναι</i> ; <i>’Αθήνηθεν</i> .

QUADRO 4.1. *Praepositiones/Coniunctiones* (Prisciano XIV, 3-4)

É notável que a comparação acima explicitada leva em conta o estatuto propriamente sintático ou gramatical das duas categorias contrastadas e não assinala, até aqui, uma diferença propriamente de caráter semântico entre as *coniunctiones* e *praepositiones*. Além disso, como parece mostrar o autor em outra passagem, essa

tentativa de diferenciação entre as duas categorias não dá conta de todos os casos, restando ainda aqueles que permanecem ambíguos, em que uma preposição realiza a função de conjunção e vice-versa. Um exemplo retirado da literatura latina é o caso de ‘*propter te*’, que pode também realizar a função conjuntiva causal, como está em Virgílio (*Eneida*, IV, 320): *Te propter Libycae gentes Nomadumque tyranni/Odere*,⁵⁵ (...) – citado por Prisciano (XIV, 13).

Contudo, ainda que contemple exclusivamente as propriedades gramaticais dessas partículas, esse quadro soa-nos bastante ilustrativo da abordagem que Prisciano oferece para a caracterização dos conceitos metalingüísticos que desenvolve em seu livro, no qual parece levar em conta três critérios analíticos principais: 1) a comparação com outras categorias – tais quais a das *coniunctiones* e a dos *adverbia* (que especificaremos mais detalhadamente mais adiante, no item 4.1.3); 2) os contrastes com a língua grega, através das comparações entre termos gregos e latinos – como, no exemplo citado, o paralelo entre *que* e *-θεῖν*; e, finalmente, 3) os próprios exemplos atestados em textos da literatura latina.

Consideramos essa abordagem como representativa de um caráter comparativo e descritivo e que, embora ofereça explicações pontuais aqui e ali, parece não pretender dar respostas definitivas aos questionamentos que emergem da discussão. Nos próximos itens, veremos, por exemplo, duas questões presentes na análise das *praepositiones*, que ocupam boa parte do tratado, e são, a nosso ver, particularmente interessantes para os nossos objetivos. Trataremos, assim, da tentativa de descrição dos “valores semânticos/pragmáticos” assumidos pelas preposições e, em seguida, das ocorrências ambíguas, em que uma preposição apresenta comportamento formal/funcional ora como advérbio, ora como preposição.

⁵⁵ Cf. Virgílio, *Eneida*, IV, 320: “Por tua causa, os povos da Líbia e os tiranos da Numídia me odiaram”.

4.1.2 Valores “semânticos” e “pragmáticos” das *praepositiones* em Prisciano

Segundo Prisciano (XIV, 9), as preposições latinas e gregas diferenciam-se, entre outros aspectos, pelo fato de que, enquanto em grego elas possuiriam significados próprios e específicos, em latim várias preposições poderiam trazer o mesmo significado, fato ilustrado no paralelo que Prisciano faz entre as preposições gregas *περί* e *παρά* e suas formas latinas correspondentes:

Grego	Latim
<i>περί</i> (Preposição de lugar: “em volta de”, “acerca de”, “em torno de”)	<i>circum</i> <i>circa</i> <i>erga</i> <i>de</i> <i>super</i>
<i>παρά</i> (Preposição de lugar: “ao lado de”, “da parte de”)	<i>apud</i> <i>prope</i> <i>praeter</i> <i>propter</i>

QUADRO 4.2. Preposições gregas e latinas (Prisciano, XIV, 9)

O gramático parece querer demonstrar que seria possível atribuir valores semânticos singulares às preposições gregas, ao passo que, em latim, não somente um atributo de significado poderia ser expresso por uma série de diferentes preposições (como no exemplo acima), mas também uma mesma preposição poderia apresentar diferentes valores, caso fosse ela empregada em contextos diferentes, como, por exemplo, a preposição *ad*:

<i>ad</i>	“Lugar” (<i>locus</i>): <i>Prima quod ad Troiam pro caris gesserat Argis</i>⁵⁶ (Virgílio, <i>Eneida</i>, I, 24); <i>alloquitur</i>; <i>arridet</i>
-----------	--

⁵⁶ Cf. Virgílio, *Eneida*, I, 24: “(...) a primeira, que tinha gerado [a guerra], junto de Tróia, a favor dos caros Argivos”.

	“Interlocutor” (<i>persona</i>): Ad te <i>confugio et supplex tua numina posco</i> ⁵⁷ (Virgílio, <i>Eneida</i> , I, 670).
	“Tempo” (<i>tempus</i>): ad bellum Persi Macedonicum ⁵⁸ (Salústio, <i>Histórias</i> , I, 8).
	“Número” (<i>numero</i>): ad quadraginta milia
	“Causa” (<i>causa</i>): ad quid <i>hoc fecisti?</i> ⁵⁹
	“Oposição” (<i>contrarietas</i>): ad illum <i>mihi pugna est</i> ⁶⁰ .
	“Aproximação” (<i>proximitas</i>): adeo , ad <i>Troiam eo</i>
	“Semelhança” (<i>similitudinis</i>): adaequatus , acomodatus
	“Ênfase” (<i>intentivus</i>): approbat , affirmat

QUADRO 4.3. Valores de *ad* (Prisciano XIV, 11-12; 24)

Entre os exemplos acima elencados no quadro 4.3, poderíamos observar o que haveria de comum entre as diferentes nuances de significado nas sentenças. A noção básica de ‘aproximação/direção para um lugar’⁶¹ comparece mais ou menos diluída metaforicamente em alguns dos exemplos dados: **ad Troiam** (movimento em direção a um lugar – sentido básico); **adaequatus** (movimento de direção metafórico – “semelhança”); **ad illum** (movimento de direção contrária – “oposição”). Os demais exemplos são examinados mais ou menos dentro de um contexto, pois são inseridos em sentenças, como, por exemplo, **ad quid** *hoc fecisti?*; ou situados dentro de uma obra, como, por exemplo, **ad bellum Persi Macedonicum**, em cujo texto original de Salústio, também por força do gênero, seria natural a interpretação temporal para a preposição.

Assim, ainda que fique em aberto entre nós a questão de saber se, de fato, as preposições gregas citadas anteriormente (*περί* e *παρά*), assim como outras, não teriam, à semelhança de *ad*, também uma variedade de valores semânticos, definidos contextualmente; resta observar que o raciocínio do gramático leva ao reconhecimento da importância do contexto para a definição dos significados das palavras analisadas. Em outras palavras, as preposições latinas não são tributárias de um significado singular nelas próprias, mas poderiam ser tomadas em diferentes acepções:

⁵⁷ Cf. Virgílio, *Eneida*, I, 670: “A ti recorro e, suplicante, imploro teu poder”.

⁵⁸ Cf. Salústio, *Histórias*, I, 8: “À época da guerra entre persas e macedônios”

⁵⁹ “Para que fizeste isto?”

⁶⁰ “Meu conflito é com aquele”.

⁶¹ Essa é a primeira acepção, por exemplo, fornecida no verbete do *Dicionário Latino-Português*, do Saraiva, e no *Oxford Latin Dictionary*.

Nec solum praepositiones, sed etiam adverbia sunt ea pro varia significatione accipienda. Oportet autem scire, quod Graeci proprium dicunt esse praepositionis, ut nihil certum per se positae sine aliis partibus orationis significare possint (...). Hae enim ad sensus sequentium significationes suas accomodant (...).

Não somente as preposições, mas também os advérbios, devem ser tomados em várias significações. É preciso reconhecer aquilo que os gregos diziam ser próprio das preposições: que não podem significar nada determinado se isoladas, sem as outras partes da oração (...). Elas, de fato, acomodam os seus significados ao sentido do que vem depois (...).

(Prisciano, XIV, 11)

Nesse quadro, é ainda digno de nota o fato de que, entre os “valores” (*potestates*) das preposições elencados acima, apontam-se atributos não somente da ordem de seu significado – causa, semelhança, oposição, tempo, lugar – mas também de ordem pragmática e discursiva, quer seja focalizando a enunciação em si – o direcionamento para o interlocutor: *alloquitur* – quer seja observando seu papel na interação – ênfase/reforço: *affirmat*. Essa análise revela, a nosso ver, que, entre os atributos das preposições na gramática antiga, estavam os seus reflexos também pragmáticos.

De acordo com a sintaxe das preposições – se estão em composição ou aposição – o gramático ressalta que os sentidos que apresentem nos contextos podem permanecer o mesmo (como em *invado*, em composição, e *in hostem vado*, em aposição, ambos tendo o sentido de “contra”), alterar-se (como *de te loquor*, isto é, “*tui causa loquor*”, e *deprimo*, isto é, “*infra premo*”), ou não modificar o significado da palavra de que estão em composição (*emori* seria o mesmo, basicamente, de *mori*). Além disso, duas preposições poderiam apresentar valores análogos: *a(b)* e *e(x)*, expressando lugar de origem, por exemplo.

Em seguida, o gramático oferece uma análise bastante pormenorizada dos valores (*potestates*) assumidos pelas preposições latinas, analisando caso a caso, traçando paralelos com seus equivalentes gregos e fornecendo exemplos da literatura

latina. A título de exemplificação, observemos os casos de *per* e *de*, representando, respectivamente, uma preposição de acusativo e ablativo.

A preposição *per* pode estar em composição ou em aposição e apresenta, entre seus valores semânticos/pragmáticos principais, os de “lugar” (*locus*), “lugar como tempo” (*tempus pro loco*), “juramento” (*iurandi*) e “negação” (*abnegatio*), conforme Prisciano (XIV, 25-26):

1. “Lugar” (*locus*): no sentido da preposição grega *διά*. Em composição, comparece como em Virgílio, nas *Geórgicas* (I, 245): *Circum **perque** duas in morem fluminis Arctos*⁶². Em composição, ocorre ainda em palavras como *perrumptor* (análoga ao grego: *διαρρήγνυμι*);
2. “Lugar como tempo” (*tempus pro loco*): em uso figurado/metafórico, o sentido básico de lugar cede ao de tempo, como no exemplo: ***per** medium diem*⁶³. Trata-se de um uso metaforizado, bastante documentado acerca das línguas modernas⁶⁴, que é o uso de palavras de lugar na expressão do tempo, fato surpreendentemente já conhecido dos antigos: “Deve-se saber, além disso, que todas as palavras designativas de lugar podem elas mesmas também ser de tempo” (Prisciano, XIV, 26: *Sciendum autem, quod omnia localia possunt eadem etiam temporalia esse*). Outras metaforizações envolvendo expressões de lugar também podem ocorrer: ***per** virtutem fio laudabilis*⁶⁵ – como se o “lugar” do louvor estivesse na *uirtus*;

⁶² Cf. Virgílio, *Geórgicas*, I, 245: “Através e ao redor, as duas ursas [correm], à maneira de um rio”.

⁶³ “Pelo meio dia”.

⁶⁴ Sobre as conceptualizações metafóricas, em especial a de tempo como lugar, conferir Lakoff & Johnson (2003).

⁶⁵ “Pela virtude, fiz-me louvável”.

3. “Juramento” (*iurandi*): trata-se do sentido formulaico, invocatório dos deuses, equivalente ao grego *πρός*: **Per lovem**⁶⁶ (análogo a: *Πρὸς τοῦ Δίος*⁶⁷);
4. “Negação” (*abnegatio*): sentido encontrado em composições, apenas, como em **perfidus**, **periurus**.

É interessante notar que, dos usos descritos de *per*, reconhecemos duas modalidades de natureza semântica (“lugar” e “tempo”, ainda que, nesse segundo caso, por uma transferência metafórica), uma modalidade de caráter gramatical, ainda que tenha consequência de caráter semântico (“negação”, como a exemplificada de *fidus:perfidus*) e, finalmente, uma de caráter pragmático/discursivo, que é o caso da expressão formulaica de juramento pelos deuses. No caso da expressão formulaica, portanto cristalizada na língua, reconhecemos um uso que se assemelha ao que a Linguística moderna descreve acerca dos MDs: um uso que ultrapassa as fronteiras da língua (morfossintaxe e semântica) e materializa linguisticamente aspectos extralingüísticos, contextuais e culturais.

A respeito da preposição *de*, Prisciano (XIV, 45) reconhece os seguintes valores: “de referência” (*memorativus*), “de lugar” (*localis*), “de ênfase” (*intentivus*) e “privativo” (*privativus*):

1. “De referência” (*memorativus*): equivalente à preposição grega *περί*, refere-se ao assunto a ser exposto ou tratado, como em **de partibus orationis**;
2. “De lugar” (*localis*): em composição, realiza função análoga ao grego *κατά*, com em: **deduco**, **detraho**;
3. “De ênfase” (*intentivus*): em composições do tipo **dedo**, **deprimo**, **decurro**: a anteposição da preposição às formas verbais básicas, respectivamente, *do*, *premo* e *curro*, criaria um efeito de ênfase ou

⁶⁶ “Por Júpiter”.

⁶⁷ “Por Zeus”.

intensificação do valor semântico básico, responsável pela instauração de novos matizes de significado, presente nas novas formas verbais em composição;

4. “Privativo” (*privativus*): instaura a noção de privação/ausência, função presente, nas seguintes composições: ***desperatus***, ***demens*** e ***desum***.

Em suma, através da descrição dos diferentes usos das preposições latinas, de acordo com os diferentes valores (*potestates*) de *de* na sentença latina, também reconhecemos critérios que hoje consideraríamos “semânticos”, pois exemplificam-se ocorrências que traduzem diferentes significações nos contextos em que encerram (“lugar”/“privação”), mas também critérios da ordem do discurso: a modalidade “de ênfase” (*intentivus*) parece apresentar uma maior dependência do contexto.

4.1.3 Preposições ou advérbios? O problema dos casos ambíguos

Uma questão presente ao longo do Livro XIV é a análise das fronteiras categoriais entre as preposições latinas e outras categorias, em especial os advérbios (*adverbia*). Conforme destaca Prisciano, algumas preposições latinas (*extra*, *infra*, *inter*, *adversum*, *intra*, *contra*, *ante*, entre outras) apresentam comportamento funcional ambíguo, ora realizando funções prepositivas, ora especificando uma função adverbial. Para citar alguns exemplos (Prisciano, XIV, 4-5):

1. A palavra *ante*, quando sinônima do grego *πρό*, seria uma preposição (***Ante ora patrum***⁶⁸); ao passo que seria um advérbio quando

⁶⁸

“Perante a barra do vestido dos pais”.

equivallesse a *πρότερον* (**ante** *leves ergo pascentur in aethere cervi*⁶⁹ – Virgílio, *Écloga*, I, 59);

2. A palavra *contra* realizaria uma função prepositiva quando sinônima de *κατά* (**contra** *contionem Metelli*⁷⁰); podendo ainda exercer função adverbial, se sinônima de *ἐξεναντίας* (*Ego in hanc partem specto, tu contra*⁷¹);
3. A palavra *adversum* pode ser uma preposição, quando equivalente a *ἐπί* (*Idque adversum te gratum fuisse habeo gratiam*⁷² – Terêncio, *Andria*, I,1,15), ou, então, um advérbio, se tiver o valor de *ἐναντίως* (*Ei loco ex adversum Tonstrina erat quaedam*⁷³ – Terêncio, *Fórmio* I,2,38);
4. A palavra *trans*, em composição, quando sinônima de *διά*, *παρά* ou *ὑπέρ*, funciona como uma típica preposição latina, em vocábulos tais como **transveho** (caso análogo ao grego *διακομίζω*); **trado** (análogo ao grego *παραδίδωμι*); **transgredior** (análogo ao grego *ὑπερβαίνω*). Contudo, pode também realizar função adverbial equivalente a *πέραν*, em aposição, no sintagma **trans** *mare* (equivalente ao grego *πέραν τῆς θαλάσσης*).

Como se destaca dos exemplos apresentados pelo gramático, a cada vocábulo latino equivaleriam duas formas gregas, conforme realizem as funções de preposição ou advérbio. A princípio, pareceria que a consideração apresentada anteriormente – a de que o contexto teria papel primordial para a definição dos valores semânticos e gramaticais das palavras – seria o bastante para definir a contento os papéis realizados por esses termos quando a eles correspondessem diferentes funções,

⁶⁹ Cf. Virgílio, *Écloga*, I, 59: “Antes, os cervos ligeiros são criados no espaço”.

⁷⁰ “Contra o tratado de Metelo”.

⁷¹ “Eu observo deste lado, e tu em sentido contrário”.

⁷² Cf. Terêncio, *Andria*, I, 1, 15: “E agradeço em tua presença por teres sido grato”.

⁷³ Cf. Terêncio, *Fórmio*, I, 2, 38: “Naquele lugar, havia uma barbearia em frente”.

como nos exemplos apresentados. Tratar-se-ia, por isso, de um problema de leitura, possível de ser resolvido contextualmente.

Entretanto, os critérios de análise elencados por Prisciano consideram apenas acidentalmente a análise do contexto e contemplam aspectos diferenciais de outra natureza. Assim, diferenciar-se-iam preposições e advérbios, em primeiro lugar, quanto ao seu acento:

Accentum habent praepositiones acutum in fine, tam apud Graecos quam apud nos, qui tamen cum aliis legendo in gravem convertitur (...).

As preposições possuem acento agudo no final, tanto entre os gregos quanto entre nós, que, entretanto, é convertido em grave quando lidas com outras palavras (...).

(Prisciano, XIV, 6)

Sendo assim, as preposições teriam esta propriedade fonológica diferencial em relação aos advérbios: a de terem seus acentos agudos convertidos em graves quando lidas em conjunto com outras palavras. Casos especiais seriam os das preposições dissilábicas, quando pospostas – casos raros e poéticos, nos quais a conversão em acento grave não seria possível. Entretanto, ainda assim, a diferenciação poderia ser feita usando-se um artifício fonológico: quando não seguidas de outras palavras, tornariam agudo o acento de sua última sílaba, em vez do antepenúltimo:

(...) *ut Virgilius in I Aneidos:*

maria omnia circúm;
finalem enim acuimos syllabam, ne, si paenultima acuamus, nomen vel adverbium putetur esse.

(...) como Virgílio na *Eneida*, I:

*maria omnia circúm*⁷⁴;
de fato, tornamos aguda a sílaba final para que, se tornamos aguda a penúltima, a palavra não seja considerada um nome ou advérbio.

(Prisciano, XIV, 6)

⁷⁴ Cf. Virgílio, *Eneida*, I, 32: “[andavam errantes, impelidos pelos fados] ao redor de todos os mares”.

Em suma, um primeiro critério para a sua diferenciação dos advérbios é eminentemente “fonológico”, para usarmos o termo moderno, pois leva em consideração a realização particular do acento das preposições – se graves ou agudos, e sua ocorrência em qual sílaba.

O segundo fator considerado na distinção entre as duas categorias é de natureza “sintática”: as preposições, diferentemente dos advérbios, conectam-se a palavras casuais; precede-as, de fato, na maioria das vezes. Os advérbios, por outro lado, apresentam maior autonomia no interior da sentença latina, quando não se vinculam a palavras não-casuais, como os verbos:

*Hic ergo quoque admoneo quod saepe dixi, omnia ea, quae supra dicta apud Graecos sine dubio adverbia sunt, Latinos etiam inter praepositiones ponere ea, quia **frequenter casualibus praeponuntur et gravantur** (...).*

Por isso, do mesmo modo, lembro aquilo que freqüentemente afirmei: todas essas preposições citadas acima, que são, sem dúvida, advérbios entre os gregos, foram classificadas entre as preposições pelos latinos, pois **eram freqüentemente prepostas às palavras casuais** e tornavam graves os seus acentos (...).

(Prisciano, XIV, 36 – grifos nossos)

Assim, o gramático também assinala importante diferença entre as palavras gregas e latinas: enquanto, como vimos anteriormente, em grego as palavras *πρότερον*, *ἐξεναντίας*, *ἐναντίως* e *πέραν*, por exemplo, são palavras perfeitamente categorizadas no âmbito dos advérbios, em latim, a respeito de *ante*, *contra*, *adversum* e *trans*, respectivamente, pareceria mais próprio dizer tratar-se de preposições em “funções adverbiais”, considerando-se, sobretudo, os dois critérios assinalados acima – o seu acento e a sua sintaxe.

Um outro caso particular especialmente ambíguo apresentado por Prisciano é o das preposições *supra*, *extra* e *infra*. Como assinalamos acima, um dos traços distintivos das preposições em relação aos advérbios, além do seu acento, é exatamente a sua posição na sentença, como precedente (na maioria das vezes) ou

subseqüente (raramente, em casos poéticos) a palavras que se flexionam quanto à categoria de caso. Considerando esse fator, *supra*, *infra* e *extra* ficam especialmente ambíguos quando estão subentendidas ou omitidas as palavras a que esses termos se conectam, como nos exemplos abaixo (Prisciano, XIV, 4):

1. *Ego in campo curro, tu **extra**.*

Eu corro dentro do campo, tu [corres] fora.

2. *Ego **supra** aspicio, tu **infra**.*

Eu olho para cima, tu [olhas] para baixo.

Apesar de também possuírem funções prepositivas quando precedem palavras casuais, as palavras em negrito acima possibilitam sua leitura como advérbio se consideramos que estão isoladas na sentença.

Esse comportamento funcional “ambíguo” – uma categoria, no caso, as preposições, com funções de outra, os advérbios – seria fenômeno também notado na própria língua grega, como salienta Prisciano (XIV, 17):

Hoc tamen quoque Graecis auctoribus facimus. Sicut enim praepositiones loco adverbiorum, sic etiam adverbia loco praepositionum solent poni. Homerus:

γέλασσε δὲ πᾶσα περὶ χθών,

περὶ pro περίξ, praepositionem posuit pro adverbio. Idem:
Ἴλιον εἶσω,

pro εἰς Ἴλιον, adverbium pro praepositione. Nihil igitur mirum, apud nos quoque praepositiones pro adverbis vel adverbia pro praepositionibus inveniri.

Entretanto, também fazemos isso como os autores gregos. Do mesmo modo como as preposições costumam ser empregadas no lugar dos advérbios, assim também os advérbios, no lugar das preposições. Em:

γέλασσε δὲ πᾶσα περὶ χθών⁷⁵,

περὶ em vez de *πέριξ*, Homero utilizou uma preposição em vez de um advérbio. O mesmo em:

*Ἴλιον εἰσώ*⁷⁶,

em vez de: *εἰς Ἴλιον*, ele usou o advérbio em vez da preposição. Portanto, nada espantoso encontrarem-se, também entre nós, preposições em vez de advérbios e advérbios em vez de preposições.

(Prisciano, XIV, 17)

Assim, estabelecendo uma relação de identidade com a língua grega, o gramático interpreta o fenômeno das preposições latinas em funções adverbiais como pertinente à própria natureza da língua, legitimada com sua ocorrência nos autores da tradição helenística, entre os quais, citado textualmente, Homero. O fenômeno das preposições *ante*, *contra*, *adversum* e *trans*, entre inúmeras outras, utilizadas como advérbios, é análogo a *περὶ* atuando como o advérbio *πέριξ*, citado acima.

Das discussões levantadas pelo gramático quanto ao comportamento ambíguo das preposições latinas, resulta a constatação de que existiria uma fronteira diluída entre os estatutos funcionais/gramaticais das categorias analisadas. Em outras palavras, a discussão apresentada pelo autor revela indícios de que não se trata de categorias absolutas, com propriedades estáveis e imutáveis na mecânica da língua; ao contrário, cada exemplo, contraste e contra-exemplo discutidos parece descrever categorias com propriedades mais ou menos homogêneas e sem fronteiras bem demarcadas entre umas e outras. Tais considerações ressoam o conceito de “classe gradiente” aplicado aos MDs no capítulo anterior.

Ressaltamos, contudo, que as preposições, dentre os termos indeclináveis latinos, são aqueles que maiores funções gramaticais desempenham na língua, fato que, teoricamente, as tornaria incompatível com os MDs, que, como vimos, tem entre seus traços definidores, sua pequena (ou nenhuma) integração sintática. Até mesmo nos estudos atuais, de fato, são poucos os MDs oriundos de termos preposicionados,

⁷⁵ Cf. Homero, *Ilíada*, XIX, 362: “[sobre ao céu o fulgor], ri-se a terra” (Tradução de Aroldo de Campos).

⁷⁶ “Para dentro de Tróia”.

quando não representam apenas “casos limítrofes”, nos quais se reconhecem propriedades discursivas, mas não configurariam, propriamente, MDs.

Nesse sentido, também destacamos que, na teorização antiga, o estatuto menos discursivo dessa categoria era também destacado – tais quais as suas particularidades de acento e a sua integração sintática, bem como a sua participação na composição de outras palavras. Essas propriedades não favorecem, portanto, uma leitura que saliente seus traços discursivos e permita uma identificação com o moderno conceito dos MDs. Nesse aspecto, a teorização de Prisciano estaria em sentido inverso àquela que hoje se realiza sobre essas estruturas no âmbito do discurso e lhes atribui o nome de MDs.

4.2 *De interiectione*

Donato (II, 17) define as “interjeições” (*interiectiones*) latinas como a parte da oração que está interposta (*interiecta*) às outras, a fim de exprimir “estados de alma” (*animi affectus*⁷⁷). Prisciano (XV, 40) ressalta essa mesma propriedade ao defini-las:

Interiectio tamen non solum quem dicunt Graeci σχετλιασμόν significat, sed etiam voces, quae cuiuscumque passionis animi pulsu per exclamationem interieiuntur.

A interjeição, contudo, não somente indica aquilo que os gregos chamam de *σχετλιασμός*, mas também os sons que são interpostos por exclamação, com o pulso anímico das paixões de quem quer que seja.
(Prisciano, XV, 40)

As palavras latinas *animi*, *passionis*, *affectus*, empregadas por um e outro gramático em suas definições, assim como a expressão grega citada por Prisciano –

⁷⁷ A palavra latina *animus*, aqui empregada no genitivo, assume na língua latina variados matizes de significados, cuja análise nos é requerida quando queremos precisar sua aplicação no conceito citado. Queremos ressaltar que, embora traduzamos como “estados de alma”, não nos referimos ao significado de *animus* enquanto ente metafísico já presente, por exemplo, em variados textos da tradição latina cristã. Referimo-nos ao estado interior ou, digamos, psicológico, do falante de dada expressão lingüística.

*σχετλιασμός*⁷⁸ – fazem referência a propriedades que não estão propriamente na ordem da língua, ou, mais precisamente, da gramática, no sentido moderno que a essa palavra atribuímos; remetem, na verdade, ao estado interior dos interlocutores no ato enunciativo, cuja influência faz-se visível na linguagem por intermédio dessa classe de palavras, as interjeições.

Dentre os possíveis “estados de alma” (*animi affectus*), são tratados por Donato (II, 17) o de “temor” (*metuentis*) – codificado na língua latina, por exemplo, pelas palavras *ei* e *eu* –; o de “desejo” (*optantis*) – expresso por *o* –; o de “dor” (*dolentis*) – expresso por *heia*, *heu* –; e, ainda, o de “alegria” (*laetantis*) – codificado, sobretudo, pela interjeição *euax*.

Como sabemos, por se tratar de um texto escrito com finalidades escolares e voltado inicialmente a falantes que já tinham pleno domínio falado sobre a língua que estudavam, o texto donatiano caracteriza-se bem mais pelo estilo sumário e objetivo do que pela exaustividade das discussões. Esse é um dos fatores que explicam o fato de hoje, lendo essas informações do presente, sentirmos talvez a “necessidade” de que cada um dos conceitos acima citados fossem expandidos e melhor ilustrados com exemplos a fim de serem compreendidos com mais clareza. Relembremos, contudo, que tal “necessidade” existe apenas quando assumimos o ponto de vista que determina sua leitura em nosso tempo, a partir deste contexto, pois, dadas as condições culturais em que a obra foi escrita, essa demanda deixa de existir, porquanto, para aqueles leitores da escola do *grammaticus*, o objetivo da obra era bem diverso deste que hoje justifica seu estudo por nós – por exemplo, nesta dissertação.

No entanto, recorrendo à obra de Prisciano – que foi escrita em outro contexto e para outros fins, resultando em um tratado bem mais abrangente e descritivo da língua, conforme discutimos no capítulo 2 –, podemos encontrar não somente referências explícitas ao texto de Donato, bem como exemplificações que clarificam a

⁷⁸ Conforme o *Lexicon Greek-English*, de Lindell & Scott, teria, entre outras, a acepção de “reclamação/expressão passional”.

nossa leitura presente dos conceitos que abordamos. Assim, no que tange aos “estados de alma” (*animi affectus*), cuja expressão lingüística é atributo das interjeições latinas, Prisciano esboça o seguinte quadro, com os exemplos que apresentamos abaixo:

Estados de alma (<i>animi affectus</i>)	Ocorrências nos textos
1. “Dor” (<i>dolor</i>)	(a) Ei mihi qualis erat, quantum mutatus ab illo Hectore ⁷⁹ (Virgílio, <i>Eneida</i> , II, 274-275); (b) O dolor atque decus magnum rediture parenti ⁸⁰ (Virgílio, <i>Eneida</i> , X, 507).
2. “Temor” (<i>timor</i>)	(c) Attat , mi homo, num formidulosus es? ⁸¹ (Terêncio, <i>Eunuco</i> , IV, 6, 18).
3. “Surpresa” (<i>admiratio</i>)	(d) Papae ... Haec superat ipsam Thaidem ⁸² (Terêncio, <i>Eunuco</i> , II, 1, 23).

QUADRO 4.4. “Estados de alma” (*animi affectus*) e exemplos (Prisciano, XV, 40)

Além desses “estados de alma” (*animi affectus*) exemplificados nos textos latinos acima citados, Prisciano (XV, 41) destaca, ainda, ser atributo das interjeições as “imitações dos sons não-escritos” (*imitationes sonituum illiteratorum*), i.e. as “onomatopéias”, tais quais *ha-ha*, *hae*, *euho* e *au*, reproduzindo, na escrita, o som emitido com o riso. Adiante, Prisciano ainda se refere ao estado de alegria (*gaudii*), codificado em latim por *euax*, embora dele não forneça exemplo atestado na literatura.

Convém destacar que a análise de Prisciano não é exatamente simétrica à de Donato, como observaremos se estabelecermos uma comparação. De fato, aos quatro “estados de alma” elencados por Donato, correspondem outros quatro na obra de Prisciano, com os quais não é possível, entretanto, estabelecer um paralelo exato: ao

⁷⁹ Cf. Virgílio, *Eneida*, II, 274-275: “Ai de mim! Como era tão diferente daquele Heitor”.

⁸⁰ Cf. Virgílio, *Eneida*, X, 507: “Que dor e que grande glória para teu pai ao retornar”.

⁸¹ Cf. Terêncio, *Eunuco*, IV, 6, 18: “Ah! Meu rapaz, por acaso não és medroso?”

⁸² Cf. Terêncio, *Eunuco*, II, 1, 23: “Oh! Esta supera a própria Thaís!”

passo que Donato cita aqueles de “temor” (*metuentis*), “desejo” (*optantis*), “dor” (*dolentis*) e “alegria” (*laetantis*), Prisciano atém-se aos de “alegria” (*gaudii*), “dor” (*doloris*), “temor” (*timoris*) e “surpresa” (*admirationis*). Mesmo para aqueles que parecem coincidentes, os autores se utilizam de termos diferentes: *metuentis/timoris* (“temor”), *dolentis/doloris* (“dor”) e *laetantis/gaudii* (“alegria”). Não nos é possível, até o momento, verificar a consequência para os respectivos textos da adoção de termos diversos por Prisciano ao tratar das propriedades já abordadas por Donato, mas o fato é que não nos parece ser casual, pois, como notamos acerca de outros termos gramaticais, existe uma coincidência terminológica, quando não uma referência explícita de Prisciano à doutrina de seu predecessor. Esse breve paralelo pode ser melhor visualizado no diagrama abaixo:

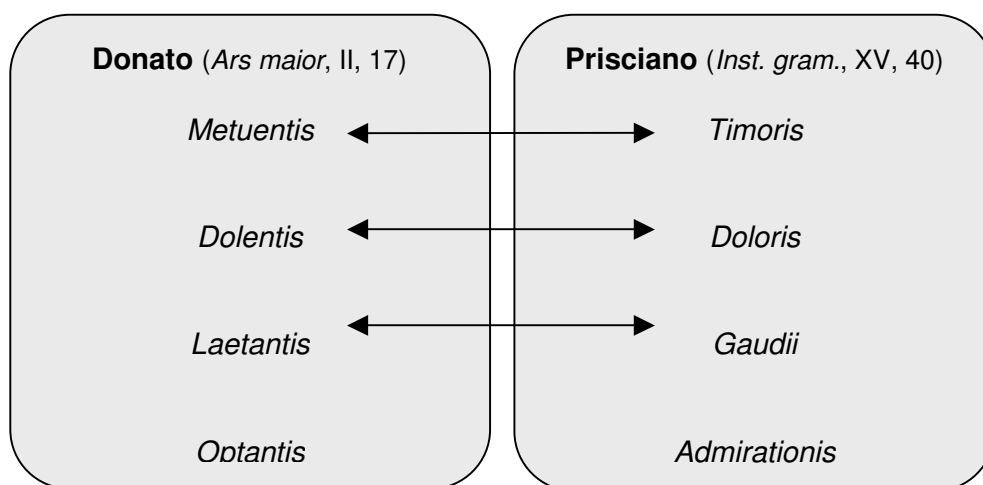


DIAGRAMA 4.1. Correspondência de “estados de alma” (*animi affectus*) em Prisciano e Donato

Como verificamos no quadro, seria possível afirmar que entre a formulação donatiana e a de Prisciano acerca dos “estados de alma” – cuja expressão, como vimos, é característica e definidora das interjeições – existiria talvez aquilo que Wittgenstein (1984: 56) chama de “semelhança de família”, termo moderno, que, de forma geral, apresenta a expressão filosófica da correspondência parcial entre dois espaços, o que possibilita, por consequência, a concepção de *continuum* entre duas categorias – lingüísticas ou não –; noção de grande produtividade, atualmente, em

certa vertente moderna de estudos acerca da linguagem⁸³, em cujo interior se apresentam os aspectos teóricos e empíricos dos MDs.

Cabe ainda ressaltar que as interjeições, tomadas como representativas de cada um dos “estados de alma” abordados pelos dois gramáticos, não são, também, exatamente iguais em cada um dos casos, o que demonstra que a interpretação de dado significativo, como, por exemplo, *ei*, como a expressão lingüística de “dor” – como no exemplo de Prisciano – ou “temor” – como no exemplo de Donato – é dependente do contexto em que elas são empregadas. Não existe, portanto, especialmente para essa categoria, significados *a priori*. Analogamente às preposições, apresentadas há pouco, fica evidente a relevância de aspectos contextuais na delimitação de seus contextos semânticos/pragmáticos. Para citar mais uma vez Wittgenstein (1984: 21), “a definição ostensiva pode ser interpretada em *cada* caso como tal e diferentemente”.

Como não é novidade para as teorias semânticas modernas, a noção de *uso*, ligada a situações concretas e ao contexto, instaurou uma nova dimensão nas reflexões filosóficas sobre sentido e referência e teve conseqüências importantes em várias esferas dos estudos modernos da linguagem. O que, no entanto, se torna particularmente surpreendente é a constatação de um raciocínio semelhante já nas teorizações antigas, quando os gramáticos da tradição latina consideravam não somente os fenômenos de polissemia a que estariam suscetíveis as categorias de palavras, como também a importância do contexto para dotar os significantes de um e não outro significado. Sobre isso, já discorreremos ao considerar as preposições, agora, vejamos, a respeito das interjeições, de que maneira Prisciano reinterpreta essa noção:

⁸³ Entre as correntes da Lingüística moderna, para as quais a concepção de “semelhança de família” e “contínuo entre duas categorias não-discretas” seriam relevantes está a perspectiva funcionalista, como, no capítulo 3, tivemos oportunidade de examinar brevemente.

INTERJEIÇÕES	EXEMPLOS
I. “O” 1. Interjeição “Indignação” (<i>indignatio</i>); “Dor” (<i>dolor</i>) “Admiração” (<i>admiratio</i>) 2. Advérbio “Chamamento” (<i>uocandi</i>) “Desejo” (<i>optandi</i>)	1. Interjeição: <i>O dolor atque decus magnum rediture parenti</i> ⁸⁴ (Virgílio, <i>Eneida</i> , X, 507).
II. “A”⁸⁵ 1. Interjeição 2. Preposição	1. Interjeição: <i>A tibi ne teneras glacies secet aspera plantas</i> ⁸⁶ (Virgílio, <i>Écloga</i> , 10, 49); 2. Preposição: <i>A summo ad imum</i> ⁸⁷
III. “Pro” 1. Interjeição 2. Preposição	1. Interjeição: <i>Pro, si remeasset in urbem, Gallorum tantum populis Arctoque subacta</i> ⁸⁸ (Lucano, <i>Farsália</i> , III, 73-74); 2. Preposição: <i>Pro Latio obtestor, pro maiestate tuorum</i> ⁸⁹ (Virgílio, <i>Eneida</i> , XII, 820).

QUADRO 4.5. “Polissemia” das interjeições em Prisciano

Como o quadro acima revela, também as interjeições latinas representavam palavras de fronteiras gramaticais pouco definidas, servindo a diferentes funções: interjeições, preposições, advérbios. Assim como no caso das palavras destacadas na seção anterior, que ora funcionavam como uma preposição, ora como uma conjunção, ora como advérbio, a “ambigüidade funcional” também parece ser

⁸⁴ Cf. Virgílio, *Eneida*, X, 507: “Que dor e que grande glória para teu pai ao retornar”.

⁸⁵ De acordo com Dubois (1998) a diferenciação entre polissemia (uma forma com vários significados) e homonímia (duas formas que têm mesma realização fonológica), não é pacífica e consensual nas teorias semânticas modernas. O argumento etimológico, costumeiramente evocado a fim de detectar se dado fenômeno exemplifica um caso de polissemia ou homonímia, é um artifício nem sempre válido, pois palavras consideradas “homônimas” poderiam ter, eventualmente, origem comum, tal como *dessin* (desígnio, em francês) e *dessein* (desenho, em francês). Se tomarmos desse artifício, as palavras *a* (interjeição) e *a* (preposição, oriunda de *ab*), destacada no quadro acima, seria um exemplo de homonímia e não de polissemia.

⁸⁶ Cf. Virgílio, *Écloga*, 10, 49: “Que o rígido gelo não te ceife as tenras plantas”.

⁸⁷ “Das regiões mais altas, às mais baixas”

⁸⁸ Cf. Lucano, *Farsália*, III, 73-74: “Oh, se voltasse a Roma, tendo submetido tanto os povos do Norte quanto os da Gália!”

⁸⁹ Cf. Virgílio, *Eneida*, XII, 820: “Pelo Lácio e pela majestade dos teus descendentes, eu te suplico”.

característica dessas palavras e se limita às categorias indeclináveis do latim, visto que, ao longo dos tratados gramaticais que consideramos, não está previsto um caso que contraponha, por exemplo, uma categoria declinável (verbos, nomes, pronomes, participípios) a uma dessas indeclináveis (preposição, conjunção, interjeição, advérbio). Esse é um dos fatores pelo qual consideramos que a inexistência de fronteiras absolutas entre tais categorias configura um traço específico dessas palavras, que, em nossa análise, permite-nos, com outras características, fazer uma aproximação teórica desses termos com os MDs. Em suma, considerando a importância do contexto para a atribuição de significados às partículas interjetivas, considerando também o fato de se tratar de uma categoria representada por palavras de fronteiras gramaticais diluídas, como o quadro acima sugere, e considerando, ainda – o que parece ser particular das interjeições –, o fato de representarem a expressão lingüística de “estados de alma” (*animi affectus*), *i.e.* o mundo interior dos enunciadores do ato comunicativo, parece-nos que as interjeições latinas – tanto na formulação donatiana quanto na de Prisciano – recobrem propriedades hoje reconhecidas como pertinentes ao discurso – propriedades, por assim dizer, também pragmáticas, quando consideramos o papel crucial exercido pelo contexto para sua identificação, definição e interpretação.

4.3 De coniunctione

4.3.1 Definições

Consideremos as definições que Donato (II, 14) e Prisciano (XVI, 1) fornecem sobre as “conjunções” (*coniunctiones*):

Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam.

Conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença.

(Donato II, 14)

Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat, vim vel ordinem demonstrans: vim, quando simul esse res aliquas significat, ut 'et pius et fortis fuit Aeneas'; ordinem quando consequentiam aliquarum demonstrat rerum, ut 'si ambulat, movetur'.

Conjunção é a parte indeclinável da oração que serve para ligar as outras partes da oração, com as quais co-significa, indicando intensidade ou ordem: força, quando indica a existência de quaisquer coisas ao mesmo tempo, como *'et pius et fortis fuit Aeneas'*⁹⁰; ordem, quando demonstra a consequência de quaisquer coisas, como *'si ambulat, movetur'*⁹¹.

(Prisciano XVI, 1)

Das definições acima apresentadas, destacam-se, em Donato, duas funções específicas atribuídas às conjunções: a de participar da conexão de sentenças (*conectans*) e de sua ordenação (*ordinans*). A primeira função aponta para o uso que, posteriormente, foi considerado prototípico para essa categoria, e que, *mutatis mutandis*, ainda hoje se considera, na gramática tradicional, como traço definidor das conjunções, que é o fato de participarem da conexão de cláusulas, entre elas estabelecendo alguma relação semântica. Essa função estava clara, por exemplo, na ocorrência de *enim* na sentença abaixo, que, tendo sido apresentada no capítulo anterior, agora, novamente citamos:

(1) *Iam eum, ut puto, uidebo; misit enim puerum se ad me uenire.*

Como julgo, logo o verei, pois me mandou um menino anunciar que está vindo.

(Cícero. *Att.* 10.16.5.)

No exemplo acima, reconhecem-se, portanto, duas cláusulas claramente definidas (*Iam eum uidebo/misit puerum se ad me uenire*), unidas pela conjunção *enim*, explicitando a relação semântica de explicação/causa. No entanto, como queremos demonstrar, a definição donatiana não recobre apenas essa acepção, mas também uma secundária: as conjunções, além de atuarem na conexão interclausal, servem como organizadores textuais, ao atuarem na ordenação/arranjo/organização

⁹⁰ "Tanto piedoso, como forte, era Enéias".

⁹¹ "Se caminha, põe-se em movimento".

(*ordinatio*) dessas sentenças no texto. Assim, se por um lado verificamos uma ênfase nas propriedades *pragmáticas* das preposições e interjeições, agora observamos, também, um exame das funções *textuais* conferidas às conjunções.

Na definição de Prisciano, também reconhecemos não somente a função estrita que se esperaria de uma definição mais gramatical dada às conjunções (*i.e.* sua função de “ligar as outras partes da oração”), mas também uma ressalva para sua função textual (indicando a “ordem” dos eventos no texto⁹²) e também pragmática (indicando “intensidade”, como compreendemos a palavra *vis*, de difícil tradução nesse contexto).

Para entendermos melhor, consideremos mais detidamente os exemplos dados por Prisciano:

1. **Ordem** (*ordo*): ***Si ambulat, movetur*** (Se caminha, põe-se em movimento);
2. **Intensidade** (*vis*): ***et pius et fortis fuit Aeneas*** (Tanto piedoso, quanto forte, era Enéias);

Ainda que a conjunção *si* realize uma função também conectiva entre as duas sentenças, entre elas explicitando uma relação de condição, parece-nos que o gramático não apenas se referia a essa função mais imediata, mas também chamava a atenção para sua relação com o texto enquanto um todo, pois, de fato, não somente ela conecta – gramaticalmente – as duas sentenças, mas também diz sobre o arranjo

⁹² O termo empregado por Prisciano, *ordo*, tem como acepções comuns (cf. Saraiva), as de: “ordem”, “arranjo”, “disposição”, “sucessão”. De fato, o exemplo citado pelo gramático, *si ambulat, movetur* (se caminha, põe-se em movimento), se tomado isoladamente, parece exemplificar a ocorrência de uma ordem lógica, não propriamente textual. No entanto, levando em consideração que, em outras passagens, ao se referir às propriedades lógicas da linguagem, o gramático se utiliza de outro termo (*rationalis*), bem como o fato de que a discussão em Prisciano tem um caráter fortemente empírico (sustentada em ocorrências reais da língua, oriunda de textos), julgamos apropriado pensar-se também na dimensão discursiva da palavra *ordo* na definição do gramático. A análise caso a caso das conjunções e os exemplos arrolados levam-nos a crer que Prisciano tenha se preocupado efetivamente com o uso da língua, preocupando-se em menor grau com os princípios puramente lógicos e abstratos da construção latina.

delas no texto, sobre a ordem, enfim, que no texto produziria sentido; ordem que, se violada, produziria outro efeito. Trata-se, portanto, de uma certa organização do fluxo informacional, aqui tomada em um micro-contexto (uma sentença), mas que poderia ser ampliado a porções maiores do texto.

No segundo exemplo, verificamos a co-ocorrência da conjunção *et*. Ainda que exista nas línguas o funcionamento em paralelo de algumas conjunções (em português, por exemplo, a existência de *seja...seja...* ou, então, de *ora...ora...*), na língua latina, a simples conexão entre dois sintagmas, em relação de adição, poderia ser dada com a ocorrência simples de apenas um *et* entre os dois elementos da coordenação. No exemplo fornecido pelo gramático, a sua repetição no início do sintagma não teria, portanto, exclusivamente essa função gramatical, mas representaria um uso motivado por funções pragmáticas, como, por exemplo, o de ênfase ou intensificação, expresso, a nosso ver, pela palavra latina *vis*, usada por Prisciano para qualificar esse fenômeno.

4.3.2 Classificações das conjunções latinas e desdobramentos

Donato apresenta três propriedades, segundo as quais podem-se classificar as conjunções latinas: o seu “valor” (*potestas*), “forma” (*figura*) ou, ainda, “ordem” (*ordo*), conforme descrevemos no quadro abaixo:

1. “Valor” (<i>potestas</i>)	1.1. “Disjuntivas” (<i>disiunctivae</i>), como <i>aut</i>, <i>uel</i>, <i>ne</i>, <i>nec</i>, <i>neque</i>; 1.1. “Copulativas” (<i>copulativae</i>), como <i>et</i>, <i>que</i>, <i>atque</i>, <i>ac</i>, <i>ast</i>; 1.3. “Expletivas” (<i>expletivae</i>), como <i>quidem</i>, <i>equidem</i>, <i>saltim</i>, <i>videlicet</i>, <i>quamquam</i>, <i>quamvis</i>, <i>quoque</i>, <i>autem</i>, <i>tamen</i>; 1.4. “Causais” (<i>causales</i>), como <i>si</i>, <i>etsi</i>, <i>etiamsi</i>, <i>si quidem</i>,
--------------------------------	--

	<i>quando, quin, nam, enim, praeterea</i> , entre outras; 1.5. “Lógicas” ⁹³ (<i>rationales</i>), como <i>ita, itaque, ergo, igitur, scilicet, idcirco</i> , entre outras.
2. “Forma” (<i>figura</i>)	2.1. “Simples” (<i>simplex</i>), como <i>nam</i> ; 2.2. “Composta” (<i>composta</i>), como <i>namque</i> .
3. “Ordem” (<i>ordo</i>)	3.1. “Prepostas” ⁹⁴ (<i>praepositivae</i>), como <i>at</i> e <i>ast</i> ; 3.2. “Subjuntivas” (<i>subiunctivae</i>), como <i>autem</i> e <i>que</i> ; 3.3. “Comuns” (<i>communes</i>), como <i>ut</i> e <i>igitur</i> .

QUADRO 4.6. Classificação das conjunções segundo Donato (II, 14)

Segundo Donato (II, 14), a classificação das conjunções latinas contempla fatores que hoje consideraríamos de ordem “morfológica” (simples e compostas) e “sintática” (prepostas, subjuntivas e comuns, a depender de sua posição na sentença). Além desses dois, outro critério seria de natureza “semântica” e “pragmática”, pois levaria em conta os diferentes valores de significado que tais palavras assumem nos textos, entre os quais destacamos as chamadas “expletivas”, cujo valor teria, a nosso ver, função mais “pragmática” que propriamente “semântica” nas sentenças em que ocorrem. De fato, parece-nos que Donato se refere às suas funções de “arrematar” ou mesmo “tornar plena” a sentença em que elas comparecem, ainda que nelas não tenham funções gramaticais específicas ou não contribuam claramente com um novo matiz de significado. Tais funções são também atributos do uso dessas palavras enquanto MDs, como tivemos ocasião de observar na pequena análise que apresentamos no capítulo 3.

Prisciano (XVI, 1) também classifica as conjunções latinas, segundo a sua forma (*figura*), em simples e compostas, e segundo a sua “espécie” (*species*), termo

⁹³ Embora não existam no tratado de Donato exemplos com o emprego dessas conjunções, parece-nos tratar-se do emprego conclusivo lógico, *i.e.* o primeiro elemento da coordenação (ou parataxe) engendraria um segundo elemento, que veicularia uma conclusão lógica.

⁹⁴ As conjunções “prepostas” (*praepositivae*) parecem ser aquelas que iniciam sentenças, ao passo que as “subjuntivas” (*subiunctivae*) parecem referir-se àquelas que iniciam orações subordinadas. Essas são possíveis acepções dos termos latinos encontráveis nos dicionários que tomamos para nortear a nossa compreensão. Nesse caso, como em outros, não existem exemplos que o gramático tenha dado para dirimir possíveis dúvidas interpretativas.

utilizado para se referir ao que os gramáticos predecessores – entre eles Donato – chamava de “valor” (*potestas*).

Na análise de Prisciano, existem dezessete “espécies” de conjunções – em contraste com as cinco, apenas, de Donato – que elencamos abaixo:

1. “Copulativa” (*copulativa*);
2. “Continuativa” (*continuativa*);
3. “Subcontinuativa” (*subcontinuativa*);
4. “Adjuntiva” (*adiunctiva*);
5. “Causal” (*causalis*);
6. “Efetiva” (*effectiva*);
7. “Aprovativa” (*approbativa*);
8. “Disjuntiva” (*disiunctiva*);
9. “Subdisjuntiva” (*subdisiunctiva*);
10. “Eletiva” (*electiva*);
11. “Ablativa” (*ablativa*);
12. “Pressupositiva” (*praesumptiva*);
13. “Adversativa” (*adversativa*);
14. “Negativa” (*abnegativa*);
15. “Coletiva” (*collectiva*);
16. “Dubitativa” (*dubitativa*);
17. “Completiva” (*completiva*).

Ainda que não entremos em detalhes sobre cada um dos tipos de conjunções citados acima, salta-nos aos olhos o fato de haver uma análise bastante minuciosa no interior da metalinguagem latina, exemplificada aqui por essas dezessete diferentes tipologias de conjunções elencadas por Prisciano. É preciso destacar, entretanto, que esse quadro não é uma descrição exaustiva de todas as espécies de conjunções, nem tampouco elas se enquadram em tipologias absolutas. Ao contrário, como é reconhecido pelo próprio gramático ao longo de suas explanações, muitas das conjunções latinas são amplamente polissêmicas, assumindo o caráter típico de uma ou outra espécie, de acordo com sua ocorrência no contexto:

Inveniuntur tamen multae tam ex supra dictis quam ex aliis coniunctionibus diversas significationes una eademque voce habentes, sicut usibus ostendemus (...).

Encontram-se, entretanto, muitas conjunções, daquelas citadas acima ou de outras, que possuem significados diversos em uma mesma palavra, assim como mostramos com os usos (...).

(Prisciano XVI, 2)

Das espécies acima elencadas, um caso particular que gostaríamos de destacar é o das chamadas conjunções “completivas” (*completivae*). Agora há pouco havíamos mencionado que as chamadas conjunções “expletivas” (*expletivae*) de Donato pareceriam ter, nas sentenças em que ocorrem, valores puramente discursivos, não traduzindo nenhuma função sintática claramente definida, nem mesmo carreando consigo valores semânticos próprios. Afirmamos, ainda, que essas conjunções exemplificam certo uso “pragmático”, que as aproxima, por assim dizer, das conjunções modernas que recebem o nome de MDs quando observadas pelo seu viés discursivo.

Esse parece ser o caso correspondente das conjunções “completivas” de Prisciano, cuja argumentação reproduzimos abaixo:

Completivae sunt ‘vero, autem, quidem, equidem, quoque, enim, nam, namque’ et fere quaecumque coniunctiones ornatus causa vel metri nulla significationis necessitate ponuntur, hoc nomine nuncupantur. Omnes tamen hae inter alias species inveniuntur, ut si dicam ‘Aeneas vero et pius et fortis fuit’ completiva est, quia et si tollatur ‘vero’, significatio integra manet; sin autem dicam ‘Aeneas quidem pius fuit, Vlixes vero astutus’, pro copulativa accipitur, quia utriusque rei simul sententiam significat cum substantia. Potest tamen et distributiva dici, quia distribuit diversas res diversis personis. Completiva esse, etiam Sallustius ostendit in Catilinario: ‘verum enim vero is demum mihi vivere et frui anima videtur’; hic enim ornatus causa ‘vero’ adiuncta est, quamvis possit etiam approbativa esse.

Completivas são ‘vero’, ‘autem’, ‘quidem’, ‘equidem’, ‘quoque’, ‘enim’, ‘nam’, ‘namque’ e quase todas as conjunções que são empregadas por ornato ou métrica, sem necessidade de significação, são assim denominadas. Todas estas, no entanto, se encontram também entre as outras espécies, como se disser ‘Aeneas vero et pius et fortis fuit’⁹⁵,

será completiva, pois, se ‘vero’ for suprimido, a significação permanece íntegra; porém, se disser ‘*Aeneas quidem pius fuit, Vlixes vero astutus*⁹⁶’, ela é tomada como copulativa, uma vez que expressa a sentença com a substância de ambas as coisas ao mesmo tempo. Todavia, pode também ser dita distributiva, pois distribui coisas diversas entre pessoas diversas. Salústio demonstrou ser completiva no seu ‘Catilina’: ‘*verum enim vero is demum mihi vivere et frui anima videtur*⁹⁷’; pois aqui, ‘vero’ está adjunta por uma questão de ornato, ainda que possa também ser aprovativa.

(Prisciano XVI, 13).

Como destacamos no trecho acima citado, Prisciano oferece uma análise cuidadosa dos valores de *vero*, entre os quais estaria contemplado aquele movido por funções não propriamente da ordem da sintaxe ou da semântica da oração, mas produzido por força de fatores extralingüísticos, entre os quais cita Prisciano o cuidado com a métrica e o ornato. É interessante observar que se trata de um uso bastante particular das conjunções, que, na verdade, perpassa os seus variados tipos – ou “espécies” – e que não configura uma condição absoluta para nenhuma das palavras elencadas como pertencentes ao grupo das “completivas”, quais sejam: *vero*, *autem*, *quidem*, *equidem*, *quoque*, entre outras.

Interessante notar que entre as conjunções acima citadas, que não representam um grupo fechado, estão as mesmas que Kroon (1995, 1998) incluiu na categoria dos MDs, por reconhecer nos textos latinos funções de caráter pragmático bastante análogas e essas a que os gramáticos, já na Antigüidade, se referiam como sendo particulares dessas palavras.

Reconhecer tais considerações também no âmbito da gramática latina faz-nos repensar as avaliações apressadas a que se procede acerca da metalinguagem antiga e também sobre a restrição no escopo dessa categoria pela gramática tradicional moderna. Como assinalamos no capítulo anterior, a necessidade de observar as conjunções – mas também as interjeições e preposições – do ponto de vista discursivo era consequência da insuficiência das teorias mais tradicionais de darem conta dos

⁹⁶ Com efeito, Enéias era piedoso, e Ulisses, de fato, astucioso”.

⁹⁷ Cf. Salústio, *Catilina*, I, 2: “Na verdade, com efeito, parece-me ele, justamente, viver e fruir com a alma”.

usos dessa categoria além de seu papel estritamente sintático na conexão de cláusulas ou sintagmas. Em outras palavras, a descrição oferecida pelos compêndios gramaticais tradicionais, embora mantivesse o antigo nome pelo qual os gramáticos antigos se referiam a essas palavras – “conjunções” (*coniunctiones*) –, limitava sua definição apenas a uma das funções exercidas por essa categoria, que era a sua função – ainda que principal – na conexão sintática. Parece-nos que essa se tornou a interpretação contemporânea mais comum associada a essa categoria, o que deu ensejo à elaboração de um outro construto teórico – o dos “marcadores discursivos” – para descrever as outras funções (textuais, pragmáticas, discursivas) que essas palavras apresentariam em certos contextos; funções que, no entanto, não somente eram detectadas, mas estavam na própria constituição desses conceitos na gramática antiga.

4.4 Dois contrastes importantes

Apresentamos nos últimos itens uma analogia teórica que nos permite, talvez, estabelecer um paralelo entre algumas propriedades das preposições, interjeições e conjunções latinas e aquelas hoje conferidas à categoria dos MDs, assim como exemplificar a profundidade analítica com que os gramáticos latinos abordavam certos temas metalingüísticos.

No entanto, não é possível fazer generalizações sem o risco que elas implicam – o de reduzir de forma simplista o trabalho vasto dos gramáticos antigos a esse ou àquele viés que nos interesse nos dias de hoje, atitude que procuramos evitar em nosso trabalho, por reconhecermos que o texto que analisamos tem a sua própria historicidade, o que significa dizer que a metalinguagem antiga tinha suas próprias razões de existência, definidas culturalmente e que, em geral, eram bastante diversas das nossas, dado o amplo lapso temporal que nos separa.

Por esse motivo, é preciso ressaltar que os traços analisados nos últimos itens – ainda que nos possibilitem a sua comparação com as propriedades hoje atribuídas aos MDs – não excluem, por outro lado, certos usos dessas estruturas que dos MDs se afastavam. Embora não tenha sido nosso objetivo examinar especificamente os usos divergentes das preposições, interjeições e conjunções latinas, é preciso, assim, reconhecer também que, nos tratados de Donato e Prisciano, certamente existem traços que as definem em sentido contrário a esse que buscamos apresentar.

Citemos, por exemplo, dois casos particulares:

1. **As preposições compositivas:** trata-se do fenômeno de composição que as preposições realizam, na formação de outras palavras. Tais preposições participam, portanto, de um processo morfológico, fato contraditório em vista do estatuto propriamente pragmático e textual – portanto, pouco gramatical – conferido a outros usos que as aproximam dos MDs. Atualmente, tais estruturas, atuando na formação de outras palavras, modificando-lhes os sentidos contidos em sua raiz, seriam sequer consideradas palavras, mas *prefixos*.
2. **As conjunções e as conexões sintáticas:** embora essa função coexista com outras de caráter textual – como a organização de porções de texto e unidades informacionais maiores –, a conexão propriamente sintática de duas cláusulas ou sintagmas não deixa de existir. A sua existência aponta, portanto, para um uso estritamente gramatical, que é contrário ao uso textual e pragmático dos MDs.

Assim, convém destacar que, por mais evidentes que nos pareçam as aproximações teóricas entre as partículas indeclináveis latinas – as *praepositiones*, *coniunctiones* e *interiectiones* – e a categoria pragmática dos MDs, não nos é possível nos omitir quanto a seus pontos de divergência, pontos que, entre outros, merecerão, talvez, ser mais bem examinados futuramente, mas cujo registro aqui já se faz.

5 CONCLUSÃO

Nihil enim perfectum in humanis inventionibus esse posse credo.
(Pois creio que nada possa ser perfeito nas invenções humanas.)

Prisciano (*Ep.*, 3)

No final do capítulo 3, havíamos apresentado alguns pontos de análise que nortearam a nossa leitura e interpretação do *corpus*, que eram, respectivamente, (1) verificar a extensão das propriedades de ordem textual e discursiva presentes na descrição gramatical das preposições, interjeições e conjunções latinas, que as identificavam com o conceito moderno de MDs, atualmente conferido a alguns usos dessas categorias nas línguas modernas; (2) observar como os gramáticos antigos abordavam a pluralidade de traços gramaticais, semânticos e pragmáticos que pareciam vir à tona na descrição das categorias lingüísticas focalizadas, pluralidade reconhecida nas teorias modernas acerca dos MDs e determinante na concepção de *continuum* aplicada a essa categoria, *i.e.*, a de que se tratava de uma classe “gradiente”, portanto não-absoluta nem restrita a determinados itens; (3) apresentar uma leitura dos textos antigos, ressaltando, quando possível, os paralelos conceituais que existissem, mas reconhecendo, igualmente, as diferenças teóricas neles também observadas, respeitando, por assim dizer, a inserção desses textos aos contextos culturais que lhe eram próprios (*i.e.* a Antigüidade Latina Tardia) e evitando, o quanto possível, que nossa leitura fosse eivada de pontos de vista do nosso tempo presente, que resultassem em uma avaliação negativa, porquanto preconcebida, do passado.

Retomando essas linhas de observação, após a leitura extensiva dos textos de Donato e Prisciano cujas linhas mestras tentamos apresentar no capítulo anterior, parece-nos estar mais ou menos claro que, no que concerne às preposições, interjeições e conjunções antigas, é possível relacionar aspectos de caráter teórico e analítico que nos permitem considerar que no escopo dessas categorias antigas já estavam contempladas algumas daquelas funções hoje creditadas aos MDs, embora,

na gramática latina, tais categorias tivessem estatuto mais amplo e abarcassem igualmente outros usos, diferentes desses que destacamos. Com efeito, se desconsiderarmos as particularidades que definem e diferenciam entre si as preposições, interjeições e conjunções latinas, tomando-as como constituintes de uma mesma classe – a das partículas indeclináveis no latim –, é possível reconhecer os indícios que nos permitem apresentar como conclusão, os quais, para ser breve, vão resumidos nos itens abaixo enumerados:

1. Trata-se de categorias lingüísticas de pouca extensão e massa fônica reduzida, sensíveis a pressões do contexto fonético, ao qual se acomodam, podendo sofrer pequenas alterações e provocando outras;

2. Representam categorias de poucos lastros gramaticais (*i.e.* morfossintáticos), não suscetíveis à flexão em caso, gênero, número, nem tampouco de funções sintáticas essenciais e claramente definidas;

3. Possuem fronteiras gramaticais igualmente pouco definidas, apresentando acentuada ambigüidade funcional em alguns casos, tornando difícil uma separação em classes discretas; ao contrário, uma mesma palavra pode se prestar a diferentes estatutos funcionais e palavras de diferentes estatutos gramaticais podem realizar a mesma função;

4. São categorias cujos significados se definem pelo contexto, *i.e.* são amplamente suscetíveis à polissemia, e não agregam valores semânticos *a priori*;

5. Representam, também, categorias tributárias de valores pragmáticos (seja na focalização da enunciação, com o foco em um de seus enunciadores, seja na expressão de valores extralingüísticos, tais quais os de “ênfase” e “juramento”, por exemplo);

6. Participam da organização textual, conectando unidades textuais e discursivas, e não exclusivamente unidades sintáticas e oracionais, favorecendo, por

assim dizer, a tessitura do texto latino, atuando na sua coesão e contribuindo para a sua coerência.

Com essa lista, não pretendemos oferecer uma interpretação exaustiva das propriedades destacadas pelos gramáticos latinos como comuns às categorias sobre as quais nos ocupamos em nossa leitura. Assinalamos somente que tais propriedades, acima elencadas – participando em maior ou menor grau dos estatutos das preposições, interjeições e conjunções antigas, tal como são tratadas nos textos de Donato e Prisciano –, parecem compor um quadro bastante coerente com aquele que descrevemos no capítulo anterior acerca dos *marcadores discursivos*, categoria descrita teórica e empiricamente pelas teorias lingüísticas modernas.

Não é nossa pretensão, evidentemente, dizer que as teorizações modernas – hoje pertencentes a um paradigma epistemológico bastante diverso daquele em que se enquadravam os estudos gramaticais na latinidade tardia – já estivessem contempladas ou mesmo previstas nas considerações metalingüísticas latinas. Em outras palavras, não nos parece adequado reconhecer ou mesmo insinuar uma linha de “desenvolvimento contínuo”, ou de “desenvolvimento progressivo” de um saber pelos homens produzido acerca de sua linguagem.

Por outro lado, também não queremos fazer coro àqueles que, ocupados exclusivamente com a sincronia presente das línguas, ignoram tacitamente aquilo que foi produzido pelos antigos, quando também não agem deliberadamente para a desqualificação desse passado, cujos textos não raro são examinados sem a atenção que seria necessária, ou então se limitam a seguir o senso mais comum que identifica a gramática antiga com a gramática tradicional – com a qual, certamente, tem pontos de contato, mas também revela algumas diferenças importantes, presentes, como vimos, nos conceitos atribuídos às “conjunções”, “preposições” e “interjeições” latinas.

Esperamos com nosso trabalho ter oferecido uma visão diferente dessas que se apresentam costumeiramente acerca da gramática latina, assim como informações

de caráter teórico sobre o antigo conceito de interjeições, conjunções e preposições, que podem ser de algum modo úteis àqueles que se ocupem dessas categorias na atualidade a partir de suas propriedades discursivas, ou mesmo que tenham algum interesse no estabelecimento de balizas teóricas mais definidas para os MDs ou mesmo em sua identificação e descrição nas línguas modernas.

Queremos terminar nosso trabalho, sublinhando, novamente, a necessidade de uma certa *neutralidade epistemológica* ao nos aproximarmos dos textos do passado:

A neutralidade epistemológica decorre imediatamente de nossa forma de abordar o objeto: não faz parte de nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência, por esta ou aquela razão, segundo este ou aquele critério. (...) Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto.

(Auroux, 1992: 14)

Estudar os textos metalingüísticos da Antigüidade para observar a *semelhança* em relação ao presente parece-nos, assim, ser um exercício que nos leva, forçosamente, a reconhecer também a existência da profunda *diferença* que nos separa, ainda que surpreendentes sejam os pontos de contato. E, acima de tudo, não nos permite, em um caso ou outro, fazer julgamentos. Diante disso, preferiríamos terminar com a última máxima de Wittgenstein em seu *Tractatus*: “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

I. Textos do *corpus*

DONATO. *Ars maior*. In: KEIL, Heinrich (ed.) *Grammatici Latini*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1961 (1865).

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XIV, XV & XVI*. In: KEIL, Heinrich (ed.). *Grammatici Latini*. Leipzig: Georg Olms Verlagsbuchhandlung Hildesheim, 1961 (1865).

II. Dicionários utilizados

DUBOIS, Jean *et alii* (ed.). *Dicionário de lingüística*. Tradução e organização de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1998.

GLARE, Peter G. W. *et alii* (ed.). *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

LINDELL, Henry G & SCOTT, Robert (ed.). *Greek-English Lexicon*. 9. ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SARAIVA, Francisco R. dos S. *Novíssimo dicionário Latino-Português*. 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

TRASK, Robert L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

III. Estudos sobre a metalinguagem antiga

ALMEIDA, Joaquim. “Da gramática de Prisciano à gramática de João de Barros: as partes da oração nas *Institutiones grammaticae* e na *Gramática da Língua Portuguesa*”. *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 5, 2001, pp. 135-162.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, UNICAMP, 1992.

BALLAIRA, Guglielmo. *Prisciano i suoi amici*. Torino: G. Giappichelli editore, 1989.

- BARATIN, Marc. "Sur la structure des grammaires antiques" In: DE CLERQ, Jan & DESMET, Piet (ed.) *Florilegium historiographiae linguisticae* – Études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy. Peeters: Louvain-la-Neuve, 1994.
- BICKEL, Ernst. *Historia de la literatura romana*. Tradução de José M. Díaz-Regañón López. Madrid: Gredos, 1987.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Londres: Allen & Unwin, 1967 (1933).
- BUTTENWIESER, Hilda. "Popular authors of the Middle Ages: the testimony of the manuscripts" *Speculum*, vol. 17, n. 1, 1942, pp. 50-55.
- CAMARA Jr., Joaquim M. *História da Lingüística*. Tradução de Maria do Amparo B. Azevedo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CANTÓ, Josefa. "Los *grammatici*: críticos literarios, eruditos y comentaristas". In: CODOÑER, Carmen. *Historia de la literatura latina*. Cátedra, 1997.
- CASEVITZ, Michel & CHARPIN, François. "A herança greco-latina". In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 23-53.
- COVINGTON, Michael A. *Syntactic theory in high middle ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- DONOVAN, Mortimer J. "Priscian and the obscurity of the ancients". *Speculum*, vol. 36, n. 1, 1961, pp. 75-80.
- DYKEMA, Karl W. "Where our grammar came from". *College English*, vol. 22, n. 7, 1961, pp. 455-465.
- FARACO, Carlos A. *Lingüística histórica* – uma introdução ao estudo histórico das línguas. Edição revista e ampliada. São Paulo: Parábola, 2005.
- FINLEY, M. I. "O 'progresso' na historiografia". In: _____. *História Antiga – testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GAQUIN, Audrey P. *Elements of theoretical Linguistics in Priscian's Institutiones*. Tese de doutorado. Yale University, 1983.

- GEIGER, Joseph. "Some Latin authors from the Greek East". *The Classical Quarterly*, New Series, vol. 49, n. 2, 1999, pp. 606-617.
- GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. Edição abreviada. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GUERREIRA, Agustín R. "Los escritos gramaticales (y la erudición) en el siglo IV". In: CODONER, Carmen. *Historia de la literatura latina*. Cátedra, 1997.
- JESPERSEN, Otto. *Language – its nature, development and origin*. Londres: Allen & Unwin, 1968 (1922).
- KASTER, Robert. A. *Guardians of language: the grammarian and society in Late Antiquity*. Berkeley: University of California, 1988.
- LAW, Vivien. *The insular Latin grammarians*. The Boydell Press, 1993.
- _____. "La grammaire latine durant le haut moyen âge". In: AUROUX, Sylvain (org.). *Histoire des idées linguistiques*. Mardaga, 1992.
- _____. "Late Latin grammars in the early middle ages: a typological history". In: *Historiographia Linguistica* XIII: 2/3. Amsterdam: John Benjamins, 1986, pp. 365-380.
- LEMERLE, Paul. *História do Bizâncio*. Tradução de Marilene P. Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LINDSAY, Wallace M. "The Latin grammarians of the Empire". *The American Journal of Philology*, vol. 37, n. 1, 1916, pp. 31-41.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa V. M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.
- MEILLET, Antoine. *Introduction a l'étude comparative des langues indo-européennes*. 8. ed. Paris: Hachette, 1937.
- MOUNIN, Georges. *História da Lingüística: das origens ao século XX*. Tradução de F. J. Hoppffer Rêgo. Porto: Despertar, [1970].
- NEVES, Maria Helena M. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.
- _____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

PEREIRA, Marcos A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. “Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano”. *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*, n. 1, 2001, pp. 143-157.

_____. “O conceito de ‘uso lingüístico’ em Quintiliano”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, n. 11, 2003, pp. 31-44.

_____. “O ‘uso’, o ‘decoro’ e a constituição de uma ‘norma lingüística’ na *Institutio oratoria* de Quintiliano: breve comentário”. *Anais do 6º Encontro do Celsul – Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul*. Versão digital, 2004.

_____. “Quintiliano e a gramática antiga” *Classica*, v. 13/14, 2000/2001, pp. 367-373.

REYNOLDS, Suzanne. *Medieval reading: grammar, rhetoric and the classical text*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ROBINS, R. H. *Ancient & mediaeval grammatical theory in Europe*. Londres: G. Bell & Sons, 1951.

_____. “Les grammairiens byzantins”. In: AUROUX, Sylvain (org.) *Histoire des idées linguistiques*. Tomo 2. Mardaga, 1992.

_____. *The Byzantine grammarians – their place in history*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Isaac Salum. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

TERZAGHI, Nicola. *Storia della letteratura latina – da Tiberio a Giustiniano*. Milão: Casa editrice Dottor Francesco Vallardi, 1934.

VASILIEV, Alexander A. *History of the Byzantine empire*, vol. I. Madison: The University of Wisconsin Press, 1964.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

IV. Estudos sobre os *marcadores discursivos* e outros textos relevantes

BASSETTO, Bruno F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2005.

BRINTON, Laurel J. "The development of discourse markers in English" In: FISIÁK, Jacek (org.). *Historical Linguistics and Philology – Trends in Linguistics, studies and Monographs*. Berlim/Nova York: Mouton de Gruyter, 1990.

CAMPOS, Aroldo de. *Ilíada de Homero*. Vol. II. São Paulo: Arx, 2002.

CARDOSO, Isabella T. *Estico de Plauto*. Campinas: UNICAMP, 2006.

CLARK, Herbert H. "O uso da linguagem". *Cadernos de Tradução*, n. 9, 2000, pp. 49-71.

FIORIN, José L. "Letras clássicas no 2º Grau: competência textual e intertextual". In: *II Congresso Nacional de Estudos Clássicos, 1991, São Paulo. Mito, religião e sociedade* (Anais do II Congresso Nacional de Estudos Clássicos). São Paulo: SBEC, 1991. v. 1. p. 514-519.

FRASER, Bruce. "What are discourse markers?". *Journal of Pragmatics*, vol. 31, 1999, pp. 931-952.

JAMISON, Stephanie W. "Determining the synchronic syntax of a dead language". In: AERTSEN, Henk & JEFFERS, Robert J. *Historical linguistics 1989: papers from the 9th international conference on historical linguistics*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1993.

KROON, Caroline. *Discourse particles in Latin: a study of nam, enim, autem, vero and at*. Amsterdam: Gieben, 1995.

_____. "A framework for the description of Latin discourse markers." *Journal of Pragmatics* 30, 1998, pp. 205-233.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 2003.

LANA, Italo. *Dal latino al italiano*. Roma: Mario Adda Editor, 1983.

LIMA, Alceu D. *Uma estranha língua? Questões de linguagem e de método*. São Paulo: UNESP, 1995.

- MARCUSCHI, Luiz A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- NEVES, Maria Helena M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PINKSTER, Harm. "General problems of studying a dead language". In: _____. *On Latin adverbs*. Amsterdam/Londres: North Holland, 1972.
- RISSE, Mercedes S. *et alii*. "Marcadores discursivos: traços definidores". In: KOCH, Ingedore V (Org.). *A gramática do português falado*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1996. Vol. VI.
- SÁNCHEZ, Pedro J. Galán. "Definición de la *conjunción* en la gramática grecolatina antigua, medieval y renascentista". *Humanitas*, vol. 57, 2005, pp. 309-350.
- SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- TERÊNCIO. *Comédies I*. Texto editado e traduzido por J. Marouzeau. Paris: Les Belles Lettres, 1947.
- _____. *Comédias*. Tradução e revisão de Lisardo Rubio. 2. ed. Madrid: Conselho superior de investigação científica, 1991.
- VIRGÍLIO. *Bucoliques*. Tradução e notas de Marcel Bagnol. Paris: Grassot, 1958.
- _____. *Eneida*. Tradução de Tassillo O. Spalding. São Paulo: Cultrix, 2000.
- _____. *L'Éneide*. Tradução, introdução e notas de Maurice Rat. Paris: Garnier, 1960.
- WITTGENSTEIN, Ludwig J. J. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1949).
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique L. dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001 (1922).